

Como citar

NEVES, Mary Hellen Lima das Neves. **Os índios Xukuru-Kariri na mata da cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016)**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.gphialuneal.com.br/disertacoes>. Acesso em: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI NA MATA DA CAFURNA EM PALMEIRA
DOS ÍNDIOS: RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO
(1979 a 2016)**

**MACEIÓ
2019**

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI NA MATA DA CAFURNA EM PALMEIRA
DOS ÍNDIOS: RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO
(1979 a 2016)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Michelle Reis de Macedo.

**MACEIÓ
2019**

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI NA MATA DA CAFURNA EM PALMEIRA
DOS ÍNDIOS: RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO
(1979 a 2016)**

Dissertação submetida ao corpo docente do
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Alagoas e aprovada
em 22 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Michelle Reis de Macedo (Orientadora)

Universidade Federal de Alagoas

Edson Hely Silva (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Aldemir Barros da Silva Júnior (Examinador Externo)

Universidade Estadual de Alagoas

Ao povo Xukuru-Kariri;
Aos meus professores pelo apoio incondicional;
A minha família.

AGRADECIMENTOS

Certa vez li algo que dizia que a gente só chega a algum lugar dando a mão para alguém, mas comigo foi diferente, pois minhas mãos se encontraram com várias outras e não apenas uma e isso é muito significativo. Nesse último ano meus sentimentos relacionados a vida acadêmica viveram fortes conflitos, mas hoje posso afirmar que o que predomina é a gratidão. Cursar o mestrado foi um desafio maior do que eu podia imaginar, mas foi muito importante para minha formação como acadêmica e principalmente como ser humano.

Início meus agradecimentos fazendo referências ao povo Xukuru-Kariri por todo carinho e recepção a mim dedicados nas diversas idas ao território indígena da Aldeia Mata da Cafurna, a Dona Salete Santana e o Senhor Antônio pelas conversas acompanhadas de um bom café ou de um suco bem gelado; a Lenoir Tibiriçá pelas diversas conversas, levantamento de dados, idas ao campo e disposição em nos receber; a Tanawy Tenório, Suyane Tenório e Eliete Alves (Corã) pelas contribuições. Ao Senhor Antônio Celestino que gentilmente nos recebeu acompanhado de Dilson Ferreira seu sobrinho e juntos nos relataram sobre os Xukuru-Kariri em uma conversa muito agradável; aos indígenas que concederam entrevistas, mas que solicitaram que seus nomes fossem ocultados e a todos os moradores da Aldeia Mata da Cafurna.

Tomar a decisão de participar da seleção do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL implicou em vários apoios dos quais não poderia deixar de citar, pois certamente foram os que me permitiram chegar até aqui. Agradeço a Simone Lopes, amiga de longa data que me enviou o edital da seleção; a Vitória Paixão, amiga tão querida, que por conhecer o processo incentivou-me a tentar, me fazendo acreditar que era possível conseguir. Ao meu amigo e orientador durante a graduação Prof. Adelson Lopes pelo compromisso com a Educação, com os povos indígenas e com seus orientandos; pela paciência, respeito e consideração. Obrigada por ter aceitado o convite para elaborar a apresentação deste livro, por participar literalmente da construção dele, cada passo que dou é por que inicialmente alguém acreditou em mim e esse alguém foi você.

Em seguida agradeço a Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios, que mesmo com tantas dificuldades estruturais e recursos humanos ofertou um ensino de qualidade, em especial alguns dos professores que passaram pelo curso de História, Wellington Lopes, Amélia Florêncio, Luziano Pereira e Francisca Neta, pessoa esta, que além de professora tornou-se amiga. Suas aulas de Introdução ao Estudos Históricos e Teoria me fizeram perceber que estava no caminho certo, você é responsável por me

encorajar à publicação deste livro, muito obrigada “Fran”.

Durante a graduação e mesmo depois de concluí-la, me tornei membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHIAL, este grupo foi e ainda é base para nós que pesquisamos sobre a temática, sendo referência em Alagoas e também regionalmente. Ser parte dele foi muito importante para compreender textos, esclarecer dúvidas e produzir textos; além dos estudos fizemos importantes amizades que a cada ano se intensificam. Gostaria de fazer um agradecimento especial dentre os componentes do Grupo a Amanda Antero e Brunemberg Soares, quando realizamos diversos trabalhos de campo, partilhamos as dificuldades da pesquisa, socializamos fontes e fortalecemos vínculos de amizade.

A minha família foi essencial no decorrer deste período, meus pais Maria Luísa e Francisco Elias, que mesmo sem entender muito o processo apoiaram-me, além de meus irmãos Cristiane, Flávio, Jadson, Júnio e Magnólia, estes dois últimos com quem pude compartilhar experiências da pesquisa, todos foram apoio, cada uma a sua forma. Muito obrigada, sem o apoio de vocês, teria sido muito difícil.

A Yuri Franklin, amigo querido, excelente pesquisador e companheiro de grupo de estudos agradeço pelas contribuições na elaboração dos gráficos, pela configuração final, pelas sugestões no texto desde o mestrado e o mesmo se repetindo com o livro, sou eternamente grata por sua amizade e apoio. A Deisiane Bezerra, amiga, professora e pesquisadora, pessoa que se faz presente em minha vida há um bom tempo, obrigada pela mão estendida, pelas orientações sempre certeiras, por me compreender e por ter aceitado o convite de elaborar a orelha desta obra, espero fazer por merecer tanto carinho e amizade.

Agradeço a Prof^a Michelle Reis de Macedo, que me aceitou como orientanda no mestrado e desafiou-se comigo nessa pesquisa, mesmo tendo tantas atribuições, compreendendo minhas limitações e minha ansiedade pulsante. Agradeço também por mais uma vez embarcar comigo e aceitar o convite para elaborar o prefácio deste livro, muito obrigada.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES que durante o mestrado financiou a pesquisa e conseqüentemente a participação em eventos e a aquisição de materiais como livros necessários à pesquisa, além do corpo de docentes da UFAL.

Assim como todos os ciclos vivenciados em nossas vidas, algumas pessoas que se fizeram presentes durante o período de escrita da dissertação por diversas razões não estão mais presentes em minha vida, isso não diminui suas importâncias nesse novo resultado final, que mesmo reconfigurado e reestruturado ainda tem minha gratidão por suas contribuições.

A todos, meu sincero sentimento de gratidão por mais essa oportunidade, sem o apoio de vocês esta publicação não seria possível.

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 01 - Os Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos, Palmeira dos Índios, Alagoas.	32
Fotografia 02 - Primeira reconquista na Mata da Cafurna	37
Fotografia 03 - Escola Estadual Indígena Mata da Cafurna.....	50
Fotografia 04 - Pátio da Escola	50
Fotografia 05 - Jaqueira no pátio da Escola	51
Fotografia 06 - Jaqueira no pátio da Escola	51
Fotografia 07 - Posto de Saúde na Aldeia Mata da Cafurna	53
Fotografia 08 - Polo Base de Saúde Indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL	54
Fotografia 09 - Via de acesso a Aldeia Mata da Cafurna (2018).....	55
Fotografia 10 - Cotidiano na Aldeia Mata da Cafurna.....	57
Fotografia 11 - Vista panorâmica da cidade de Palmeira dos Índios.....	61
Fotografia 12 - Biomas na Aldeia Mata da Cafurna	65
Fotografia 13 - Estradas de acesso inicial a Aldeia Mata da Cafurna.....	88
Fotografia 14 - Açude na Aldeia Mata da Cafurna	89
Fotografia 15 - Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna	90
Fotografia 16 - Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna.....	90
Fotografia 17 - Antiga Lagoa na Mata da Cafurna	91
Fotografia 18 - Nascente próxima a Lagoa na Aldeia Mata da Cafurna.....	93
Fotografia 19 - Nascente próximo ao açude na Aldeia Mata da Cafurna	94
Fotografia 20 - Paisagem na Aldeia Mata da Cafurna	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Semiárido alagoano	59
Mapa 02 - Semiárido brasileiro	60
Mapa 03 - Área indígena em Palmeira dos Índios/AL demarcada pela Funai	81
Mapa 04 - Localização da bacia hidrográfica do Rio Coruripe, Alagoas	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Aldeias na Província das Alagoas no séc. XIX.....	26
Quadro 02 – Explicação sobre o conceito de Território, Territorialidade, (des) territorialização e (re) territorialização	45
Quadro 03 - Lideranças políticas com mais destaque para as famílias Celestino.....	47
Quadro 04 - Variedade de plantas	73
Quadro 05 - Espécies animais	76
Quadro 06 - Ocupações para retomada total da Aldeia Mata da Cafurna.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS

APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

ASA/BRASIL - Articulação do Semiárido brasileiro

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CLIND - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GPHIAL - Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas

Ha - hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IMA - Instituto do Meio Ambiente

ISA - Instituto Socioambiental

PE - Pernambuco

PI - Posto Indígena

PSF - Posto de Saúde da Família

MEPE - Museu do Estado de Pernambuco

NEPEF - Núcleo de Estudos Políticos e Filosóficos

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SPITLN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

TI - Terra Indígena

SÚMARIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO I INDÍGENAS EM RECONQUISTA DE TERRAS: REIVINDICAÇÕES E CONFLITOS.....	21
1.1 OS XUKURU-KARIRI EM ALAGOAS E EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS	21
1.2 O SILENCIAMENTO HISTORIOGRÁFICO.....	25
1.3 SILENCIAMENTO, RETORNO E ALIANÇAS: O PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA.....	30
1.4 O CONCEITO DE RETOMADA E RECONQUISTA PARA OS XUKURU-KARIRI.....	34
1.5 A CONQUISTA DA MATA DA CAFURNA	35
1.6 AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS, MOBILIZAÇÕES E PROTAGONISMOS	48
CAPÍTULO II HABITANDO NA MATA DA CAFURNA: AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E SOCIOAMBIENTAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO.....	55
2.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SEMIÁRIDO ALAGOANO.....	57
2.2 BIOMAS E A VEGETAÇÃO LOCAL	63
2.3 HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA AMBIENTAL	66
2.4 A BIODIVERSIDADE NA MATA DA CAFURNA	72
CAPÍTULO III O AMBIENTE COMO UMA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA XUKURU-KARIRI	77
3.1 MEMÓRIAS, ORALIDADE E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	77
3.2 O RIO CORURIBE E A BACIA HIDROGRÁFICA.....	82
3.3 MEMÓRIAS INDÍGENAS: ESPAÇO AMBIENTAL ENCONTRADO <i>VERSUS</i> O ESPAÇO AMBIENTAL TRANSFORMADO	85
3.4 MAPEANDO A MATA DA CAFURNA: TERRITÓRIO XUKURU-KARIRI.....	95
3.5 PAISAGEM NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS	958
3.5 A ALDEIA MATA DA CAFURNA COMO ESPAÇO IDENTITÁRIO.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A elaboração deste livro foi motivada por uma série de situações; primeiro por cursar História em uma cidade interiorana onde o nome faz alusão a índios; segundo, por ter cursado a cadeira optativa (a época) de História Indígena com o Prof. Dr. Adelson Lopes, que pouco tempo depois, tornou-se meu orientador na graduação, desenvolvendo uma pesquisa sobre a temática indígena. Cursar esta cadeira me fez refletir sobre a negação e os preconceitos contra os povos indígenas, com mais ênfase aos habitantes em Palmeira dos Índios, os Xukuru-Kariri, sua história e cultura. A partir de então passei a frequentar o Núcleo de Estudos Políticos e Filosóficos – NEPEF na UNEAL, campus III em Palmeira dos Índios.

Além de mim outros estudantes evidenciaram interesses em pesquisar a temática, até que o coordenador entendeu que seria necessário criar um grupo de estudos mais específico. O Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHIAL do qual faço parte desde o início. Este grupo nos possibilitou inicialmente fazer leituras locais e regionais, posteriormente leituras mais complexas, despertando em nós a importância em ler, discutir e escrever sobre os povos indígenas. Iniciamos as produções de artigos e participamos de eventos acadêmicos durante a graduação e o mesmo se estendeu no decorrer do mestrado.

A pesquisa que resultou neste livro foi associada ao Programa de Pós Graduação em História na UFAL, campus Maceió e está inserida na linha de pesquisa de História Social. Foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, durante o mestrado. Mesmo já conhecendo o território a ser pesquisado desde o período da graduação, foi necessário um tempo para refletir sobre um novo momento naquele mesmo lugar, até definir o objetivo da pesquisa, que foi analisar como os indígenas Xukuru-Kariri habitantes na Mata Cafurna, Semiárido alagoano, ressignificaram o território enquanto espaço de relações socioculturais e ambientais; quais as formas de acesso e uso dos recursos naturais que ao longo dos anos transformaram a aldeia e o cotidiano dos habitantes.

Para isso, foi necessário conhecer os processos de mobilizações do povo Xukuru-Kariri para a reafirmação étnica, seguido do processo de reivindicação dos territórios que resultou na regularização territorial da Aldeia Mata da Cafurna. Uma vez, conhecidos estes processos, buscamos compreender a importância histórica da citada aldeia enquanto espaço no Semiárido, entre os anos de 1979 e 2016, recorte temporal da pesquisa. O ano de 1979 por ser o ano que os indígenas reconquistaram a Aldeia Mata da Cafurna e 2016 por destacar-se como o ano em que lideranças jovens da referida aldeia demonstraram poder de mobilização.

A pesquisa contribui com novas discussões para compreender as relações daqueles

indígenas com o ambiente natural, a sua formação identitária e a importância para o município. Os Xukuru-Kariri vivenciaram profundas mudanças ao longo dos tempos, com perseguições e dispersões, dando lugar à invisibilidade dos indígenas. Após muitos anos de silenciamento, emergiram, organizaram-se e quando conseguiram as terras, foram moldando os espaços e sendo moldados por eles. Voltaram a inserir sem medo, no cotidiano, as práticas ritualísticas, o que desencadeou um sentimento de pertencimento com o território e um novo sentido foi ressignificando as práticas socioambientais.

A documentação utilizada para a pesquisa foi composta por diversas fontes; o primeiro conjunto é parte do Acervo de Luís B. Torres, memorialista, natural de Palmeira dos Índios, que pesquisou principalmente sobre os Xukuru-Kariri; após seu falecimento, o filho Byron P. Torres assumiu a responsabilidade pelo acervo, mas com a morte de Byron a família optou por doar o acervo ao Prof. Adelson, e este deixou sob a guarda do GPHIAL. Neste acervo encontramos informações que tratavam das relações das famílias com alguns indígenas, além da lenda criada por Luís B. Torres que romantizava e associava os indígenas a um passado distante. Neste segundo acervo do Conselho Indigenista Missionário, encontramos documentações sobre os processos de reconquistas na aldeia, o que contribuiu bastante para compreender as dinâmicas vividas pelos indígenas, posseiros e população local.

No Instituto Socioambiental, terceiro acervo consultado, que disponibiliza virtualmente documentações sobre os povos, inclusive os Xukuru-Kariri, que também contribuíram para o andamento da pesquisa. No quarto acervo, Arquivo Público de Alagoas, foi o local que possibilitou que encontrássemos documentações que faziam breves referências aos indígenas em Alagoas, entre eles os do Aldeamento de Palmeira, documentos que serviram de base para que Antunes (1973) escrevesse o livro *Waconã - Kariri- Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas*.

O 5º acervo o do Museu do Índio também disponibiliza virtualmente planilhas disponíveis a consulta, entre estas localizamos sobre a inspetoria regional 4 (IR4) - Inspetor Irineu dos Santos que refere-se ao primeiro aldeamento oficial dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

A pesquisa envolveu concepções metodológicas e teóricas de outros campos do conhecimento, como por exemplo, a Ecologia, possibilitando discutir o passado, e seus reflexos no presente, buscando perceber de que forma ocorreu a organização e a funcionabilidade de um ambiente num dado tempo e espaço (LOPES, 2010; PÁDUA, 2010). Além da História Ambiental, a Antropologia, a Geografia, a Biologia e os conceitos como

memória, identidade, cultura, emergências étnicas, paisagem, biomas entre outros foram discutidos no decorrer do texto, a partir de uma abordagem interdisciplinar.

O percurso metodológico seguiu várias etapas, inicialmente pelo levantamento bibliográfico, seguido de trabalho de campo, coleta, análise e interpretação de dados, entrevistas semiestruturadas e observação participante, priorizando as narrativas, histórias e memórias. A história oral foi aplicada a partir das entrevistas e por meio das transcrições foi possível produzir mais documentos, possibilitando minimizar as lacunas históricas os discursos elitizados Alberti (2004), sendo eco nas vozes silenciadas.

Esta obra foi dividida em três capítulos, cujo o texto dialoga com fotografias, gráficos, mapas e quadros. No capítulo I, “Índigenas em reconquista de terras: reivindicações e conflitos”, foram apresentadas discussões sobre os indígenas Xukuru-Kariri e os processos de reconquista na Aldeia Mata da Cafurna, tratando também sobre os conflitos entre indígenas, posseiros e representantes de órgãos oficiais como o Serviço de Proteção aos Índios - SPI e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em meio a uma rede de disputas, tramas e conexões. A trajetória do povo Xukuru-Kariri e o percurso dos indígenas até a região que posteriormente tornou-se Palmeira dos Índios foram discutidos neste capítulo. Apresenta também como ocorreu as interações entre o Estado brasileiro, os índios e as tentativas de torná-los trabalhadores civis e militares, negando-lhes assim a identidade indígena.

Uma vez habitando o território, em data anterior a criação da cidade de Palmeira dos Índios, ainda no século XVIII, os índios estabeleceram uma boa relação com Frei Domingos de São José que na tentativa de convertê-los ao Cristianismo solicitou aos donos da sesmaria a doação da área já habitada pelos indígenas; no entanto, o religioso conseguiu uma área maior, meia légua de terras em quadra para a construção de uma Igreja em homenagem ao Bom Jesus da Boa Morte. A época, a situação despertou a atenção dos fazendeiros que viam naquelas mesmas terras um lugar para a exploração e lucro, gerando então os primeiros conflitos e perseguições aos indígenas (TORRES, 1984).

Cientes dos riscos e pensando em resguardar as próprias vidas, os indígenas decidiram temporariamente camuflar-se em meio a população não indígena e nas duas últimas décadas do século XIX, principalmente nos subúrbios e periferias da cidade, silenciando sua identidade étnica, suas expressões socioculturais e religião. Com a Lei de Terras em 1850 e posteriormente a extinção dos aldeamentos, em Alagoas, a partir de 1872, tomou força a estratégia de silenciamento dos indígenas, objetivando sobrevivências; reforçou-se então o discurso de que não existiam aldeamentos em Palmeira dos Índios. Ambas as situações

contribuíram para invisibilidade e marginalização historiográfica dos povos indígenas e também para a demora da reconquista pelos indígenas, dos territórios tradicionais, sendo necessário aguardar um momento oportuno para ressurgirem, situação comum aos povos indígenas em Alagoas e no Nordeste (SILVA JÚNIOR, 2013).

Em meados do século XX os indígenas no Nordeste afirmaram a identidade reivindicando direitos aos territórios. Em Palmeira dos Índios esta visibilidade foi marcada pela assistência do SPI aos Xukuru-Kariri com a instalação de um Posto Indígena - PI e o reconhecimento enquanto etnia, sendo também uma oportunidade dos indígenas se reorganizarem socialmente. No entanto, o espaço habitado com o passar dos anos tornou-se insuficiente, provocando a necessidade de reconquistar mais territórios que estavam em posse de fazendeiros e posseiros locais.

Em 1979, várias famílias deixaram a Fazenda Canto e se organizaram para reconquistar a Mata da Cafurna; o processo em favor dos indígenas demorou muitos anos, sendo concluído apenas em 1994. A Mata da Cafurna, além de ser uma área territorial indígena, tem consigo uma natureza que muito contribui para a afirmação sociocultural do povo, pois possibilita uma prática constante de rituais religiosos, o que os fortalece culturalmente. E para além do espaço físico, a aldeia se configura como um espaço político, assumindo características diversas e totalmente interligadas (FUINI, 2017).

O capítulo apresenta as estruturas físicas existentes na aldeia, desde a escola, o posto de saúde e como funcionam, também os espaços coletivos como o açude e a constante mobilização pela revitalização da lagoa; o protagonismo, as mobilizações e a reafirmação identitária são aspectos evidentes ao povo estudado, pois diante de tantas perseguições e violências conseguiu superar estereótipos e se afirmar enquanto grupo com diversidades socioculturais e direitos específicos.

No capítulo II, intitulado “Habitando na Mata da Cafurna: afirmação identitária e socioambiental no Semiárido alagoano”, foram apresentadas discussões a partir de uma revisão de literatura, seguido de uma análise documental e por fim, o trabalho de campo, interligado a uma perspectiva interdisciplinar, com diversas áreas do conhecimento. O objetivo inicial do capítulo foi compreender o processo de formação socioespacial em Alagoas, como ocorreu principalmente a partir das expansões coloniais no Sertão e o avanço das atividades agropecuárias e produções açucareiras. Para o sucesso dos empreendimentos, os colonizadores ignoraram as populações indígenas e posteriormente os negros, que fugindo das imposições adentraram as regiões chamadas de Sertão. Ocorreram conflitos territoriais, além dos impactos socioambientais, uma vez que a exploração das terras pelos colonizadores,

visasse apenas o lucro, sem preocupação com as possíveis consequências causadas ao solo. O Semiárido é um dos novos conceitos abordados, por se tratar de uma discussão a partir de uma série de reflexões, sejam nos aspectos sociais ou culturais;

Em Alagoas são 38 os municípios oficialmente reconhecidos como Semiárido, entre os quais está Palmeira dos Índios, mesmo que tradicionalmente seja localizado em uma região chamada também de Agreste. O município cresceu ao redor de um brejo de altitude, onde são encontradas diversas espécies da Mata Atlântica, Caatinga e espécies endêmicas com a presença de fauna e flora diversas em uma altitude variando entre 300m a 1000m, cercado por matas úmidas, o que contribui para produção de alimentos para consumo e mercado externo.

O Capítulo apresenta informações acerca da Aldeia Mata da Cafurna e ressalta a importância daquele território para os habitantes, por se tratar das relações entre os indivíduos e a natureza, em um lugar que antes era apenas um espaço geográfico, mas que se configurou como território para os Xukuru-Kariri, local de reafirmação identitária em estreitas relações com o sagrado. Além de ser fonte de recursos para produção da arte indígena, produção de remédios naturais, alimentação e renda, se configurou também como espaço de sobrevivência sociocultural daquele povo indígena.

A flora e a fauna em todo território estão em sintonia nas relações indígena-natureza, contexto observado através das entrevistas realizadas com os indígenas, assim foi possível elaborar quadros apresentando parte da biodiversidade existente no local. Entre os recursos naturais, é marcante a riqueza hídrica, atualmente atendendo apenas aos indígenas, mas que em outros períodos abasteceu parte do município. No local existe também um açude, uma lagoa e nascentes do Rio Coruripe.

Dos biomas existentes no Brasil e mais predominantes na região Nordeste, dois deles serão utilizados para compreender a vegetação local, a Mata Atlântica e a Caatinga no ecossistema estudado. Ocorre portanto, formações de Mata Atlântica circundadas por Caatinga com outra característica, o brejo de altitude, constituindo zonas de exceção, matas úmidas, mesmo no Semiárido, situados em perímetros das secas no Nordeste brasileiro.

Apresentamos, também, discussões acerca da História Indígena e da História Ambiental, favorecendo uma revisão historiográfica que desconstruísse a ideia em que História e natureza são opostas. A História Ambiental foi estudada e pensada no sentido de “reconhecer que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão naturais quanto são culturais” (ESPÍNDOLA, 2012, p. 169). Estes estudos contribuíram para pensar os indígenas, pois evidenciaram e acompanharam as transformações históricas, possibilitando a consolidação de uma história de “baixo para cima”

tendo como base a interdisciplinaridade, marco central naquele momento, de uma nova história.

A partir das entrevistas realizadas foi possível compreender que a posse dos territórios indígenas vão além de possuir a terra. A terra é condição para ser e existir do povo indígena, que mesmo com inúmeras perseguições e violências se mobilizam para afirmarem-se.

No capítulo III, intitulado “O ambiente como uma construção identitária Xukuru-Kariri”, destacaram-se as características ambientais encontradas, as transformações ocorridas e vivenciadas pelos habitantes na Aldeia Mata da Cafurna buscando um comparativo entre o que foi o território no passado e como se compõe na atualidade, tendo como recorte geral da pesquisa, os anos de 1979 e 2016, tomando como base as entrevistas e a pesquisa de campo. A reconquista da primeira parte daquele território, fortaleceu as relações socioculturais entre os indígenas e o ambiente. Também evidenciou-se como bastante significativo na afirmação da identidade Xukuru-Kariri, marcada pelo protagonismo dos indígenas nas mobilizações para afirmação das expressões socioculturais, buscando desconstruir os estereótipos e discriminações que enfrentam em Palmeira dos Índios, principalmente pela juventude indígena. Para tanto, foi muito importante o acesso as memórias e oralidades dos indígenas, principalmente dos mais velhos, pessoas muito respeitadas pelos demais indígenas pelas experiências ao longo da vida, pois “a constituição da memória é importante por que está atrelada à construção da identidade” (ALBERTI, 2004, p. 27) em um contexto social e coletivo.

Sobre a situação fundiária dos territórios indígenas no município foi apresentado um panorama com o intuito de reconhecer o que os indígenas têm de área regularizada e o que ainda falta regularizar. Também apresentamos dados que possibilitam evidenciar que a morosidade no processo de homologação das áreas indígenas no município ocorreu por conta das relações de poder, situação denunciada pelos próprios indígenas de forma recorrente.

Objetivamos ainda a realização do mapeamento no território da aldeia pesquisada, evidenciando o cuidado do indígena com o território, com os recursos naturais, analisando questões como os acessos e estradas para a aldeia, as matas, a água, a educação escolar, a saúde e as nascentes. Uma vez estudados estes aspectos, problematizaremos sobre como gerir os recursos naturais. A discussão sobre recursos hídricos é um dos tópicos abordados, pois na Aldeia Mata da Cafurna existem várias nascentes que desaguam no Rio Panelas, um afluente do Rio Coruripe, sua bacia hidrográfica é muito importante para a economia do Estado, mas tem também importância biológica, antropológica, histórica e cultural.

Compreendemos que os Xukuru-Kariri expressam uma identidade sociocultural intrinsecamente relacionada aos territórios onde habitam; ao longo dos anos, esses espaços assumem características que antes não existiam, com vínculos ainda mais fortes no campo simbólico e sentimento de pertencimento à terra, à história, às práticas, às vivências, às memórias e aos rituais, entre outros aspectos, configurando-os em uma identidade diferenciada para os demais habitantes em Palmeira dos Índios. Esse contexto no Nordeste foi discutido por Oliveira (1993), ao tecer reflexões acerca de etnicidade, territorialização, visibilidade social e as experiências dos indígenas em processos de mobilizações para reafirmações identitárias.

Discutimos a importância histórica do território da Aldeia Mata da Cafurna para os Xukuru-Kariri, observando o quanto o ecossistema influencia nas relações indivíduo e natureza, buscando compreender como indígenas percebem as mudanças climáticas, a regularidade de chuvas, o acesso a água, as condições de solo, as plantas nativas e a diversidade animal ao longo dos tempos e como tais variações influenciaram o cotidiano indígena.

Como foi dito anteriormente as pesquisas de campo sobre a temática indígena, especificamente sobre os Xukuru-Kariri foram iniciadas ainda na graduação entre os anos de 2009 a 2014, no entanto para a escrita da dissertação novas pesquisas de campo foram realizadas, a partir de maio de 2017, quando o projeto foi apresentado as lideranças da aldeia, Eliete Alves (Corã), Tanawy Tenório, Suiany Tenório, Salete Santana e Lenoir Tibiriçá, os quais concederam permissão para realização da pesquisa, mediante a exigência de evidenciá-los como povos indígenas, foi uma espécie de ritual para o início de um novo ciclo. A partir daquele momento, acompanhada dos colegas mestrandos da Universidade Federal de Campina Grande Amanda Antero e Brunemberg Soares, que também realizavam pesquisa sobre aquele povo, retornamos várias vezes a aldeia, tanto para as pesquisas de campo quanto para eventos diversos na aldeia.

Em dezembro de 2017 voltamos ao território indígena, em um evento sobre Práticas Integrativas organizado pelo Movimento Popular de Saúde - MOPS, faziam parte deste movimento profissionais da saúde atuantes em diversas áreas como: psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos, técnicos de enfermagem, parteiras entre outros, o principal objetivo foi discutir e inserir as práticas integrativas na saúde pública nas áreas de alimentação, uso de plantas fitoterápicas e recursos terapêuticos que colaborem na prevenção de doenças. Entre março de 2018 a dezembro de 2019 intensificamos a visitas a aldeia pela necessidade de ouvir mais pessoas, revisitar espaços, coletar mais material, confrontar informações, de modo que a

exigência inicial fosse contemplada, sem provocar distanciamento do objetivo inicial da pesquisa.

Para uma reflexão na perspectiva da História Ambiental e História Indígena utilizamos fontes que possibilitaram a análise das relações entre o ser humano e o ambiente, entre as diversas áreas de conhecimento, adentrando no campo das representações e simbologias na constituição de espaços como identidade sociocultural. Estas discussões provocam a busca de novas abordagens históricas e realização de pesquisas sobre aspectos socioculturais dos diferentes grupos humanos, contribuindo para outras discussões sobre os processos históricos das relações índio-natureza.

CAPÍTULO I

INDÍGENAS EM RECONQUISTA DE TERRAS: REIVINDICAÇÕES E CONFLITOS

1.1 OS XUKURU-KARIRI EM ALAGOAS E EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS

O Nordeste é uma das regiões no Brasil que mais foi impactada pela colonização portuguesa, os povos indígenas foram esbulhados das terras, os considerados inimigos foram escravizados, enquanto que os aliados estabeleceram relações de interesse com os europeus. Como forma de resistência os indígenas elaboraram estratégias que possibilitaram a existência; muitos, por exemplo, aparentaram assimilação¹ à cultura dos colonizadores, outros fugiram e adentraram cada vez mais as regiões chamadas de Sertão². Para terem êxito na colônia, os portugueses primeiro negaram a diversidade populacional nomeando todos os nativos de índios, generalizando-os; segundo os dividiu entre aliados e inimigos, sendo esta concepção muito ressaltada pelos cronistas que escreveram sobre o Brasil (SILVA, 2017a).

Para justificar a conversão religiosa acompanhados de muitas violências, ação precisava ser compreendida por quem não fosse indígena como uma simples, merecida e necessária reação que legitimasse a ação do colonizador e, para isso, defendeu-se a ideia de uma natureza má das populações nativas. Extermínio e tutela são, portanto, os nomes de dois aspectos da colonização que nas autorepresentações nacionais aparecem como antagônicos, mas que na prática constituem aspectos alternados e solidários da ação colonial (OLIVEIRA, 2016). E durante o século XIX a realidade e o tratamento dado aos indígenas não implicaram em mudanças, os nativos eram pensados a partir de figuras selvagens que precisavam ser combatidos e transformados em cidadãos brasileiros e também mão de obra.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN³ prestar assistência e fixar o índio à terra, contribuindo para o povoamento no interior do Brasil. Além de liberar as terras para expansão econômica,

¹ O termo refere-se às diversas estratégias utilizadas pelos indígenas para sobreviverem em meio as circunstâncias a partir do contato com os europeus, em alguns momentos os nativos se adaptaram culturalmente buscando formas de resistir as imposições. Obviamente que não se pode negar que houve a transformação cultural, mas não necessariamente a aceitação, pois existiu muita resistência por parte dos indígenas (ALMEIDA, 2010, p.14).

² Denominação dos colonizadores portugueses às regiões ainda não desbravadas, consideradas incivilizadas, opostas ao litoral.

³ Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional e a partir de 1918 passou a ser apenas SPI (OLIVEIRA, 1947).

também usar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola, com a ideia de fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação. Em 1918, a agência tornou-se apenas SPI e o primeiro diretor geral foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, patrono da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também primeiro brasileiro indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1958.

Em 1967, o SPI, que era subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, foi substituído pela FUNAI sob acusações graves acusações de corrupção, por razão de envolver-se em jogos partidários e protagonizar diversos escândalos. Tanto o SPI quanto a FUNAI tinham como objetivo uma política indigenista que resultasse em medidas práticas formuladas pelo poder estatizado que fossem direcionadas aos povos indígenas. Ambas as agências foram peças determinantes na produção de sentidos generalizáveis para a heterogeneidade da vida social brasileira (LIMA, 1995).

Pesquisadores buscaram analisar se ocorreram avanços como expansão geográfica dos territórios por partes dos indígenas e quais eram os limites e contribuições, a partir da existência destes órgãos. Segundo Lima (1995), o poder tutelar pode ser visto como modo de integração territorial e político, operado desde um aparelho estatizado, parte do conjunto de redes sociais e relações componentes de um Estado, o qual em diferentes momentos do tempo e implicando múltiplas relações entre distintos segmentos sociais, tem procurado se representar como nacional (LIMA, 1995, p. 42).

O direito à posse das terras aos índios brasileiros foi garantido nas Constituições federais de 1934, 1937, 1946 e 1967 e a Emenda Constitucional nº 01 em 1969 dizia que “as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis [...] a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. No entanto, sempre que necessário encontravam-se brechas que impediam a regularização das terras para os povos indígenas.

A substituição do SPI pela FUNAI, em 1967, trouxe poucas mudanças, pois ambas as agências representavam interesses do Estado e não dos povos indígenas. A principal intenção era inclui-los nos espaços e enfraquecê-los tentando negar a existência sociocultural, burlando os direitos, cumprindo assim com os interesses do Estado que permaneceu com a assistência aos índios através das incalculáveis tentativas de desconstrução da identidade indígena no Brasil.

Os indígenas no Nordeste foram inicialmente vistos como figuras folclóricas e exóticas, e isto exemplificava-se nos museus, quando a cultura das populações eram representadas por peças arqueológicas ou coleções etnográficas de índios que habitavam

apenas a região amazônica, ignorando a pluralidade étnica no país,

A categoria Índios do Nordeste, foi compreendida como uma unidade um conjunto étnico e histórico com um caráter regional e particularizante, integrado pelos diversos povos adaptativamente relacionados a caatinga e historicamente associados as frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVI e XVIII (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Na segunda metade do século XX, os indígenas chamados de “misturados” eram sertanejos, pobres e sem acesso à terra. O Órgão indigenista atuava em raras situações, mesmo tendo várias demandas solicitadas pelos indígenas, como por exemplo, o reconhecimento étnico e conseqüentemente a demarcação dos territórios. A disparidade de assistência e tratamento dos índios no Nordeste para com os índios das regiões do Xingu ou da Amazônia eram muito visíveis. O órgão indigenista precisava antes de tudo entender que os indígenas habitantes na região Nordeste eram tão índios quanto quaisquer outros e não “caboclos” ou “remanescentes de indígenas”, expressões frequentemente utilizadas por funcionários destes órgãos que deveriam prestar assistência aos indígenas, mas que eram os primeiros a reforçarem tais estereótipos.

O município de Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, tem como parte da população indígenas Xukuru-Kariri⁴ habitando em 10 aldeias: Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Cafurna de Baixo, Coité, Boqueirão, Amaro, Riacho Fundo, Serra do Capela, reconhecidas pela FUNAI e pelos próprios indígenas, e mais 02 em processo de reconhecimento, Fazenda Jarra e Monte Alegre. Na maioria os Xukuru-Kariri habitam Palmeira dos Índios, mas ocorreram migrações para outros estados como Bahia e Minas Gerais⁵.

Os Xukuru-Kariri são originários de duas etnias: os Xukuru vindos de Pesqueira em Pernambuco e os Kariri que viviam as margens do Rio São Francisco, próximo à atual cidade de Porto Real do Colégio em Alagoas:

Um relato do Vigário Maia Mello, Presbítero secular da Igreja de São Pedro (Roma) e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, tendo sido pároco de Palmeira entre os anos de 1847 e 1899, dá explicações sobre os etnônimos Xucuru e Kariri, relacionando-os também a migrações de índios originários de diferentes localidades: Cita que em 1740 desceram índios da Aldeia de Simbres do alto Sertão de Pernambuco (local do município de Pesqueira, onde ainda hoje vivem

⁴ A denominação Xukuru-Kariri resultou de algumas variações ao longo das relações destes índios com a sociedade envolvente e com o Estado; podendo ser citadas como exemplo: Kariri, Xucuru, Shucuru, Xukuru, Aconã-Kariri-Xucuru, Kariri-Xucuru. Em nossas reflexões optamos pela grafia Xukuru-Kariri.

⁵ Os indígenas Xukuru-Kariri habitam Alagoas no município de Palmeira dos Índios, mas também no município de Nova Glória na Bahia e Caldas Novas em Minas Gerais.

os Xucuru) e vieram outros d'Aldeia do Colégio do Rio São Francisco desta Província (hoje, Porto Real do Colégio, onde localizam-se os Kariri Xocó), ... aqueles da Tribo Chucuru e estes da Tribo Cariry. Esse autor ainda identifica diferentes localidades em Palmeira dos Índios, nas quais ...os Chucuru se aldearam à margem do pequeno ribeiro, Cafurna, entre terras da fazenda Olhos d'água do Accioly e Serra da Palmeira, fizeram o nome o seu aldeamento ...e os Cariris, também deram o nome do lugar onde se aldearam, Serra do Cariry, onde fizeram uma pequena Igreja, de palha de palmeira (apud ANTUNES,1973:45). Essa percepção de que os índios que atualmente localizam-se em Palmeira dos Índios migraram de outros lugares, é, portanto, encontrada em várias fontes (MARTINS, 1994, p. 21).

O processo que resultou no deslocamento dos índios para a atual região de Palmeira dos Índios ocorreu em razão da utilização da mão de obra indígena escravizada. Como estratégia de resistência alguns índios se aliaram aos colonizadores, outros fugiram e após uma longa jornada alguns chegaram a Mata dos Palmares⁶. Palmeira dos Índios foi elevada a cidade em 1899 e está inserida em uma região considerada Agreste (Semiárido), que apresenta condições climáticas subúmidas em uma microrregião com características semiáridas moderadas, possuindo assim, tanto características agrestinas, quanto do Sertão alagoano. A cidade destacou-se por diversas produções agrícolas, desde o algodão, banana, milho e feijão, na maioria das vezes de forma consorciada, além da atividade pecuária paralela às lavouras citadas (MELO, 1980, p. 264).

O território onde localiza-se Palmeira dos Índios foi o espaço que possibilitou o encontro e habitação das citadas duas etnias ainda no século XVIII, provavelmente em 1740, data anterior da criação da cidade, quando a região dispunha de terras produtivas e cultiváveis inicialmente utilizadas pelos índios. Além disso, está inserida em regiões serranas, favorecendo estrategicamente a defesa dos índios contra os ataques dos colonizadores portugueses.

Após o início da colonização europeia naquela região, Frei Domingos⁷ de São José, no fim do século XVIII, conquistou a confiança dos índios e os incentivou a conversão mobilizando-os para construção de uma capela de taipa e palha. Com o passar dos anos, o religioso tomou conhecimento que a região onde fora construída a capela estivera em posse

⁶ Região assim nomeada em razão de palmeiras entre as serras e o “Vale da promessa” (TORRES, 1984).

⁷ As origens do Frei Domingos antes da chegada a Palmeira dos Índios são desconhecidas, bem como a ordem religiosa a que pertencia, apesar de ser recorrente referências a vida religiosa como um Franciscano ou Capuchinho devido a relatos de que o mesmo vestia-se roupa de cor marrom (TORRES, 1984). No acervo de Luiz B. Torres sob guarda do GPHIAL foi encontrado uma correspondência a Torre do Tombo solicitando informações sobre a vinda do Frei a Palmeira dos Índios, mas não obteve respostas. Em entrevista com o indígena Antônio Celestino no dia 24/12/2018 na Aldeia Boqueirão, o entrevistado afirmou não acreditar na existência do Frei, pois os pais, avós ou parentes nunca falaram sobre o religioso, mas sim sobre outras figuras religiosas.

do Cel. Manoel da Cruz Vilela⁸ que, falecido, deixara as terras como herança para a esposa Dona Maria Pereira Gonçalves e filhos.

O religioso solicitou e recebeu dos herdeiros do Cel. Manoel meia légua de terras em quadra para a construção de uma Capela em homenagem a Bom Jesus da Boa Morte. A doação foi registrada em cartório na cidade de Garanhuns/PE em 1773 (PEIXOTO, 2013). Mesmo assim, os índios continuaram a enfrentar pressões por parte dos fazendeiros e dos que viram nas terras indígenas formas de exploração, além de a todo custo forçar os índios a aceitarem uma nova crença, novos hábitos, adversos as expressões socioculturais.

O território habitado pelos índios e depois disputado pelos fazendeiros, comerciantes e oligarquias locais passou por muitos trâmites burocráticos até tornar-se um município independente. Em 1835, desmembrou-se de Atalaia e foi chamado Vila da Palmeira, mas em 1838 perdeu o título, voltando a pertencer a Atalaia, pois os conflitos entre os fazendeiros que disputavam o poder era uma constante (TORRES, 1973, p. 28).

1.2 O SILENCIAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Os indígenas vivenciaram vários momentos de tensões, perseguições e imposições de outrem e por essa razão, inúmeras vezes negaram sua identidade étnica, silenciaram as expressões socioculturais e a religião. Como ocorreu com os indígenas em todo país, inclusive com os habitantes em Alagoas.

O século XVIII em Alagoas foi um período em que os povos indígenas foram pouco citados em documentos estatais, mas os poucos registros existentes na atualidade são de grande importância para pesquisas sobre a temática. Os documentos abordam várias situações, parte deles inferioriza e marginaliza os indígenas, mesmo assim os reconhecem como povo, determinando que os direitos aos territórios fossem garantidos, o que fortaleceu as mobilizações indígenas.

Em uma de suas obras, o antropólogo Clóvis Antunes (1973) elaborou os escritos a partir de documentos encontrados no Arquivo Público de Alagoas-APA, que tratavam dos índios em Alagoas, na maioria, circulando entre a Assembleia Legislativa da Província das Alagoas e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Em um dos documentos apresentados, o Presidente da Província das Alagoas afirmou que “os índios Cariris e Chucurus vieram de São Paulo para destruir Palmares, mas é bem provável que também sejam

⁸ Proprietário da Sesmaria de Burgos, falecido, que através de sua esposa e filhos doou as terras.

descendentes dos Tabajaras e Caetés que estavam no litoral e Sertão da Província na época do descobrimento do Brasil” (ANTUNES, 1973, p. 27).

A partir dos anos finais do século XIX e até meados do século seguinte foi cada vez mais difícil encontrar documentação estatal citando a presença de índios, alguns com raras exceções foram produzidos por pesquisadores que tinham interesse acadêmico e compromisso com a história indígena, como foi o caso de Clóvis Antunes. O autor citou os aldeamentos de Atalaia, Urucu, Santo Amaro, Limoeiro, Cocal, Jacuípe, Porto Real do Colégio e Palmeira dos Índios, o que de certa forma contribuiu para os habitantes nestes aldeamentos, uma vez reconhecidos pelo Estado, sendo importante destacar que,

[...] dos oito aldeamentos extintos oficialmente em 1872, apenas dois deles sobreviveram na configuração do século XX, o de Porto Real do Colégio e o de Palmeira dos Índios. Os demais, seus habitantes foram incorporados às massas de trabalhadores dos respectivos municípios aos quais estavam vinculados territorialmente (FERREIRA, 2016, p.65).

Dentre os aldeamentos citados, o de Palmeira dos Índios é aquele que pesquisamos, que a época era uma vila, e eram conhecidos os seguintes dados: 201 fogos (famílias) e 572 almas (índios) rendendo cerca de 200\$000 réis não possuindo relações com os povoados vizinhos. O governo provisório em 1822 determinou a demarcação às terras que os índios possuíam há mais de 80 anos (ANTUNES, 1973, p. 28-29).

Quadro 01 - Aldeias na Província das Alagoas no séc. XIX

ALDEIAS DOS INDIOS DA PROVINCIA DAS ALAGOAS			
NOMES.	MUNICIPIOS.	COMARCAS.	FREGUEZIAS.
Jacuípe.	Porto Calvo.	Porto Calvo.	Nossa Senhora da Apresentação.
Cocal.	Passo de Camaragibe.	"	Bom Jesus.
Urucú.	Imperatriz.	Imperatriz.	Santa Maria Madalena.
Limoeiro.	Assembleia.	"	Bom Jesus
Santo Amaro	Pilar.	Atalaia.	Nossa Senhora do Pilar
Atalaia.	Atalaia.	"	Nossa Senhora das Brotas.
Palmeira dos Índios.	Palmeira dos Índios.	Anadia.	Nossa Senhora do Amparo.
Colégio ou Porto Real.	Penedo.	Penedo.	Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: (ANTUNES,1973, p.14).

Estudiosos pesquisaram os indígenas em Alagoas no século XX. Os primeiros foram Carlos Estevão (1942), Clóvis Antunes (1973), Luís B. Torres (1984) e Ivan Barros (1968),

além de Sávio Almeida (2004), Silvia Martins (1994), Siloé Amorim (2010), Aldemir Barros (2013) e Adelson Lopes (2013) mais recentemente. No geral, os estudos realizados trazem subsídios para novas pesquisas de muita importância para a visibilidade dos indígenas em Alagoas.

Carlos Estevão⁹ publicou o texto “O ossuário da ‘Gruta-do-Padre’ em Itaparica e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste”, apresentado em uma palestra no Museu Nacional/RJ. E sobre os Xukuru-Kariri escreveu:

De todos os remanescentes indígenas que tenho visitado no Nordeste, são aqueles caboclos os que se apresentam em melhor estado de pureza física. Naqueles “Chucurús” “Caririzeiros” como eles se proclamam, os traços característicos da raça estão ainda muito bem conservados. Achei-os os também bastante inteligentes. De raciocínio mais pronto, não tenho ideia de haver encontrado nenhum outro povo nos grupos que visitei (ESTEVÃO, 1942, p. 174).

A citação anterior pode ser compreendida na atualidade como algo negativo, pois o estudioso fez uso de termos como “pureza física” como condição para ser ou não indígena, ou “remanescentes indígenas” como se separasse o índio do passado e estes a época pesquisados pelo autor, deslegitimando a reivindicação dos territórios. Atualmente entre os indigenistas, tais discussões foram superadas, mas é importante continuar combatendo tais termos. No entanto, é necessário considerar que a palestra ocorreu no final da terceira década do século XX, momento histórico em que os indígenas estavam vivenciando o processo de emergências, ressurgimento e visibilidade social. Tais características tão ressaltadas por Carlos Estevão evidenciavam e fortaleciam as mobilizações indígenas, pois os órgãos oficiais como o SPI e posteriormente a FUNAI, determinavam que para serem reconhecidos como índios, os traços físicos eram fundamentais, além da dança do Toré, entre outros aspectos. E ainda complementou o pesquisador:

[...] é precaríssima a situação daqueles caboclos. De acordo com as declarações que me fizeram, até as fontes em que abastecem d’água, os “brancos” lhes tiraram. E muito maiores seriam seus sofrimentos se lhes faltasse a valiosa proteção do Padre Francisco Macedo, vigário de Palmeira (ESTEVÃO, 1942, p. 174).

⁹ Pernambucano, formado em Direito. Mudou-se para Belém do Pará no início do século XX, após o falecimento do pai. No Pará assumiu vários cargos públicos, entre estes foi Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Dedicou-se aos estudos sobre índios no Nordeste, buscando conhecer essas populações e subsidiar o Estado com o objetivo de assisti-los e protegê-los, conforme a mentalidade da época. Também iniciou os primeiros passos rumo a construção de um novo campo de produção do conhecimento científico. Entre os indígenas estudados por Estevão estavam os Chucurus em Palmeira dos Índios a partir dos anos 30 no século XX (SECUNDINO, 2018).

O antropólogo Clóvis Antunes¹⁰ foi outro pesquisador que muito contribuiu para os estudos sobre os indígenas em Alagoas, com reflexões baseadas na pesquisa etnográfica e em arquivos. Utilizando também documentos oficiais da Província, elaborou uma nova produção que em muito favoreceu as demarcações de terras indígenas em Alagoas.

No livro *Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas (1973)*, o citado pesquisador abordou vários momentos da trajetória dos Xukuru-Kariri, tendo sempre como pano de fundo Palmeira dos Índios, desde quando era vila, depois freguesia, posteriormente comarca e município. É importante destacar ao longo dos anos a continuidade da presença indígena no município, mesmo sendo expulsos das terras por meios diversos, principalmente com ações de fazendeiros e parte da Igreja Católica Romana e mesmo depois de camuflados na população local, como forma de sobrevivência,

Em 1821, os indígenas fizeram um apelo ao Presidente da Província das Alagoas alegando o direito de posse, no sentido de lhes serem doadas terras onde pudessem trabalhar. A 27 de dezembro de 1822, Junta Governativa atendeu ao apelo e determinou que fosse feita a demarcação das “terras dos Índios”. A data certa da criação da Freguesia de Palmeira dos Índios remonta a 1798 (ANTUNES, 1973, p.38).

Um Alvará Régio de 1700 associado ao Regimento das Missões ordenava a doação de uma légua de terras em quadra para a sustentação dos índios e missionários, assim os indígenas tinham legitimamente as terras reconhecidas. No entanto a Carta Régia de 1808 declarou devolutas as terras dos índios, o que também implicou no reconhecimento dos demais indígenas as terras (CUNHA, 1992). Em 1822 acabaram-se as concessões de Sesmarias no Brasil, e só a partir de 1850 é que foi criada uma nova legislação de terras no país. A Lei era a 601¹¹ e entre várias outras questões determinava a demarcação das terras por meio de títulos das Sesmarias legítimas ou posses mansas¹². A Lei só foi regulamentada em 1854 e efetivada em anos distintos por todo o país.

A Lei contribuiu para a invisibilidade social e marginalização historiográfica dos indígenas. Sendo a terra representatividade de poder, uma vez regulamentada, tornou-se mais difícil um trabalhador possuir terras, por outro lado facilitava ainda mais o acesso das oligarquias para comprá-las, além de estreitar suas relações políticas. A temática indígena no

¹⁰ Alagoano, Professor Adjunto na Universidade Federal de Alagoas, autor de diversas obras sobre povos indígenas em Alagoas.

¹¹ Dispõe sobre as terras devolutas no Império acerca das que são possuídas por título de sesmaria, ficando proibida a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

¹² Consideradas devolutas, cedidas apenas a título oneroso, empresas particulares ou estabelecimentos de colônias.

século XIX deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra, para se tornar um problema fundiário (CUNHA, 1992). O impacto desta Lei sobre os os indígenas foi enorme, as diversas formas de como ocorreu na prática, baseando-se no que se previa na legislação os fez se reinventarem a partir das experiências, recriando novas formas de ser , sem afetar o sentimento de pertença.

Em Alagoas, a Lei de Terras vigorou a partir de 1872, período em que se acirrou os conflitos territoriais entre índios e posseiros, como ocorre ainda na atualidade, também no mesmo período em que a política indigenista imperial estava sob o controle da Direção Geral dos Índios, em Alagoas dos vários aldeamentos extintos oficialmente, apenas dois deles sobreviveram, o de Porto Real do Colégio e o de Palmeira dos Índios. Em 1874, a Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios solicitou ao governo terras para construir o patrimônio municipal (PEIXOTO, 2013), o que denunciava a apropriação das terras indígenas.

A Lei acabou com os sistemas de concessão e doação para transformar a terra em propriedade privada, favorecendo, assim, os grandes proprietários rurais que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra, tornando-as um bem comercial, tirando delas o caráter de status social derivado da própria posse. Na maioria das situações, as terras indígenas foram consideradas devolutas, loteadas e transferidas por meio de título de vendas a terceiros (SILVA JÚNIOR. 2013) e os invasores objetivavam ocupar as terras habitadas pelos indígenas para expandir as produções agrícolas e pastoris.

Em Alagoas, a dinâmica local por conta da efetivação da Lei, contribuiu principalmente como estratégia do Estado para negar a presença indígena, argumentando que se não haviam mais aldeamentos, também não existiam índios, instalando-se um momento de silenciamento estatal e administrativo da população indígena, que entendendo aquela dinâmica, decidiram por temporariamente silenciar-se para se resguardarem.

Ainda no século XIX¹³ o Agreste alagoano foi palco de um processo político em que os índios vivenciaram perseguições dos posseiros e de oligarquias locais que criaram inúmeras estratégias para expulsar o povo Xukuru-Kariri das terras. Afirmou Dilson Ferreira, indígena Xukuru-Kariri:

Dois pedacinhos de terra que foi bem resistente nessas época em que o restante foi retomado pelo grileiro, pelo posseiro e pelo branco, foi ali no pé da Cafurna de Baixo

¹³ Nesse período os aldeamentos foram oficialmente extintos. E em Alagoas por decreto provincial em 1872. Era como se não mais existissem índios na região e quem se declarasse índio corria o risco de morte (SILVA JÚNIOR, 2013).

e no Capela, na Serra do Capela, foi tanto que a Mata da Cafurna ficou em posse da Prefeitura¹⁴.

Os índios que fugiram da imposição e exploração dos colonizadores camuflaram-se entre os não indígenas vivendo principalmente nas áreas de subúrbios e periferias na cidade de Palmeira dos Índios (SILVA JÚNIOR, 2013), mas antes disso, os indígenas narraram que se escondiam nas proximidades das áreas até então habitadas, nos locais mais improváveis, mas não foi possível por muito tempo como menciona o indígena Antônio:

[...] nas grotas, grotas da Mata da Cafurna foi uma, é que nem uma furna, os cantos mió de acesso todo mundo escolhe, o canto mió pra sobreviver, e índio ia escolher cabeça de serra pra se esconder? Não, a gente queria escapar da perseguição. Chegamo agora, nem cabeça de serra, nem montanha, nem grotas, nem nada mais¹⁵.

No entanto, essa estratégia gerou consequências irreversíveis principalmente às expressões socioculturais, também a não oficialização dos povos indígenas e consequentemente a conquista dos territórios tradicionais. A partir deste anonimato e amenizada as perseguições, os indígenas aguardaram o momento oportuno de afirmarem a identidade, situação comum aos povos indígenas em Alagoas e no Nordeste.

1.3 SILENCIAMENTO, RETORNO E ALIANÇAS: O PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA

Em meados do século XX os índios mobilizaram-se e ganharam apoio a fim de serem reconhecidos enquanto povos indígenas com suas expressões socioculturais. O processo de mobilização para as retomadas de territórios, visibilidade política e reconhecimento, sempre foi uma necessidade e os indígenas habitando no Nordeste reivindicaram este reconhecimento: “iniciando entre os anos de 1920, prolongando-se por duas décadas, quando foram interrompidos por um longo período, até serem reconquistados com visibilidade social nos anos 70” (PARISI, 2008, p.30) sempre visando as reconquistas territoriais.

A partir das reivindicações dos indígenas, por volta de 1950 o SPI iniciou a atuação em Palmeira dos Índios:

Carlos Estevão de Oliveira entrou em contato com os Xukuru-Kariri e, junto ao Deputado Federal alagoano Medeiros Neto, iniciou o processo de reconhecimento

¹⁴ Entrevista com Dilson Ferreira na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

¹⁵ Entrevista com Antônio Celestino na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

pelo SPI. Os indígenas, no entanto, aguardaram, até 1952, para que o órgão estatal adquirisse uma fazenda, instalasse um Posto Indígena e depois passasse a reunir e a receber famílias indígenas oriundas de diferentes localidades próximas (FERREIRA, 2016, p. 84).

O Órgão indigenista oficial tinha como objetivo “assistir” aos índios na Região Nordeste com a instalação de Postos Indígenas - PI e representá-los perante o Estado brasileiro, pois antes deste reconhecimento, os indígenas em muitos momentos foram tratados como “fiapos da humanidade” sujeitos ao desaparecimento e incompatíveis com o avanço da “civilização” (LIMA, 1998). Superar estes estereótipos e interpretações tidos como verdade durante muito tempo consiste em um desafio ainda na atualidade.

Este período foi significativo em Alagoas, a partir da década de 1950, momento em que os indígenas e indigenistas intensificaram as mobilizações até serem reconhecidos pelo Estado, pela diversidade étnica, amenizando atos de exclusão e marginalização social. O silenciamento imposto teve fim a partir do reconhecimento oficial e em Palmeira dos Índios destacou-se pelo retorno de famílias indígenas que haviam fugido para outras localidades temendo perseguições. Este importante momento histórico, possibilitou que os índios pudessem voltar a se afirmarem como indígenas, fazendo também o uso do aparelho administrativo que o SPI oferecia,

O retorno da família Ricardo para as terras de Palmeira dos Índios se deu somente no ano de 1952, data que marca a aquisição de uma fazenda para a formação da aldeia Fazenda Canto. A compra da propriedade só foi possível graças à ajuda financeira de índios do Paraná e pelo intermédio do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), do Padre Alfredo Dâmaso entre outros (PEIXOTO; ROCHA, 2017, p.03).

Em Alagoas, inicialmente foram reconhecidos os Kariri-Xokó (1944) em Porto Real do Colégio e os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios (1952), onde o SPI instalou um PI na Aldeia Fazenda Canto, sendo essa a primeira Aldeia Xukuru-Kariri no período republicano (SILVA JÚNIOR, 2013). Com a proposta de organização dos índios com a compra da Fazenda Canto, destacando principalmente o empenho das famílias Ricardo e Celestino, além de indigenistas, políticos e religiosos, a história dos indígenas no município viveu um marco, um momento de reconhecimento étnico e reorganização, contexto celebrado com a inauguração do PI, imortalizado na fotografia a seguir.

Fotografia 01 - Os Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos, Palmeira dos Índios, Alagoas.



Fonte: Acervo Museu do Estado de Pernambuco – MEPE.

A fotografia acima, compõe a Coleção Etnográfica de Carlos Estevão de Oliveira, disponível no site do MEPE. Segundo a fonte, os registros foram feitos entre os anos de 1908 a 1946, no entanto, o momento desta fotografia aconteceu provavelmente entre os anos de 1952 e 1953, quando a Aldeia Fazenda Canto foi comprada e os indígenas Xukuru-Kariri passaram a habitar o local. Embora entre os anos de 1936 e 1940, Estevão tenha empreendido visitas para estudos de grupos indígenas no Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), não nos esclareceu de forma precisa a fonte segura das origens. De todo modo, a fotografia nos possibilita pensar como foi viver novamente aldeado, só que desta vez a iniciativa partiu do povo Xukuru-Kariri, de indigenistas ligados ao campo acadêmico, político e religioso, com o aparato público do SPI, que por meio desta rede de relações conseguiu reunir parte do povo Xukuru-Kariri mais uma vez. O SPI pretendia acompanhar o cotidiano dos indígenas, obviamente interferindo no modo de vida e os indígenas tinham essa consciência, ao mesmo tempo que compreendiam que eram alianças necessárias. Aldear significava também assegurar o controle sobre o povo, as atividades e organizações, tornando supostamente mais fácil colocá-los sobre influência do Estado.

[...] o poder tutelar é uma forma reelaborada de uma guerra, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamento possível entre um “eu” e um “outro” afastados por uma alteridade radical, isto é, a conquista, cujos os princípios primeiros se repetem como toda repetição, de forma diferenciada a cada pacificação (LIMA, 1995, p.43).

Para os índios foi adquirida a Aldeia Fazenda Canto como propriedade para usufruto. Antes pertencera a Manoel Sampaio Luz, então Prefeito de Palmeira dos Índios e no local foi instalado o Posto Indígena Irineu dos Santos. Os trâmites burocráticos para a compra da fazenda e futura aldeia, a época, ocorreram de forma rápida, devido intenções escusas, principalmente por parte do então “proprietário”. O SPI intermediou o processo de compra, mas sua efetivação só foi possível por conta do Fundo do Patrimônio Indígena, mais especificamente por parte dos indígenas que habitavam a região Sul do país e doaram o pagamento integral das terras para a compra da Aldeia Fazenda Canto, que além de ter sido vendida por um alto valor, Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a quantidade de terras acordada foi uma e a entregue foi outra.

O valor pago pela fazenda correspondia a 372 ha, mas quando foi entregue a área foi reduzida para 276 ha. Este equívoco e ato de má fé não foi revertido até os dias atuais. Mesmo assim o sonho da aldeia concretizou-se, embora tenha tido as proporções reduzidas, o que mais na frente desencadeou um problema grave, a insuficiência de espaço para o atendimento das necessidades básicas do grupo. Ora, se era insuficiente abrigá-los com a quantidade de terras anteriormente acordada, imaginemos com 96 ha a menos? (NEVES, 2014). Além das questões citadas, a terra não estava em boas condições e não correspondeu ao valor pelo qual foi comprada, como citado no relatório produzido para compor o processo de demarcação das terras:

As novas terras adquiridas para os índios estavam, entretanto em péssimo estado e que, segundo o próprio inspetor, teria sido um excelente negócio para o vendedor, Sr. Juca Sampaio, já que as terras estavam estragadas pelos sucessivos plantios, sem o necessário descanso, e que, além disso, não possuía "nenhum capão de mato onde se pudesse cortar uma varinha", faltando, portanto lenha para o consumo futuro dos índios. As construções existentes já estavam semidestruídas, em péssimo estado de conservação, já que, segundo o capataz da fazenda, as benfeitorias tinham sido construídas há 26 anos (CARRARA, 2011).

Diante deste cenário, a Fazenda Canto reuniu as condições para os índios estarem juntos novamente; foi portanto, o território que representou garantias assistenciais do SPI e principalmente o reconhecimento pelo Estado brasileiro, que antes os considerava extintos. Ademais, evidenciou-se como a pioneira nas mobilizações de diversas reconquistas, um ponto de partida para a visibilidade indígena e na conquista de mais territórios e protagonismo do povo Xukuru-Kariri.

1.4 O CONCEITO DE RETOMADA E RECONQUISTA PARA OS XUKURU-KARIRI

Durante as visitas de campo os conceitos de ocupação/invasão e retomada/reconquista foram muito presentes nas narrativas dos indígenas durante as entrevistas. Quando questionamos sobre os processos de organização social, principalmente ligados a emergência étnica, utilizamos o termo ocupação ou retomada para discutir sobre os territórios e eles sempre nos corrigiam, argumentando a compreensão deles sobre estes termos. O fato de tal situação ter ocorrido diversas vezes, com pessoas diferentes na aldeia, nos fez refletir sobre a importância de buscar compreender o que os indígenas entendem por cada um dos termos citados, também fizemos o uso da fala de pesquisadores que tratam sobre estes conceitos, apresentando as variadas compreensões sobre o mesmo conceito.

Sobre retomada, os indígenas pouco utilizam, pois, segundo eles:

[...] parece que a gente tá tomando de alguém e eu não tô tomando, eu tô reconquistando. Entende? Reconquista é requerer o território, Retomada é tomar de alguém. Por exemplo, esse território aqui é do meu vizinho, tá em posse dele, mas essa área tá na delimitação, se a gente ocupar e conseguir, a gente tá reconquistando o território e não retomando, por que o governo federal já reconheceu que é nosso. Quando eu digo reconquista, eu falo daquilo que era nosso e que foi invadido pelo posseiro, mas agora é nosso outra vez¹⁶.

Quanto ao termo ocupação, utilizado com frequência pelos indígenas, eles argumentaram que fazem uso, pois tem o significado contrário de invasão, além de ser um conceito que justifica politicamente as ações de reivindicar os territórios que estavam/estão em posse de outros, muitas vezes já reconhecidos como terra indígena, no entanto, sem efetivação, restando aos indígenas a opção de ocuparem as áreas, com o objetivo de pressionar o poder público para dar celeridade às demarcações, como afirmou Dilson Ferreira, indígena Xukuru-Kariri:

[...] hoje nós só podemos usar o termo ocupar, por que a demarcação foi feita, através de grande perda do território. Por acordo, nós fizemo acordo só pra perder, 36.000,00 ha da primeira demarcação, que dentro da história brasileira isso é errado, demarcação pra terra, pra índio, pra quê? Já que inventaram as demarcações foi lá e fez, e nada, depois foi um combinado para 15.000,00 ha, depois de 15 foi pra pouco mais de 7.000,00ha e depois disso tá aí o conflito político que abriu¹⁷.

Sobre a citação anterior, o indígena refere-se aos Laudos Antropológicos elaborados. Segundo ele é desnecessário a elaboração dos laudos, pois só custam gastos ao poder público,

¹⁶ Entrevista com Dilson Ferreira, realizada pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

¹⁷ Entrevista com Antônio Celestino, realizada pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

mas o território reconhecido não tem sido repassado para os indígenas, “então pra que gastar dinheiro e não devolver as terras?” questionou o indígena. Sua narrativa chamou atenção tanto no que se refere aos termos e conceitos por eles abordados, quanto pela discussão sobre a morosidade no processo de regularização fundiária. Percebe-se que o indígena não tem o conhecimento sobre o papel do poder público e dos Antropólogos que atuam em defesa das comunidades tradicionais através da elaboração e identificação dos documentos necessários e indispensáveis ao reconhecimento à certificação e implementação de direitos.

Pesquisadores da temática indígena, como historiadores, antropólogos, geógrafos, sociólogos, advogados entre outros, também órgãos indigenistas como a FUNAI e o CIMI discutem e desenvolvem estudos sobre os conceitos apresentados acima. A invasão, de certo, possui um sentido de uma ação construída em torno de alguma ilegalidade, algo contrário ao juízo de valor social, termo bastante utilizado pelos posseiros para criminalizar os indígenas. Enquanto que ocupação é mais atenuado, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma determinada área, imóvel, por exemplo, mas ainda sem ter sido regularizada. Exemplos que se aplicam à realidade dos Xukuru-Kariri em que as áreas demarcadas e não regularizadas, são motivo para o desencadeamento das ocupações, a fim de pressionar o poder público para dar celeridade ao processo de territorialização.

Sobre reconquista e retomada, o primeiro é utilizado para referir-se aos processos históricos de povos que disputavam as expansões de territórios. Esse processo também configurou-se como restaurativo para a população cristã, a época. Já o segundo, está associado ao contexto de mobilizações, neste caso específico dos indígenas, com o intuito de ocupar terras que os pertenceram, ou seja, “as retomadas de terras consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios” (ALARCON, 2013, p.100). Consideramos de suma importante compreender o que os indígenas pensam sobre os processos históricos nos quais estão inseridos, principalmente por serem eles mesmos os protagonistas desta história.

1.5 A CONQUISTA DA MATA DA CAFURNA

A compra da Fazenda Canto não resolveu as necessidades territoriais dos Xukuru-Kariri, pois a área da propriedade não atendia às necessidades dos indígenas. A limitada extensão territorial, o crescimento populacional e o surgimento de conflitos internos também justificaram a urgência por mais terras. Mas, segundo os indígenas, o principal motivo para que se ocupasse a Mata da Cafurna foi a descoberta do que pretendia a Prefeitura Municipal

de Palmeira dos Índios, a época, pois o prefeito Enéas Simplício planejava vender a área para um grupo de japoneses construir uma universidade.

Cientes desta situação os indígenas habitantes na Aldeia Fazenda Canto, decidiram em assembleia ocupar a primeira parte daquele território, como narrou o indígena Dilson Ferreira:

Era essa a ideia do Prefeito na época, o Enéas Simplício que queria vender a Mata e fundar uma faculdade. Mas já que essa Mata era também um patrimônio indígena dos nossos antepassados, nós resolvemos ocupar. Nós morava na Fazenda Canto nessa época e a comunidade inteira se reuniu e disse, vamo ocupar. Não vamos deixar isso acontecer. Então esses três índios José Celestino, Paulo Ferreira Albino e Pedro Ferreira Albino foram numa tarde de sábado, mais ou menos umas 5h:00 da tarde, eles entraram lá e quando foi de madrugada o restante da população entrou¹⁸.

E continuou outro indígena, Antônio Celestino,

Foi a população inteira da Fazenda Canto, todo mundo morava lá, por que era a única aldeia. A primeira parte da reconquista foi tranquila, por que só era da prefeitura. Ainda passou um ano pra conseguir a terra legalmente, demorou pra FUNAI repassar o dinheiro pra prefeitura, mas a prefeitura recebeu. E ela recebeu para dar assistência de saúde ao índio e não deu um caxete¹⁹.

Estes processos de negociações foram documentados pela FUNAI²⁰ e pelo CIMI²¹, mas também se faz presente por meio das memórias socializadas e reelaboradas pela oralidade dos indígenas Xukuru-Kariri. A fotografia a seguir ilustra a organização do grupo no novo espaço reconquistado.

¹⁸ Entrevista com Dilson Ferreira, feita pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

¹⁹ Entrevista com Antônio Celestino, feita pela autora, na Aldeia Boqueirão no dia 24/12/2018.

²⁰ Documentos disponíveis no acervo do GPHIAL.

²¹ Conselho Indigenista Missionário, que em muito contribuiu, principalmente juridicamente para os processos reivindicatórios dos territórios indígenas em Palmeira dos Índios. É um órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Foi criado em 1972 com o objetivo de apoiar as mobilizações pelos direitos dos povos indígenas.

Fotografia 02 - Primeira reconquista na Mata da Cafurna



Fonte: (PEIXOTO, 2018).

As primeiras moradas foram construídas, coletivamente, com recursos retirados da própria área, como a palha do coqueiro ouricuri que serviu de cobertura e a madeira usada como estrutura das ocas que além da função simbólico-religiosa caracterizaram o novo aldeamento. O território da Mata da Cafurna era um conjunto de terras em mãos de vários posseiros, entre os quais Pedro Benone, Everaldo Garrote e Leopoldino Torres, o que dificultava a reconquista daquele espaço. Ao longo dos anos, aumentaram outras áreas que foram demarcadas também como terras indígenas, desta vez em posse de Hélio Alves de Carvalho, Vandete e Geraldo Fernandes.

O período entre 1979 a 1994 correspondem aos anos em que mais intensificaram-se as perseguições dos posseiros aos indígenas em razão do território em disputa, pois o processo de mobilização, desde o início, apresentava muitos entraves. Afirmando a necessidade das terras para viverem com um pouco mais de conforto e autonomia, pelas possibilidades de assegurar a subsistência dos índios, o pedido ainda ganhou reforço na justificativa da importância ritualística, uma vez que a mata existente no local configurava-se como ideal para a prática religiosa do Ouricuri²², momento sagrado dos indígenas com suas divindades. O

²² É o ritual mais importante do povo indígena Xukuru-Kariri. Os indígenas afirmaram que é o momento de contato com as divindades, também é o único elemento em que o não indígena não conseguiu invadir.

processo da ocupação ocorreu de forma muito lenta e dificultosa, como afirmou Lenoir Tibiriçá²³,

Os que ficaram, ficaram lá embaixo da jaqueira e depois foi construindo casa de barro com telhado de palha e daí foram surgindo, depois veio ajuda do exército que deu umas cabana, doze cabana, os que foram tendo mais força foram fazendo casa de barro com telhado de palha, até chegar as primeiras casas por que dava muitos problema de barbeiro e era proibido que tivesse casa assim, e aí veio as primeiras casas de alvenaria. Foram 12 a 13 casas, depois vieram mais e as pessoas foram tendo mais condições e foram fazendo mais casas de alvenaria²⁴.

Destacaram-se como principais lideranças indígenas na conquista desta primeira parte do território, Miguel e Manoel Celestino, além do “apoio” de Luiz B. Torres²⁵ e o Chefe do Posto da FUNAI, à época, mas a descoberta referente a intenção de venda da área, ocorreu por meio dos indígenas José Celestino, Paulo Ferreira Balbino e Pedro Ferreira Balbino. Nesta ocupação, uma quantidade considerável de indígenas vindos da Aldeia Fazenda Canto mobilizaram-se, pois reconheciam a importância e a necessidade de reconquistar o território em disputa, para os Xukuru-Kariri e não apenas para os que pretendiam habitá-la (MARTINS, 2004).

A partir desta primeira ocupação em 1979 e a homologação definitiva do território, em média, um ano depois, o povo decidiu que a prioridade na área seria para a realização dos rituais religiosos, a produção de alimentos e a preservação da mata.

Os primeiros habitantes na nova aldeia, a Mata da Cafurna, foram as famílias Gomes, mais conhecidos como Celestino²⁶ e a família Santana, todas vindas da Fazenda Canto. A nova localidade, quando ocupada, não possuía estrutura residencial, nem energia elétrica, mas mesmo sem o mínimo de estrutura, os indígenas persistiram, tendo como abrigo algumas barracas de lona e a sombra de uma jaqueira. Além do desconforto, conviveram com o medo, uma vez que a ocupação foi longa e gerou intensos conflitos com os posseiros²⁷, provocando situações bastante tensas.

²³ Liderança da Aldeia Mata da Cafurna. Entrevista realizada em Palmeira dos Índios em 27/05/2017.

²⁴ Entrevista com Lenoir Tibiriçá na Aldeia Mata da Cafurna em 27/05/2017.

²⁵ Comerciante, memorialista, natural de Palmeira dos Índios, realizou pesquisas principalmente sobre os indígenas Xukuru-Kariri. Foi fundador do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. Também elaborou os símbolos oficiais do município, além de ser autor de várias obras, algumas publicadas e outras prontas, mas não publicadas por razão do falecimento em 1992.

²⁶ Informação obtida em entrevista com o Sr. Antônio Celestino, Pajé e ancião indígena, o mesmo disse que a assinatura dos familiares era Gomes, mas a partir do contato com não indígenas, foram também chamados de Celestinos, fazendo uma alusão a seres iluminados, ligados aos céus. Entrevista realizada em 24/12/2018.

²⁷ Expressão utilizada quando se refere a um indivíduo que se apropriou de uma área territorial. Neste caso específico, o termo é regional, direcionado a pessoas que de forma indevida tomaram como suas, as terras indígenas no município de Palmeira dos Índios. Enquanto que fazendeiro é aquele que cultiva a própria fazenda.

Entre os anos 1979 e 1985 a primeira parte da Aldeia era utilizada principalmente para as práticas ritualísticas como o Ouricuri. Também foram plantados roçados coletivos e como a quantidade de terras era insuficiente para constituir a habitação permanente para a população, os indígenas perceberam a necessidade de ocupar mais áreas que eram parte do território tradicional Xukuru-Kariri, demarcado, mas não homologado.

A segunda parte do território, que atualmente forma a aldeia Mata da Cafurna, estava em posse de Everaldo Garrote em uma quantidade de 175 ha. Esse posseiro resistiu o quanto pode, não apenas pelo valor financeiro das terras, mas simplesmente por não aceitar indígenas habitando o local. Pouco tempo após a ocupação, os indígenas receberam uma ordem de desapropriação e foram retirados pela Polícia Militar, ciente desta situação o CIMI impetrou um recurso na Justiça Federal de Alagoas em 1987 contra a liminar²⁸ concedida ao posseiro sobre aquele território.

Com isso, os Xukuru-Kariri conquistaram o direito de ocupar a área, mas não definitivamente, pois o posseiro entrou com recurso para anular a posse pelos índios. Em razão destes embates, o processo judicial durou mais de cinco anos (MARTINS, 2004). O território exclusivamente tinha maior importância, pois os indígenas afirmavam que o local foi o primeiro aldeamento, em 1773, na chamada “Igreja Velha” construída pelos seus antepassados (MARTINS, 2004).

Outro posseiro a negociar a área territorial para os indígenas foi Pedro Pereira Lima, popularmente conhecido como “Pedro Benone”. A área em sua posse era pequena, 22 ha, mas durou cerca de nove anos para ter o processo homologado com trânsito em julgado. O processo de negociação ocorreu de forma tranquila, pois o posseiro tinha conhecimento de que se tratavam de terras indígenas (NEVES, 2014).

As últimas áreas demarcadas, das quais os indígenas ainda não tinham posse, foram a Fazenda Brejinho em posse de Leopoldino Torres com 121 ha, a Mata da Jibóia em posse de Hélio Alves com 162 ha e duas áreas bem menores, uma em posse de Vandete com 06 ha e outra de Geraldo Fernandes com 17 ha.

O posseiro da Fazenda Brejinho, Leopoldino, demonstrava ser estimulado pelo outro posseiro para dificultar a venda da área, enquanto que Hélio dava sinais de que seria difícil negociar, mas ambos tinham consciência de que eram territórios indígenas. Segundo documentos elaborados pelo CIMI, datados do ano de 1994 e assinados pelos indígenas,

²⁸ Pedido de Reintegração de posse na 2ª Vara da Justiça Federal como o processo de nº 15.626/87 que temporariamente favoreceu o posseiro.

Hélio Alves foi denunciado de ter vendido toda madeira da área para serrarias e padarias da cidade:

[...] já tentamos a muito tempo impedir o desmatamento, enviando documentos a: Funai, ao Sr. Ministro da Justiça, a Procuradoria da República de Alagoas, a Administração Regional de Alagoas, ao Ibama, a OAB Alagoas, mas nenhuma providência foi tomada, nós então decidimos impedir o desmatamento e retomamos a área.

Além disso, após a reconquista, os indígenas continuaram denunciando as constantes ameaças de morte, provavelmente por parte dos posseiros, denunciaram também a falta de assistência da FUNAI em relação a alimentação, infraestrutura, atendimento de saúde e principalmente assistência jurídica, com o intuito de celeridade ao processo. O documento elaborado pelo CIMI concluía a denúncia pedindo a sensibilização e apoio da sociedade alagoana no sentido de reforçar junto as autoridades competentes a atenção devida a este caso. O documento foi assinado por vários indígenas, entre os quais Miguel Celestino, Antônio Ricardo e Edivaldo Ferreira.

As duas últimas áreas em posse de Vandete e Geraldo Fernandes, tiveram a ocupação simultaneamente, no ano de 2008, em outra conjuntura social e política, cercada por tensões e conflitos. Foram lideradas pela juventude indígena habitante na mata, destacando a atuação de Tanawy Tenório²⁹. Esta área especificamente localizava-se na entrada da aldeia, o que facilitou a negociação da FUNAI com os posseiros.

As ocupações ocorreram para a formação e ampliação da atual Aldeia Mata da Cafurna e tiveram como base as áreas delimitadas pelos laudos antropológicos; as documentações, que na atualidade são encontradas nos órgãos do Estado e em acervos pessoais, apresentam anacronismos que podem dificultar a pesquisa, por isto, fazemos uso das memórias e oralidades dos indígenas que vivenciaram esses processos históricos, para que com as demais fontes possibilitem uma pesquisa com maior proximidade do ocorrido.

Os períodos de formação da Aldeia são expressos nas memórias e relatos daqueles que vivenciaram a experiência histórica de se mobilizarem, enfrentando ameaças, racionando alimentos, entre tantas outras situações, como foi evidenciado na narrativa de uma indígena³⁰:

[...] eu lembro como se fosse um sonho, lembro que eles se reuniam como a gente se reúne hoje e decidiram vamos retomar aquela mata, eu sei e lembro que a minha

²⁹ Jovem indígena Xukuru-Kariri, filho de Lenoir Tibiriçá ex-Pajé na Aldeia e Tânia Xukuru-Kariri. Diretora da Escola na Aldeia, o jovem tem grandes possibilidades de tornar-se Pajé na Mata da Cafurna.

³⁰ O indígena está sendo apresentado como “habitante 1”, pois pediu anonimato. Entrevista realizada em 28/05/2017, na Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios.

mãe, meu pai, a mãe dela vinha, meus avós e a gente também vinha, mas eles tinham aquele cuidado com a gente, e a gente ficava, eles faziam assim tipo umas ocas, uma baixada, tipo umas mangueiras e eles ficavam de vigias, eu sei que foi um grande processo, mas eu não posso contar com muitos detalhes, quem pode contar é os meus mais velhos, mas eu lembro que foi muita luta, mas graças a Deus nós conseguimos; [...] e aí quando foi em 82 mais ou menos um grupo, uma parte da Fazenda Canto, duas famílias, que era os Celestino e Santana, viemos, chegando lá, já se encontrava índios habitando o lugar, que eram os da família Gomes, que moravam perto do Cristo e estavam habitando lá, que era o finado Arlindo e Minervina e então um índio que era o Seu Zezinho.

Narrativas como a citada acima possibilitam compreender o quanto foi desafiador para o povo indígena Xukuru-Kariri reconquistar territórios que tradicionalmente lhes pertenciam, mas que fora tomado, obrigando-os com isso a viver na invisibilidade até se considerarem fortalecidos o suficiente para iniciarem a viagem de volta em busca da afirmação étnica e da retomada territorial (OLIVEIRA, 1999).

A índia Xukuru-Kariri, Dona Salete, matriarca da família Santana e única parteira na localidade, relatou o quanto reconquistar a Mata da Cafurna foi antes de tudo resistência. Afirmou que eram muitas as dificuldades, como o clima de tensão, os problemas de saúde, a alimentação muito restrita, pois o pouco que se tinha era a própria natureza quem oferecia, diferente da atualidade, quando o acesso livre a cidade possibilita uma diversidade alimentícia, como narrou a habitante 2³¹:

Quando um adoecia, que a gente ia pra rua tinha que pensar no que o doente ia comer, mas hoje é arroz, macarrão. Eu me criei em um tempo minha filha, que isso não existia, nós só comia feijão, beiju, farinha, basicamente o que podia plantar e pescar, nós caçava de noite, cacei muito de noite, tirava mel pelo dia, no mato, muito mel, e a gente pegava o mel, botava um pouquinho numa coitezinha, quem nem prato as vez não tinha, era pratinho de barro, cuia, coité, fazia os pratinhos, aí misturava o mel coma farinha, depois bebia água e aí pronto, todo mundo tava feliz.

Por meio desta narrativa é importante considerar que a resistência está inteiramente entrecruzada ao conceito de Cultura, abarcando práticas de resistência diante do poder manifestado nas ações políticas também com um forte viés identitário. Neste caso especificamente o relato da indígena evidenciou os inúmeros desafios enfrentados durante a reconquista, quando foi necessária uma resistência coletiva justificada pelo direito de se auto denominar indígena em seus territórios tradicionais. “Os homens fazem sua própria história, que os homens não são objetos passivos de algumas configurações de si mesmo” (FUNES, 1994, p. 59).

A oralidade possibilita imaginar o que foi vivido, a partir dos relatos por meio de

³¹ O indígena está sendo apresentado como “habitante 2”, pois pediu anonimato. Entrevista realizada em 28/05/2017, na Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios.

entrevistas transcritas, também possibilitando cotejá-las com documentações referentes ao mesmo contexto para perceber se dialogam ou não. Todavia, como afirmou Verena Alberti,

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade e a da história oral como um todo decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1996, p. 05).

Considerando o que afirmou a pesquisadora, foi possível usar a metodologia e ter êxito. Para tanto, foi necessária sensibilidade para entender além do que o entrevistado expressou, e com isto, provavelmente minimizar lacunas historiográficas a partir das narrativas de quem viveu tal período, sem perder o rigor científico exigido nos ambientes acadêmicos, como por exemplo, categorias de análise, noções de tempo e temporalidade, tornando-se mais tênues quando diferentes campos de conhecimentos se juntaram formando as linhas fronteiriças, sem comprometer a narrativa historiográfica (FUNES, 1995).

A reconquista de mais terras pelos indígenas em Palmeira dos Índios era uma necessidade demográfica, pois a Fazenda Canto, primeira aldeia reconhecida pelo Estado no município, não era suficiente para acomodar os habitantes por conta da limitada extensão territorial. Era também, uma necessidade cosmológica, pois a Mata da Cafurna possibilitaria aos indígenas um espaço sagrado para realizarem rituais e com isto o fortalecimento espiritual, aspecto central para os indígenas.

Embora tenha ocorrido uma considerável distância entre o imaginado e o vivido no que se referiu ao estabelecimento na aldeia e mesmo diante dos conflitos existentes, a experiência teve mais aspectos positivos do que negativos, pois outras reconquistas tornaram-se possíveis e assim os índios saíram da invisibilidade para a reafirmação étnica, mobilizando-se cada vez mais por direitos. Sobre isso, pesquisadores enfatizaram:

Há 35 anos os Xukuru-Kariri retomaram as lutas pelas suas terras, quando realizaram a primeira retomada, em 1979. Desde então, vem cobrando celeridade na execução do processo que definia seu território com 36 mil hectares de terra e que foi paulatinamente sendo reduzido para os atuais 7.073 hectares (SILVA; PEIXOTO, 2016, p. 25).

As áreas demarcadas pelos órgãos estatais competentes não representavam espaços tranquilos para os indígenas, pois a medida em que mais famílias se organizavam para ocupar outros espaços e formar mais aldeias, intensificavam-se as perseguições e ameaças, situações que continuam a ocorrer na atualidade. Em muitos momentos foi declarado, por parte dos posseiros que os indígenas eram um risco para o “desenvolvimento” do município de Palmeira

dos Índios. Sobre isto, em entrevista com o Sr. Antônio Celestino, indígena Xukuru-Kariri, um dos anciões mais ativos no processo de mobilização de seu povo, relatou:

Um dia conversando com um vereador, ele me disse que se houvesse demarcação acabaria com o progresso de Palmeira dos Índios, aí eu disse a ele que o progresso de Palmeira dos Índios, tinha acabado a tempos, pra justificar isso eu vou falar para você da década de 50 pra cá. O Senhor sabe que Palmeira teve 4 usina de algodoeira, teve 3 cinema, teve uma Souza Cruz, teve loja que estão nos grandes centros, fábrica de cachaça, uma feira noturna, a feira do bacurau, onde chegava gente de Maceió, mode vir comprar fruta, a pinha do povo de Palmeira de Fora lá, o povo sabe disso. Na parte profissional tinha as fabriqueta de sapateiros, as alfaiatarias, quantas tinha? quantas tem hoje? E para findar até as partes de quem era engraxate era de uma classe média, por que quem tinha duas ou mais cadeira de engraxate, tinha uma clientela boa e quem acabou com tudo isso foi a boa política de vocês, não foi os índios não³².

Esta narrativa, evidencia contextos históricos conflituosos, defendida por não indígenas, possibilita refletir sobre o que resultaria de negativo em o índio ter os territórios demarcados e homologados? Desde quando tal ação implicaria no progresso do município? Apesar de anos sem devolução das terras tradicionais aos indígenas, o progresso não aconteceu e sua ausência não deve ser justificada pelo embrólio da demarcação.

A Aldeia Mata da Cafurna, território do povo Xukuru-Kariri, antes era um espaço físico que com a povoação dos próprios índios em tempos imemoriais foi territorializado. No entanto, a partir da formação do município de Palmeira dos Índios, posseiros e oligarquias locais invadiram as terras indígenas e expulsaram os índios dos territórios.

Sobre espaço e territorialidade os conceitos são distintos; o primeiro é anterior ao segundo e este é formado a partir do resultado de uma ação conduzida por um indivíduo e/ou grupo social ao se apropriar de um espaço, onde uma vez habitado é territorializado: “O território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 43). Ainda segundo Raffestin (1993), o conceito de territorialidade assume um valor bem particular, pois trata do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade. Os humanos vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que o construiu, os lugares onde ocorre e os ritmos que implica (RAFFESTIN, 1993, p. 62).

Refletindo sobre o que escreveu o pesquisador e associando tais conceitos aos indígenas Xukuru-Kariri e aos processos de reivindicações, reconquistas e posse, quando

³² Entrevista com Antônio Celestino na Aldeia Boqueirão, Palmeira dos Índios em 24/12/2018.

aconteceu a doação da Sesmaria³³ de Burgos, em fins do século XVIII, o que o Frei Domingos de São José recebeu foi a doação de um espaço. Com o passar dos anos este espaço foi territorializado, pois os indígenas construíram relações de identidade e pertencimento com este, agora, território. E mesmo que tempos depois tenham enfrentado conflitos territoriais e tenham sido expulsos, suas relações com aquele território não se desfizeram devido ao forte pertencimento, fomentando estratégias para um retorno ao território, quando possível, como ocorreu posteriormente.

Segundo Fuini (2017), para Haesbaert, a concepção de território traz uma dimensão espacial revelada em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção da identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. Desta forma, o conceito de território para este geógrafo é para além do espaço físico e se configura como um espaço político, assumindo características diversas e totalmente interligadas. O conceito de territorialidade trata especificamente do sentido de pertencimento, usos e vivências em um recorte do espaço (FUINI, 2017).

Para o autor, a discussão não se encerra nos dois conceitos apresentados, pois ainda faz uso de mais dois que estão entrecruzados, mas não necessariamente seguindo a ordem aqui exposta, são desterritorialização e reterritorialização. Pensando mais uma vez sobre os Xukuru-Kariri é possível afirmar que em diversos momentos tiveram de lidar com estas situações.

A desterritorialização está relacionada ao ato de destruir vínculos de identidades com certos espaços, tanto materiais quanto imateriais. Já a reterritorialização se relaciona ao ato de (re)construir territórios por novos agenciamentos maquínicos³⁴, mas por forças políticas foram obrigados a se afastar. Neste caso, o Território é, portanto, um instrumento de poder político e a Territorialidade um espaço de identidade cultural.

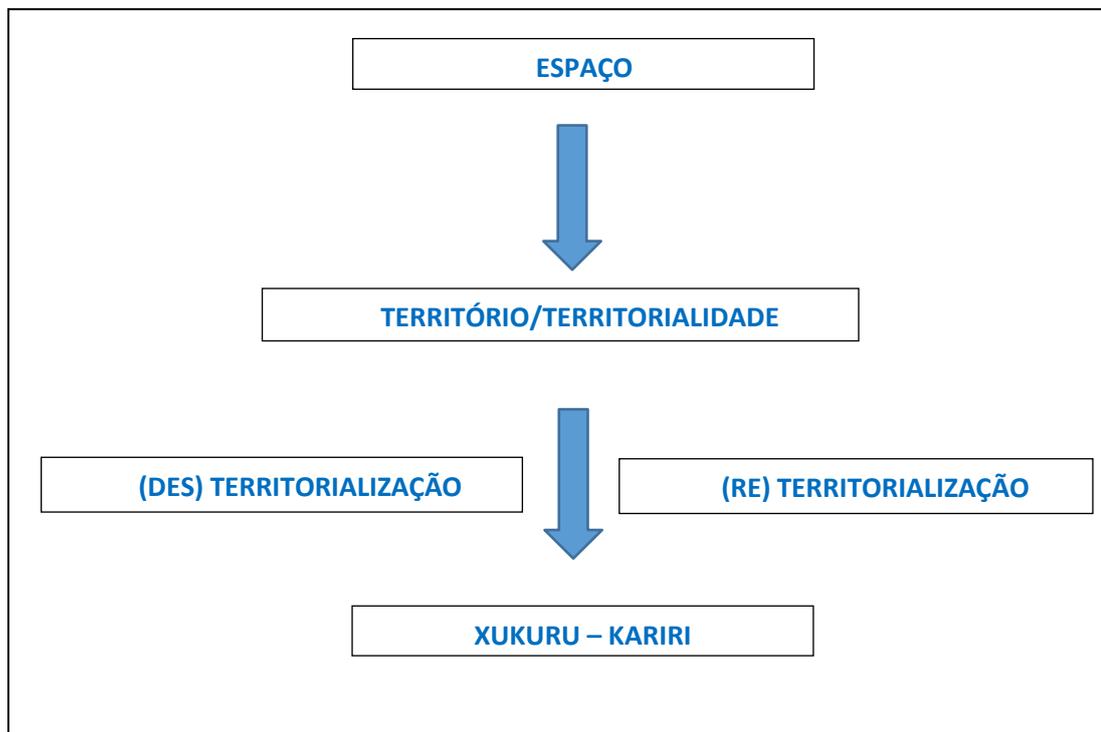
Territórios e Territorialidades são cada vez mais valorizados para entender as formas de apropriações espaciais, materiais e simbólicas, enquanto que desterritorialização e reterritorialização são conceitos mais secundários que se concretizam em inúmeras circunstâncias. Baseado nestes conceitos e associando-os ao processo histórico dos indígenas na Mata da Cafurna, ambas as discussões fazem parte das suas trajetórias, conforme apresenta

³³ Em 1773 Frei Domingos de São José recebeu em cartório a doação de um terreno por parte da Sesmaria de Burgos, que tinha como patriarca, Manoel da Cruz Vilela, a época falecido, a doação então foi feita por sua esposa e filhos para erigir uma capelinha, a Capela dos Índios Xukuru-Kariri.

³⁴ Por meio do aparato legal.

o gráfico a seguir.

Quadro 02 - Explicação sobre o conceito de Território, Territorialidade, (des) territorialização e (re) territorialização



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Em alguns contextos, as ações foram externas e independente da vontade dos índios, em outros, foram criadas estratégias para lidar com as inúmeras situações de ameaças e agir por sobrevivência. Os indígenas não foram respeitados desde os primeiros tempos da colonização aos dias atuais, porque o modo de vida era considerado incompatível com os grandes projetos de modernidade para o país, para o Nordeste e para Palmeira dos Índios. A terra em disputa não tinha e ainda não tem um interesse apenas material, pois o principal interesse, ao que se percebe, está interligado a instrumentos de poder político e status social. Enquanto que para os índios o território em questão implica na possibilidade de viverem coletivamente e com suas expressões socioculturais. Mas, em razão da situação conjuntural entre outras estratégias, os índios souberam compreender o momento oportuno para silenciar, se mobilizar ou se invisibilizar.

De forma geral, os estudiosos que trataram sobre o conceito de território destacaram a importância de não analisá-lo apenas como um espaço neutro, mas como *lócus* de constante disputa de poder sob uma perspectiva em que predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica (ALMEIDA, 2011a), ou

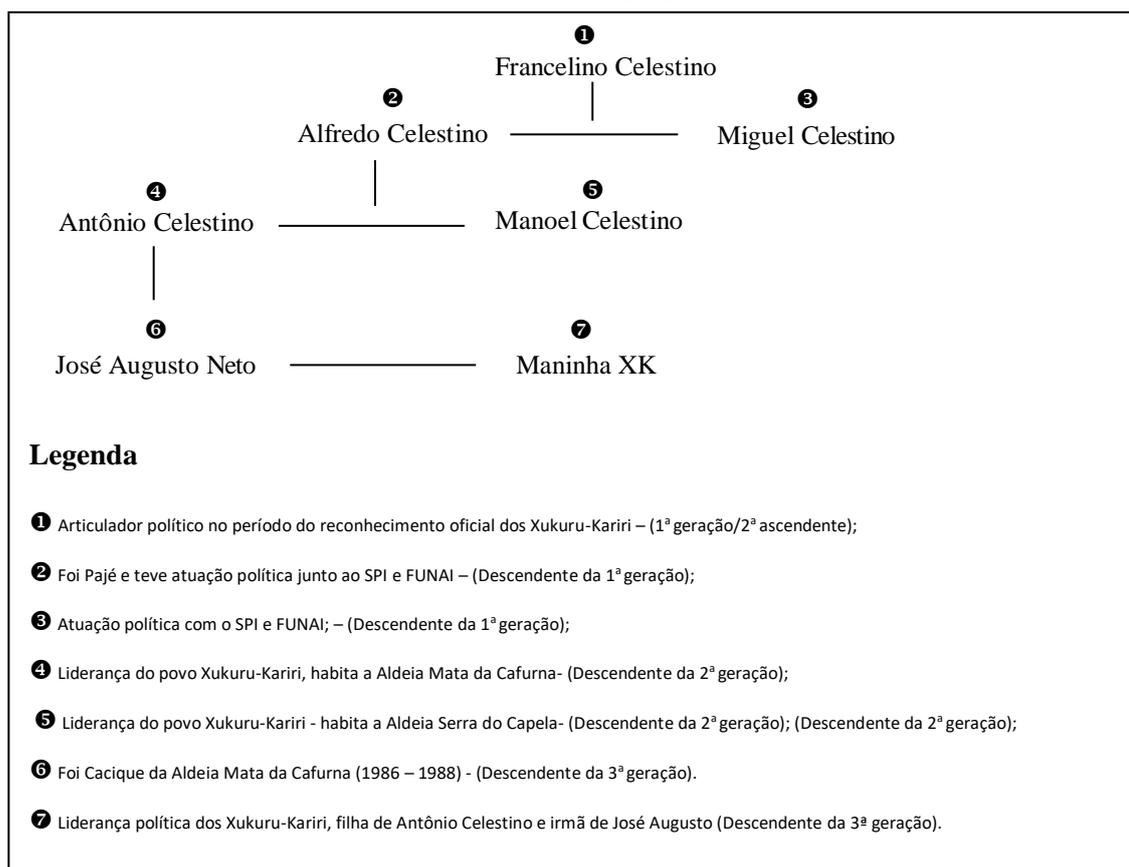
seja, sob uma concepção em que o território é visto como instrumento de imposição.

Com a promulgação da Constituição de 1988 foi rompida a ideia de tutela e o índio individualmente ou através de suas organizações foi formalmente reconhecido como sujeito de direito para reivindicar seus interesses perante a Lei. Após este marco legal na História do Brasil, os Xukuru-Kariri que estavam reconquistando as áreas que atualmente compõem a Mata da Cafurna e que desde 1979 se mobilizavam, tinham mais ânimo e evidências de seus direitos.

O povo Xukuru-Kariri afirma possuir direitos territoriais sobre as áreas acima citadas, mas foram necessárias ações de ocupações e mobilizações sociopolíticas por um extenso período para que os direitos fossem, em parte, garantidos e assegurados pelo Estado brasileiro. A afirmação da identidade étnica foi imprescindível para reivindicar direitos, garantias políticas e econômicas, uma vez que após ter conquistado a demarcação das TI's, era extremamente necessário que a FUNAI, órgão indigenista oficial, continuasse atuando com assistência aos indígenas para que conseguissem oficialmente o território.

Paralelo às mobilizações por mais áreas, ocorreram conflitos entre indígenas e diversos setores da sociedade local. Estavam inseridos, a época, numa rede de contatos formada por índios, Estado, oligarquia local e Igreja Católica Romana que favoreceram relações de dependências entre os envolvidos e possivelmente desencadearam contendas. Os conflitos entre os Xukuru-Kariri provocaram cisões e desentendimentos que se estenderam pelas gerações da época que se “eternizaram” entre algumas famílias.

Os indígenas mantinham contatos com personalidades não indígenas, pessoas que com o passar dos anos demonstravam uma relação ora amistosa, ora intencional, ou seja, relações estratégicas. A família Celestino, na trajetória histórico-política do povo, destacou-se entre os demais Xukuru-Kariri. O primeiro deles foi o Francelino Celestino, seguido por Alfredo Celestino, Miguel Celestino, Manoel Celestino, Antônio Celestino, José Augusto Celestino e, para quebrar o patriarcado, Maninha Xukuru-Kariri, cada um em um determinado período histórico desempenhou funções políticas e/ou religiosas e reivindicatórias. Parece não ter sido uma relação fácil e mesmo que o parentesco existisse, não necessariamente ocorria boa relação entre os Celestino. O gráfico a seguir busca apresentar um panorama envolvendo os níveis de parentesco na citada família, além de seus respectivos destaques na trajetória do povo indígena.

Quadro 03 - Lideranças políticas com mais destaque para as famílias Celestino

Fonte: Elaborado por Yuri Franklin dos Santos, 2018.

Em linhas gerais, as situações de disputas com diversos personagens relacionados aos Xukuru-Kariri implicam em situações tendenciosas, demonstrando o quanto as relações eram complexas naquela época, entre os indígenas ou não indígenas, envolvendo interesses ora individuais, ora coletivos. Os discursos tornaram-se documentos inseridos em contextos englobantes relacionados a operações que precisam ser analisadas, considerando-se diversos aspectos, dentre os principais, buscar compreender o lugar social dos personagens inseridos nos conflitos.

É necessário também observar qual aspecto predomina, se o socioeconômico, o político, o cultural, o social ou todos juntos para, a partir, de então compreender a trama oculta por trás dos conflitos, delineando uma possível rede de contatos, intrigas e conexões sujeitas a qualquer sociedade ou grupo social, destacando principalmente como os indígenas conseguiram lidar com esta conjuntura, se sobressaindo e resistindo as inúmeras circunstâncias.

1.6 AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS, MOBILIZAÇÕES E PROTAGONISMOS

A organização sociopolítica dos Xukuru-Kariri na Aldeia Mata da Cafurna a partir da primeira reconquista, em 1979 teve várias lideranças indígenas, destacando Miguel e Manoel Celestino, além de várias organizações da sociedade civil, alguns religiosos e políticos. O CIMI, em nível nacional, existe desde 1972, sua atuação no Nordeste foi de suma importância para que os povos indígenas se mobilizassem por direitos. Também apoiou, através de sua assessoria jurídica, os indígenas nos processos de reconquistas territoriais. Segundo Zennus Dinys, missionário do CIMI em Alagoas:

Na verdade, nós somos acusados muitas vezes de criar índio, mas nós não temos poder de criar algo que já existia. A existência desses povos é secular, milenar e a gente sabe que historicamente esses povos foram massacrados e tiveram que silenciar por que era a vida deles que tava em jogo. Mas como em todo contexto histórico, a gente percebe que chega um momento em que não há mais como se esconder e foi isso que aconteceu³⁵.

Em 1972 a Igreja Católica Romana propôs, a partir dos missionários, criar um conselho indigenista, o que antes era apenas um desejo dos que realizavam algum trabalho informal dentro das comunidades indígenas, tornou-se oficial. Assim, a Igreja contribuiu para a consolidação do Conselho Indigenista Missionário, principalmente no início, abrangendo ações não só na região Norte, mas em todo o Brasil.

Quando o CIMI chegou à região Nordeste, especificamente em Alagoas, se deparou com situações nada fáceis. Um dos primeiros contatos foi com os Xukuru-Kariri que estavam sendo perseguidos pelos posseiros, segundo o CIMI, o intuito foi acolher a causa, orientar os indígenas sobre aquilo que é direito, mas que as vezes não sabiam como proceder. Um missionário enfatizou que as ações do Órgão não são necessariamente aceitas por toda a Igreja Católica:

Nós temos uma linha de pensamento diferente de alguns bispos e nos deparamos com algumas situações onde a própria igreja local está contra nós, mas abraçamos essa causa, eu apenas tenho 10 anos aqui; é um tempo curto para o amadurecimento de um missionário. Eu percebo que os que me antecederam foram imprescindíveis, nos anos 80 a gente teve aparecimento de vários povos e em momento nenhum o CIMI chegou lá pra dizer quem é índio, quem não é, a ideia foi outra, a de orientá-los³⁶.

A proposta do CIMI é, portanto, buscar junto aos povos indígenas o reconhecimento oficial destes e depois, junto dos órgãos competentes garantir os direitos preconizados na

³⁵ Entrevista com Zennus Dinys realizada na sede do Conselho Indigenista em Maceió/AL no dia 25/10/2018.

³⁶ Entrevista com Zennus Dinys, realizada na sede do Conselho Indigenista em Maceió/AL em 25/10/2018.

Constituição vigente³⁷, em seus artigos 231 e 232, que são especificamente direcionados aos povos indígenas, mas que constantemente são violados. O CIMI surgiu com a perspectiva de ser esperança e também ação, disponibilizando apoio jurídico no que se refere às invasões das terras indígenas e os parques avanços, principalmente quando são iniciados pela FUNAI. Nessa relação com os índios, o CIMI busca trabalhar principalmente a questão da terra, e por que a terra? Explicou Zennus Dinys:

Por que tudo depende da terra, para que os índios tenham saúde eles precisam ter a terra, para que os índios tenham educação, as escolas, tem que ter terra, então, se você tem a terra as outras coisas vem, se você não tem a terra, não tem nada. A terra é o início do processo de afirmação e também condição para expressão da cultura daquele povo que quer deixar para as gerações vindouras um futuro melhor. Por que para nós a terra é um produto, para eles a terra é sagrada, tem um significado e uma ligação de pertencimento³⁸.

Os indígenas Xukuru-Kariri da aldeia Mata da Cafurna, afirmam reconhecer no CIMI este apoio e que as orientações do Conselho são muito importantes, pois os indígenas sabem ocupar, mas nem sempre sabem como proceder juridicamente para efetivarem os direitos. O CIMI ainda alertou para a enorme contribuição dos sindicatos, movimentos sociais e universidades que incentivam e publicizam as mobilizações indígenas e conquistas obtidas.

Na primeira reconquista foi pensado e definido coletivamente o nome de Manoel Celestino como Cacique, depois dele assumiu Augusto, também da família Celestino e o terceiro, Cacique Heleno. Como Pajé, inicialmente assumiu Miguel Celestino, posteriormente Lenoir Tibiriçá, índio Kariri-Xokó vindo de Porto Real do Colégio, que passou a habitar a Mata da Cafurna quando casou-se com uma Xukuru-Kariri. Depois dele, a Aldeia ficou sem Pajé por um longo período, pois as divindades orientam a escolha de um novo Pajé, figura central nas expressões socioculturais do povo Xukuru-Kariri.

Antes de reocuparem a Mata da Cafurna, parte dos indígenas viviam nas periferias da cidade de Palmeira dos Índios, outros trabalhavam sazonalmente em canaviais no litoral e outra parte habitava a Aldeia Fazenda Canto. Após a reconquista da primeira parte da Aldeia, o objetivo era continuar resistindo e reocupando os demais territórios até se estabelecerem definitivamente. O território ao qual nos referimos equivale a 620,6 ha, de um total de 7.073 atualmente demarcados para o povo Xukuru-Kariri. Em 1979, ano em que a Mata da Cafurna foi reconquistada, a aldeia contava com cerca de 12 famílias e em 2018, com uma média 150 famílias, cerca de 812 habitantes.

³⁷ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 231, Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

³⁸ Entrevista com Zennus Dinys, realizada na sede do Conselho Indigenista em Maceió/AL em 25/10/2018.

Na aldeia Mata da Cafurna existe uma Escola Estadual desde 1985, cujo primeiro nome era Escola Indígena Alfredo Celestino e, posteriormente, nomeada Escola Estadual Mata da Cafurna. Nos primeiros anos não funcionava em um prédio específico, mas nas dependências das casas das primeiras professoras, que foram Tânia Santana³⁹ e Alaíde Silva, ambas Xukuru-Kariri, habitantes na aldeia até os dias atuais. A Escola oferece várias modalidades de ensino; Educação infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, na modalidade EJA. A seguir, apresentamos duas fotografias, sendo a primeira (fotografia 03) da fachada da Escola e a segunda (fotografia 04) destaca o acesso ao pátio principal.

Fotografia 03 - Escola Estadual Indígena Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Fotografia 04 - Pátio da Escola



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A construção do prédio próprio em formato que lembra a oca indígena, além de oferecer conforto, possibilitou ampliar o quadro de funcionários e alunos, atendendo além dos indígenas, alunos não indígenas que moram nas regiões circunvizinhas, totalizando 285 alunos matriculados com frequência assídua as aulas. A maioria dos professores são indígenas, mas há também professores não indígenas, pois ainda não existem na aldeia profissionais com nível superior em todas as áreas necessárias. Os docentes formam um total de 26 professores, além de 18 funcionários distribuídos em variadas funções durante os três turnos em que funciona a escola⁴⁰.

No que se refere a metodologia de ensino, a coordenação informou que além dos

³⁹ É atualmente Diretora da Escola.

⁴⁰ Dados da Secretaria da Escola, 2018.

conteúdos obrigatórios curricularmente, é inserido uma disciplina nomeada “Artes e Costumes dos povos indígenas” objetivando discutir as diversas formas de ser e de pensar os indígenas, mais especificamente os Xukuru-Kariri. A disciplina é normalmente ministrada por uma liderança indígena que atua na educação com a função de discutir, socializar e compreender a diversidade sociocultural existente no Brasil, não limitando-se apenas a abordagem sobre o índio. “Em alguns casos a discussão inicia sobre índio, mas quando percebemos já falamos sobre o negro, o cigano, o agricultor e entendemos isso como positivo”, afirmou a Coordenadora Suyane Tenório⁴¹.

A coordenadora ainda relatou que a relação com os professores não indígenas ocorre de maneira positiva, pois eles “são comprometidos e demonstram interesse em conhecer nossa cultura”, complementou afirmando que atuam na escola há mais de três anos e se encontram adaptados às formas de ensino e metodologias específicas. Trabalhar nesta escola significa compreender a importância dos espaços por ela ocupados na vida e no cotidiano daqueles indígenas, pois cada espaço representa um marco na trajetória daquele povo. As fotos a seguir são exemplos das relações entre os lugares e as memórias e representam muito além das suas estruturas físicas.

Fotografia 05 - Jaqueira no pátio da Escola



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Fotografia 06- Jaqueira no pátio da Escola



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

⁴¹ Indígena Xukuru-Kariri, graduada em Letras Português pela Universidade Estadual de Alagoas pelo Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - CLIND.

Simbolicamente a escola traz consigo memórias muito significativas para os habitantes na aldeia, pois onde localiza-se a jaqueira registrada nas fotografias 05 e 06 foi a primeira área reconquistada e utilizada pelos indígenas como abrigo, pois às suas sombras foram armadas barracas de lona, doadas pelo Exército Brasileiro, configurando-se como a primeira morada dos Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna. Dessa forma, tal árvore ocupa um lugar especial no cotidiano da escola e suas sombras são utilizadas, muitas vezes, para que os sábios e anciãos realizem palestras para os estudantes, motivo pelo qual a jaqueira é preservada até os dias atuais no pátio da escola como símbolo de resistência, configurando como marco de recomeço e grandes conquistas socializadas por meio da oralidade, fomentando um sentimento de orgulho e pertencimento.

Outro espaço importante é o Posto de Saúde, localizado a esquerda da escola, criado em decorrência da Política Nacional de Saúde que abrange também a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas; amparada no Decreto nº 3156/99, trata das condições de assistência à saúde dos indígenas. A primeira vista parece uma instituição alheia ao cotidiano da aldeia, mas em uma análise mais aprofundada percebemos um diálogo com a medicina nativa e, principalmente, com a sabedoria oriunda da ampla flora local.

A Lei 9836/99 criou o subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS, garantindo assistência aos povos indígenas, sem distanciá-los dos seus saberes ancestrais. O Ministério da Saúde por meio da FUNASA⁴² assumiu em 1999 a responsabilidade de estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, operado pelo SUS, mas recentemente a gestão da atenção à saúde dos povos indígenas passou da Fundação Nacional de Saúde para a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI. Isso representou uma maior aproximação entre o sistema de saúde e as práticas locais, de tal maneira que os vários povos indígenas passaram a ter uma assistência unificada convivendo harmoniosamente com os saberes praticados nos seus rituais.

Conforme afirmou a indígena Eliete Alves (Corã) em entrevista realizada durante o evento de Práticas Integrativas na aldeia Mata da Cafurna, a médica vem duas vezes por semana e tem uma equipe formada por um Agente de Saúde, um Técnico de Enfermagem, uma Enfermeira por maloca⁴³ que atendem diariamente. São assistidas cerca de 120 famílias, número inferior a quantidade de habitantes na Aldeia, pois entre os mais velhos há resistência ao uso de medicamentos farmacológicos. O Posto de Saúde é um prédio que apesar de pouco

⁴² Fundação Nacional de Saúde.

⁴³ Expressão utilizada pelos indígenas Xukuru-Kariri quando se referem as aldeias.

tempo de construído necessita de reforma, pois tem espaços limitados que dificultam um trabalho de maior qualidade, apresenta depredação na estrutura física, contexto observado na fotografia a seguir.

Fotografia 07- Posto de Saúde na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Apesar da função prática, o Posto de Saúde não causa impactos na identidade da aldeia, talvez por esta razão o prédio não é cuidado pela população como acontece com a escola, já que a saúde profissionalizada representa a ação e o controle do Estado, enquanto a escola e a jaqueira representam extensões da vivência, símbolos da resistência e eliciações da memória e do fazer cultural que identifica aqueles indivíduos como indígenas e os conectam com as divindades ancestrais na mata.

No Posto de Saúde⁴⁴ são entregues remédios para doenças crônicas como diabetes e hipertensão, além de serem feitos curativos e vacinações. Os problemas mais graves são encaminhados pela equipe de saúde ao Polo Base, localizado na área urbana de Palmeira dos Índios, onde o atendimento é estendido às demais aldeias no município, oferecendo melhores condições de atendimento, conforme observamos na foto a seguir.

⁴⁴ Posto de Saúde.

Fotografia 08 - Polo Base de Saúde Indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

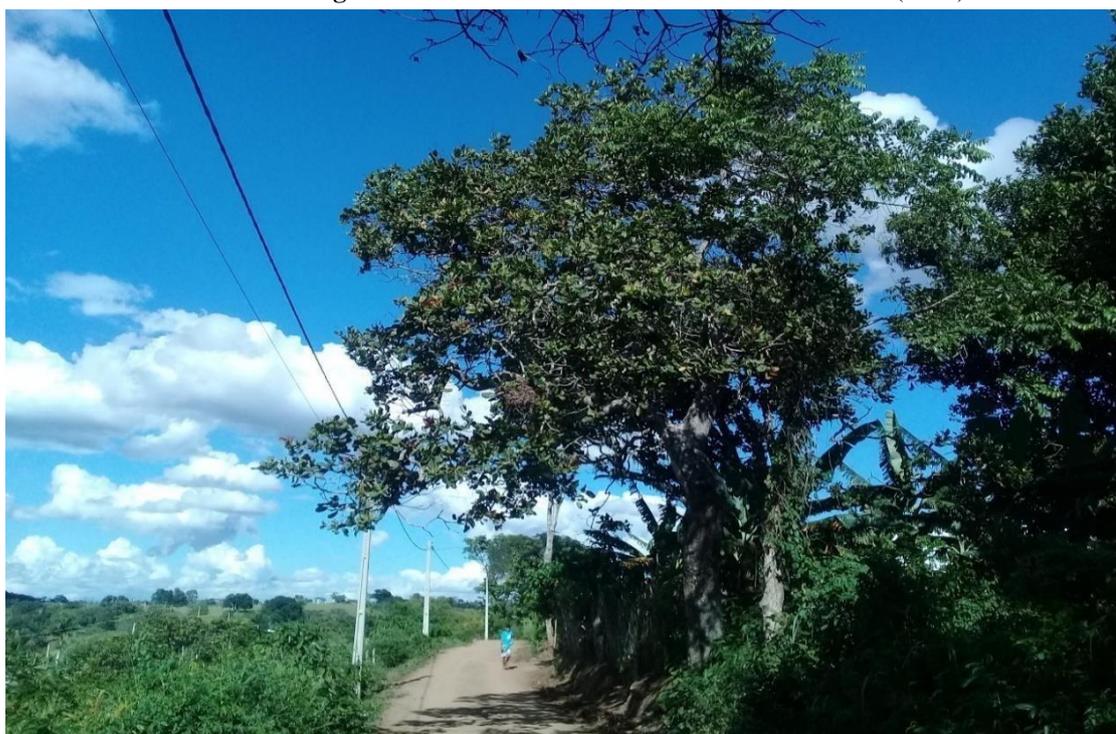
Há, ainda uma parcela da população que não procura nenhum desses atendimentos, mantendo-se fiéis à sabedoria e práticas de cura relacionadas à manipulação de ervas no ritual religioso que acontece frequentemente na mata da aldeia, como uma forma de fortalecer a cultura e a relação do índio com o ambiente, transformando as plantas em remédios caseiros e eficazes, o que por muito tempo foi a única opção de tantos grupos sociais, entre os quais os indígenas. A ação tem sido percebida pelos habitantes na Mata como um ponto positivo por reiterar a importância das ervas como alternativa de minimizar problemas de saúde e fortalecer as relações entre o índio- natureza-divindade.

CAPÍTULO II

HABITANDO NA MATA DA CAFURNA: AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E SOCIOAMBIENTAL NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

A Mata da Cafurna se distancia da zona urbana de Palmeira dos Índios, em cerca de 6 km, o acesso de carro ou motocicleta nem sempre é possível, pois depende das condições climáticas e da situação das estradas, de acordo com a época do ano, em último caso, o percurso acontece a pé.

Fotografia 09 - Via de acesso a Aldeia Mata da Cafurna (2018)



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

A aldeia é composta territorialmente por 620,6 ha e é habitada por cerca de 150 famílias, uma média de 812 indígenas⁴⁵, configurando-se como um grande contingente de pessoas que assumem a identidade indígena em Palmeira dos Índios, considerada a 4ª cidade com maior concentração de população indígena em Alagoas⁴⁶. Muitos índios vivem nas periferias da cidade, pois as aldeias não comportam devido a limitada extensão territorial e os faccionalismos internos.

⁴⁵ IBGE, 2010/Informação também confirmada pela liderança da Aldeia Mata da Cafurna, em entrevista realizada em Palmeira dos Índios em 27/05/2017.

⁴⁶ IBGE, 2010.

No território de 620,6 ha habitados pelas famílias indígenas, existe a mata, espaço sagrado do povo Xukuru-Kariri, compreende uma parte considerável do território, mas não nos foi revelada a área específica, por abrigar o ritual religioso denominado de Ouricuri e por estender seus limites a outras aldeias vizinhas. O ponto mais alto na Aldeia é a Serra Pelada, cuja altitude é de 350m em relação ao nível do mar. Este território é tido como natureza sagrada e morada dos Encantados⁴⁷. Sua sacralidade é conferida pelas práticas ritualísticas, unindo relações simbólicas e físicas em um só espaço, tonando nítido o sentimento de pertença dos indígenas ao ambiente, condição expressa pela oralidade e histórias vividas narradas, pelos indígenas.

Além de uma relação particular com o sagrado, existe uma preocupação ambiental com aquele espaço, pois é dele que os indígenas retiram parte da matéria prima para confeccionar artesanatos, construir casas, produzir remédios fitoterápicos e obter alimentos. A prática de extrair e, ao mesmo tempo, preservar a terra e os recursos naturais aproxima-se do que os pesquisadores da Biologia nomeiam de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que é a exploração de recursos naturais adaptados a uma condição ecológica local, desempenhando principalmente a proteção da natureza e a manutenção da diversidade biológica, em sistemas sustentáveis. As terras indígenas não representam apenas uma fonte de recursos naturais, mas constitui, também, a base para sobrevivência sociocultural como comunidade específica (SILVA, 2011). Apesar do aspecto de urbanidade, com as residências distribuídas em formato de ruas, grande parte das construções não obedecem a tal padrão e respeitam o espaço ocupado pela natureza, sendo comum e constante a presença de árvores em meio de estradas, entre ruas, no entorno das residências, o que transforma suas presenças em extensões das moradas, pontos de encontros para conversas e espaços sociais muito importantes no cotidiano, conforme fotografia a seguir:

⁴⁷ São forças ancestrais que fazem parte da cosmologia dos povos indígenas, os mesmos estavam vivos, transformaram-se e tornando-se parte da natureza. É compreendido como um intermediador entre o mundo material e espiritual dos indígenas.

Fotografia 10 - Cotidiano na Aldeia Mata da Cafurna

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Atualmente a aldeia é o único espaço de biodiversidade e preservação ambiental no município, com a presença nascentes que compõem a bacia hidrográfica do Rio Coruripe e variada fauna e flora, o que, de certa forma, explica parte das disputas por um território tão fértil e ambientalmente rico em diversidade e recursos naturais.

Esses recursos contribuem de forma positiva para o cotidiano dos indígenas. A flora, por exemplo, além de fornecer ervas para tratar problemas de saúde é um marcador sociocultural do povo Xukuru-Kariri, na prática centenária de realizar curas e na preocupação em repassar tais saberes, geracionalmente.

Ao mesmo tempo, a fauna existente na aldeia possibilita encontrar espécies de animais como guará, tamanduá, veado, uma diversidade de aves como garça, paturi, galinha d'água e pássaros como vivinho, guriatã entre outros, traduzindo essa diversidade como um ambiente em equilíbrio, com indicativo de qualidade do espaço natural e de convivência índio – natureza.

2.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SEMIÁRIDO ALAGOANO

O desmatamento em Alagoas tem alcançado níveis bem preocupantes, representa ameaças a biodiversidade existente no estado, resultado de vários séculos de exploração

desordenada dos recursos naturais. Esta situação comum ao país, não é diferente em Alagoas, onde se formou uma paisagem fitogeográfica⁴⁸ comprometida desde o “descobrimento” do Brasil e ampliada com o processo de colonização do Nordeste brasileiro e a consequente formação socioespacial alagoana.

A colonização do território, atualmente compreendendo Alagoas, ocorreu de forma muito lenta, por volta da segunda metade do século XVI com três principais fatores: a criação do Quilombo dos Palmares, o início da conquista do Sertão e a implementação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareiras (LINDOSO, 2011). As áreas para a produção açucareira eram localizadas estrategicamente em regiões onde o fluxo hídrico como rios e lagoas possibilitaria sucesso e lucro, além de uma base de trabalhadores que em sua maioria eram indígenas e negros escravizados (DIEGUES JÚNIOR, 2012).

A formação socioespacial do Semiárido alagoano foi acontecendo também em razão dos colonizadores realizarem atividades agropecuárias e, para tanto, eram necessárias grandes extensões de terras, também contando com uma segurança hídrica. No entanto, algumas destas terras eram habitadas pelos indígenas que foram adentrando às regiões ainda não desbravadas, fugindo do trabalho forçado e da imposição do colonizador. “Sabe-se que os índios ocupavam a parte mais fértil das savanas sertanejas: os vales transversos, que aparavam a umidade e refrescavam a terra com os chuviros finos – a garoa sertaneja – de inverno” (LINDOSO, 2011, p. 21).

O espaço inicialmente definido como rota para afastar-se da imposição colonial aos poucos foi se tornando o espaço habitado e com esta fixação desencadearam-se também os conflitos territoriais centralizados, principalmente nos espaços ocupados por estes grupos marginalizados e excluídos socialmente, no caso de Alagoas, com mais ênfase os indígenas e posteriormente os negros que tinham, nos territórios, interesses diferentes dos europeus. Os conflitos territoriais, os impactos socioambientais provocados a partir da produção da cana de açúcar e da criação de gado, foram resultados percebidos a longo prazo, pois com a implementação da monocultura e da agropecuária as terras tiveram sua sua capacidade de produção reduzida. Dessa maneira, “quando o solo se exauria, uma nova área era desmatada, enquanto a primeira ficava de “pousio” (ASSIS, 2000, p. 07).

Essas forças econômicas e a exploração desenfreada do território provocaram mudanças estruturais que, posteriormente, impactaram nas condições climáticas do estado,

⁴⁸ É um ramo da Biogeografia que estuda o ser humano e as modificações nas *paisagens* naturais dos biomas no Planeta desde tempos imemoriais.

criando, com isso, regiões como o Semiárido que ocupa uma parcela considerável de Alagoas, conforme descreve o mapa a seguir:

Mapa 01 - Semiárido alagoano



Fonte: IBGE 2015; SUDENE 2016; SEPLAG/SINC/NEP/GGEO 2016.

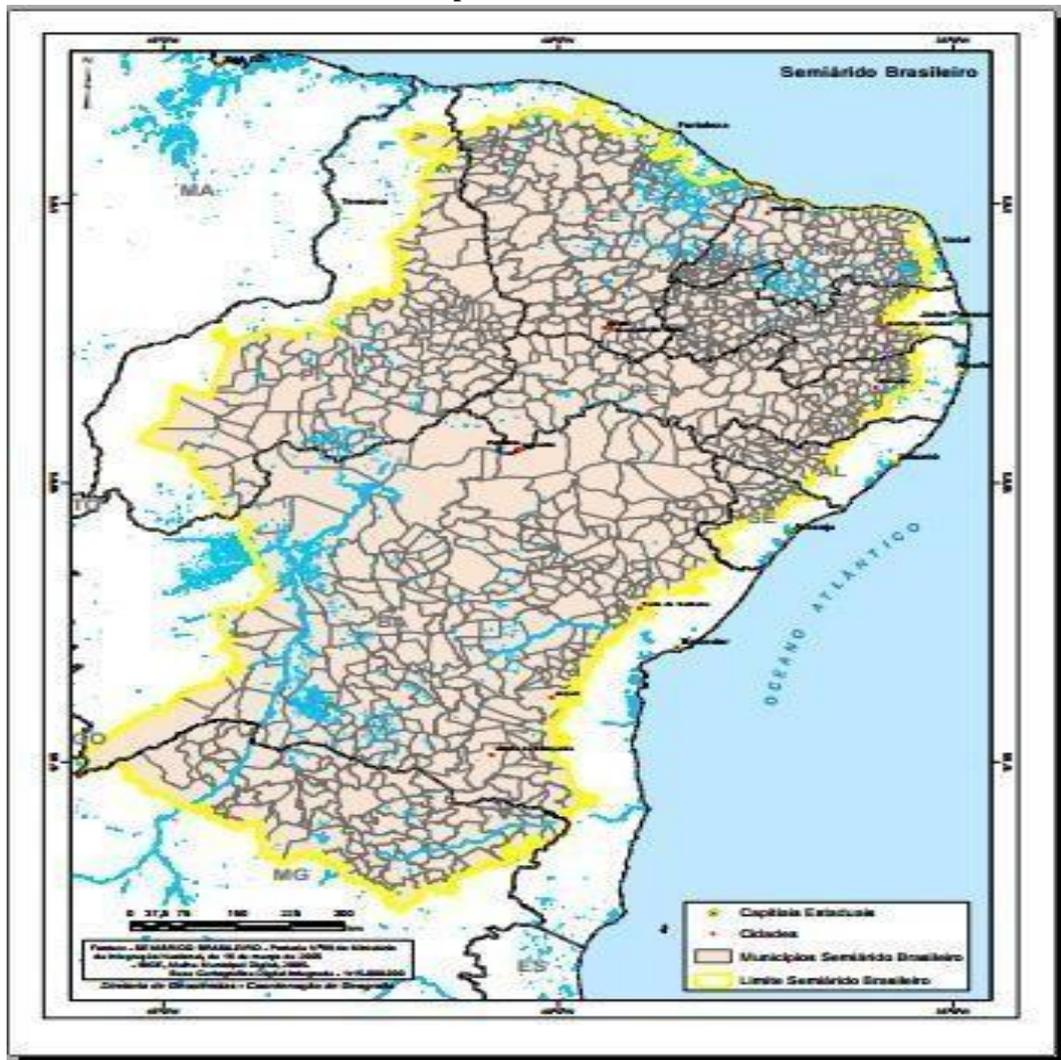
Atualmente são 38, de 102, municípios alagoanos considerados Semiáridos, identificados no mapa 01 com a cor verde. Segundo o Ministério da Integração⁴⁹, estes municípios representam 1,3% do Semiárido brasileiro e 45,5% do território alagoano (MI, 2005). A Articulação Semiárido Brasileiro - ASA BRASIL disponibiliza dados semelhantes e outros que complementam as informações prestadas pelo MI, como por exemplo, reafirmando a quantidade de municípios no Semiárido do estado, além de esclarecer que o termo Semiárido corresponde à compreensão de um contexto contemporâneo que se refere a uma região ocupando 18,2% do território nacional e abrange mais de 20% dos municípios brasileiros. Os dados apresentados possuem interesses diferentes; de um lado um Órgão do Governo Federal sujeito a uma esfera de poder buscando justificar avanços sociais através de

⁴⁹ Ministério da Integração, é um órgão do Governo Federal responsável por gerenciar programas de desenvolvimentos nas regiões brasileiras. Site: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/semiario-brasileiro?inheritRedirect=true>. Acesso em 24/07/2018.

dados numéricos, enquanto do outro é uma articulação da sociedade civil organizada mobilizando-se por direitos políticos.

A maior parte do Semiárido brasileiro situa-se no Nordeste do país, em oito estados, além da região Norte de Minas Gerais, como é possível visualizar no mapa a seguir:

Mapa 02 - Semiárido brasileiro



Fonte: IBGE, 2016.

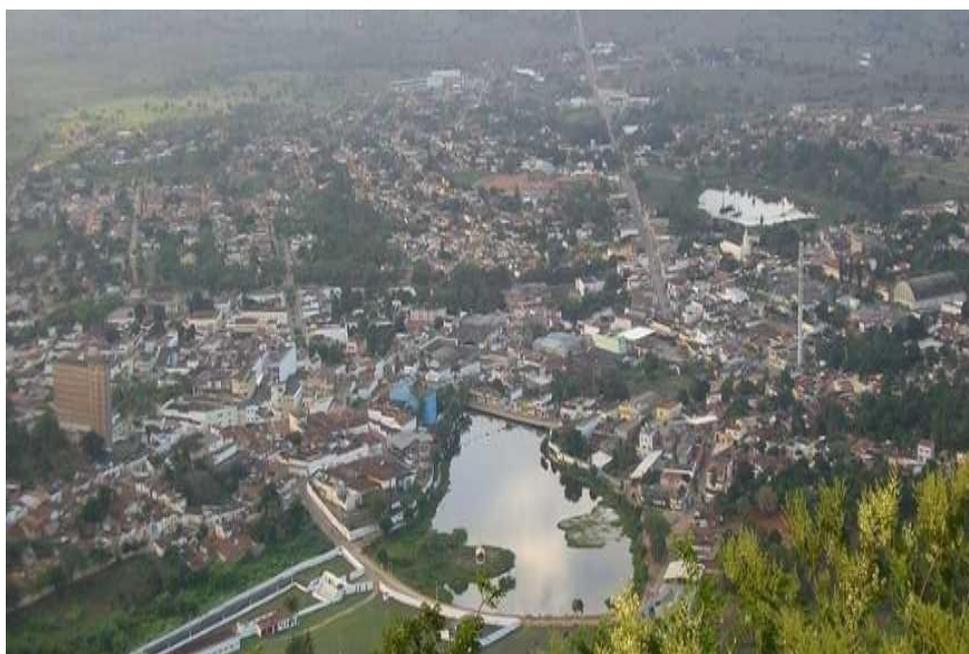
O destaque na cor rosa enfatiza o Semiárido, caracterizado pela baixa quantidade de chuvas anuais e pela incidência de longas estiagens ou secas periódicas. Tal região foi por muito tempo cristalizada como espaço territorial condenado ao “sofrimento” dos habitantes e ao atraso econômico, concepção superada recentemente a partir de mobilizações sociais que

reivindicavam políticas públicas do Estado brasileiro para esta região, possibilitando mudanças socioeconômicas e a noção de lugar como um “Sertão verde⁵⁰”.

O Estado de Alagoas apresenta uma quantidade considerável de municípios que compõem a região semiárida, mas que também são nomeadas popularmente de Agreste. O estado possui apenas duas sub-regiões, “a canavieira e a do Agreste, em outras palavras, estamos considerando agrestinas todas as terras alagoanas não compreendidas na faixa úmida oriental” (MELO,1980, p. 257).

O município de Palmeira dos Índios, mesmo localizado numa região popularmente chamada de Agreste alagoano, recebeu o título de “Princesa do Sertão” por situar-se geograficamente em uma zona de transição. Mesmo tendo surgido em torno de um brejo de altitude, apresenta situações climáticas subúmidas em uma microrregião correspondente a condições climáticas semiáridas moderadas, possuindo assim, tanto características agrestinas, quanto do sertanejas (MELO, 1980), contexto notadamente destacado na fotografia que se segue:

Fotografia 11 - Vista panorâmica da cidade de Palmeira dos Índios



Fonte: Acervo do NEPEF/UNEAL, 2017

Os brejos de altitude são áreas de florestas úmidas existentes em meio a uma vegetação composta de “Mata Serrana”, apresentada na parte superior da fotografia, o que

⁵⁰ A utilização de tecnologias sociais, como as cisternas de placa oferecem algumas das condições necessárias à convivência com o Semiárido e criam a esperança de produzir um “Sertão Verde”.

contrasta com a paisagem urbana complementada por duas barragens. Esse conjunto paisagístico também corrobora com a imagem de Agreste imputada a Palmeira dos Índios. No entorno da cidade são encontradas diversas espécies da Mata Atlântica, Caatinga e espécies endêmicas com a presença de fauna e flora diversas em altitudes que variam entre 300 a 1.000 m, localizados no Planalto da Borborema⁵¹, com características específicas e distintas se comparadas com os demais biomas. “Os brejos tornaram-se fundamentais para a produção de alimentos no Semiárido nordestino, dando origem à comercialização nas feiras locais ou nos agrestes” (VASCONCELOS JUNIOR, 2017, p. 64).

Em Palmeira dos Índios, boa parte dos gêneros alimentícios produzidos e comercializados nas feiras livres do município vem de agricultores, indígenas e não indígenas, habitantes nas áreas serranas, mesmo localizados em regiões semiáridas, onde a quantidade de chuvas é baixa, a umidade possibilita produções agrícolas por quase todo o ano, sendo mais frequentes as frutas como banana, jaca, manga, abacate, além de raízes como macaxeira, batata-doce e hortaliças como alface, couve e coentro, em menor escala, a partir de iniciativas agroecológicas.

Historicamente, Palmeira dos Índios construiu-se a base de minifúndios e latifúndios, definindo-se como área do sistema Gado-Policultura de uso da terra, secundariamente a produção agrícola e depois a pastoril (MELO, 1980). Por conta dessa condição, algumas pessoas destinavam-se a trabalhos sazonais nos canaviais, entre estas os indígenas que também precisavam de renda, mas o município habitado não oferecia tais condições. “Tanto os Xukuru-Kariri, quanto os Kariri-Xokó, trabalharam muito naquelas usinas Seresta⁵² e Cachoeirinha⁵³, trabalhavam nas safra e depois voltavam pra casa⁵⁴”, narrou o indígena Lenoir Tibiriçá. Afirmou que por conta do trabalho exaustivo os indígenas migrantes que trabalhavam fora, dedicavam-se menos aos seus plantios quando retornavam às aldeias.

Ainda é frequente o relato de que indígenas trabalham na construção civil, restaurantes, supermercados, salões de beleza, como moto taxistas, feirantes, também fora do estado, em épocas de temporadas nas produções de panetones, chocolates entre outras funções, tanto região Sul quanto no Sudeste do país. Alguns indígenas argumentam que não gostam de deixar o território, mas por terem famílias, precisam garantir o sustento. Outros são

⁵¹ Região serrana no interior de Pernambuco.

⁵² Localizada na cidade de Teotônio Vilela, foi inaugurada em 1973 em sociedade entre as famílias Vilela e Barros, com outras grandes usinas no estado.

⁵³ Localizada em Pernambuco na cidade de Vitória do Santo Antão, pertencente ao grupo JB.

⁵⁴ Entrevista com Lenoir Tibiriçá, realizada na Aldeia Mata da Cafurna em 27/05/2017, Palmeira dos Índios.

funcionários na Escola, no Posto de Saúde, ou na SESAI; a maioria dos indígenas produz sua arte, o que gera renda e contribui como um complemento financeiro.

2.2 BIOMAS E A VEGETAÇÃO LOCAL

O bioma Mata Atlântica abrange a costa litorânea e se estende a estados do Sul, Sudeste e Nordeste, entre eles Alagoas, totalizando 17 estados no país. Tem como principais características um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estrutura e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando as características climáticas da região onde ocorre (SILVA, 2011).

A Mata Atlântica é tão importante para a biodiversidade existente no Brasil que na Constituição Federal em vigor, no Art. 225, este bioma é considerado Patrimônio Nacional, junto com a Floresta Amazônica brasileira, a Serra do Mar⁵⁵, o Pantanal Mato Grossense e a Zona Costeira (BRASIL, 1988).

Assim, como os demais ecossistemas, na Mata Atlântica tem ocorrido destruições recorrentes, trazendo quatro ações como principais: exploração do Pau-Brasil⁵⁶, monocultura de cana-de-açúcar, produção de café e substituição do bioma por grandes centros urbanos (REIS; CANCELLO, 2007). Tudo isto, desordenadamente reduziu para menos da metade seu ecossistema, em Alagoas, faltam estudos mais específicos sobre biomas o andamento de pesquisas, como afirmam os estudiosos:

Em Alagoas, não se sabe ao certo qual a área total da Mata Atlântica, pois as primeiras avaliações sobre a cobertura vegetal deste bioma ocorreu no início do século XX. Desde então, estima-se que Alagoas teria uma área de 14.529 km², correspondendo a 52% de seu território, banhando aproximadamente 61 municípios. Originalmente a vegetação expandia-se por toda a costa litorânea do Estado, chegando a cobrir os municípios do Agreste como Igaci e Palmeira-dos-Índios [sic] (MOURA, 2006 apud SANTOS, 2014, p. 18).

A Mata Atlântica em Alagoas não é especificamente igual a dos outros estados, uma vez que se caracteriza por estar sobre morros e encostas. A existência deste bioma possibilita a condição de existirem os brejos de altitude e as florestas serranas ou brejos interioranos com formações de Mata Atlântica circundadas pela Caatinga. Entretanto, apresentam

⁵⁵ Serra do Mar é uma cadeia montanhosa do relevo brasileiro que se estende por aproximadamente 1500 km, ao longo do litoral leste/sul, indo desde o estado do Rio de Janeiro até o norte do estado do Rio Grande do Sul.

⁵⁶ Sendo substituída pelo café e pela cana-de-açúcar, uma vez que o monopólio do pau-brasil era da Coroa Portuguesa (ASSIS, 2000, p. 18).

características climáticas edáficas⁵⁷, topográficas, florísticas e vegetacionais diferenciadas deste bioma (TAVARES *et al.*, 2000). Isto significa que um quarto, da Mata Atlântica nordestina, é representado por florestas serranas (PÔRTO; CABRAL; TABARELLI, 2004).

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro com uma biodiversidade de espécies endêmicas⁵⁸, considerado como patrimônio biológico de imensurável valor, nos mesmos estados contemplados como Semiárido brasileiro. Parte da população habitante deste bioma faz uso dos recursos naturais disponíveis no ecossistema para se manter ou custear parte da renda, sendo possível o uso sustentável, mesmo com a exploração. Por outro lado, é um dos biomas mais modificados pela atividade humana, com mais de 45% da sua área alterada, sendo ultrapassada apenas pela Mata Atlântica e o Cerrado (DRUMOND *apud* CAPOBIANCO, 2013):

[...] historicamente a Caatinga foi derrubada para dar lugar aos plantios de milho, feijão, mandioca, batata, macaxeira, inhame e fruteiras diversas, todos em pequenos roçados. [...] Hoje em grande parte desse fitoambiente, pratica-se a pecuária, agora sob a responsabilidade de eminentes proprietários de terra que desenvolveram uma produção tipicamente comercial. O que contribuiu para o desmatamento acentuado, destaca-se também o cultivo do fumo, com grande repercussão econômica, e certamente espacial (ASSIS, 2000, p. 6-7).

O território em discussão, a aldeia Mata da Cafurna, está inserido em uma região de Brejo de Altitude e Floresta Serrana, constituindo zonas de exceção, florestas úmidas, mesmo no Semiárido, situados em perímetros das secas no Nordeste brasileiro, além de seu bioma, caracterizado por diversas fisionomias da região semiárida no Nordeste englobando fauna, flora e geomorfologia (DRUMOND, 2013), como destaca a fotografia seguinte:

⁵⁷ Pertencente ao solo.

⁵⁸ Restrito a determinada região, neste caso específico, é nativo do Bioma Caatinga.

Fotografia 12 - Biomas na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

O panorama apresentado destaca a Mata Serrana e as Florestas úmidas, no alto da fotografia, ambas inseridas no Brejo de Altitude; nos outros ângulos da foto observamos os biomas Caatinga e Mata Atlântica, permitindo que nessas regiões, seja possível produzir alimentos por quase todo o ano, fator importante para os povos indígenas. Convém destacar, ainda, a ação do homem sob o espaço, a direita da imagem, provocando desmatamento para inserção da pecuária.

Os estudos sobre a classificação dos Brejos de Altitude⁵⁹ são escassos em Alagoas, as poucas informações disponíveis não são precisas, encontram-se desatualizadas, diferente de outros estados como, por exemplo, Pernambuco e Paraíba. Os brejos se diferenciam uns dos outros, mantendo características semelhantes como umidade e altitude, mas podendo existir variações de uma região para outra. Por isso são importantes pesquisas direcionadas a compreender melhor como se dão os biomas e suas especificidades, possibilitando, assim, ações mais pontuais para os povos destas regiões, pois, são nos brejos que nascem a maioria dos rios e isto, por si só, justifica a importância de estudos mais aprofundados (SANTOS, 2014).

O conjunto de terras subúmidas, os brejos de altitude, em meio a um ambiente de clima predominante seco, possui condições favoráveis às atividades agrícolas. Os indígenas

⁵⁹ Também chamados de florestas serranas, florestas úmidas e/ou matas serranas.

fazem uso diferente dos recursos naturais; a produção agrícola tem o caráter principal de subsistência e secundariamente de comercialização, por meio da produção excedente, ao mesmo tempo em que garante certa segurança alimentar, possibilita uma renda extra para custear o que o meio não oferece.

Na aldeia a produção agrícola se diferencia em relação ao que tradicionalmente é cultivado no município e região. Milho e feijão, por exemplo, não são cultivados porque não resistem ao frio das cercanias da Mata, em contrapartida existe uma produção de bananas em larga escala para o consumo interno e para o abastecimento do comércio local, o que também acontece com a produção de legumes, hortaliças, verduras, batata doce e mandioca. Existe também o artesanato confeccionado pelos indígenas a partir da matéria prima da mata. Além das terras férteis, a água cristalina e o clima serrano fazem com que a vida na aldeia seja uma atividade pacata e saudável, bem distante do que se observa nas cidades.

2.3 HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA AMBIENTAL

Após constituir-se como disciplina a Antropologia demonstrou o interesse em estudar as origens das sociedades. Paralelo a isto, pesquisas na área de História também passaram a ser parte das discussões acadêmicas, pois antes, ambas realizavam estudos isoladamente, os campos de pesquisa eram distintos. A Antropologia desenvolveu a Etnografia⁶⁰ e a Etnologia⁶¹ e estudava temas relacionados ao cotidiano de grupos sociais. Enquanto os historiadores continuavam reforçando o discurso assimilacionista e quando direcionavam os índios a um tempo histórico, este tempo era sempre o passado (ALMEIDA, 2010). Estes estudos caminhavam por perspectivas de que tais sociedades tinham culturas fixas e estavam em vias de extinção étnica, desconsiderando os processos históricos e fortalecendo assim o discurso do colonizador.

Os discursos de negação à existência dos povos indígenas no território brasileiro ainda ocorrem, principalmente no Nordeste, pois até a década 1970 os índios eram considerados “misturados” (OLIVEIRA, 2011). Tal termo, objetivava desqualificá-los, os comparando com a noção superada de “índios puros”, habitantes da Amazônia, situação que retardou o reconhecimento étnico e, conseqüentemente, o acesso à demarcação dos territórios

⁶⁰ Os passos iniciais para realizar a pesquisa de estudos sobre os grupos sociais.

⁶¹ Um ramo da Antropologia com um nível de mais profundidade e considerações mais fundamentadas no que se referissem a estas relações socioculturais.

tradicionais. Estas circunstâncias, tiveram menor impacto a partir da Constituição de 1988, a primeira no Brasil a garantir aos índios o direito à diferença.

No final do século XX, novas interpretações tornaram-se possíveis, pois tanto antropólogos quanto historiadores começaram a dialogar e a trocar experiências a respeito de temas, ferramentas de trabalho, teorias, conceitos e métodos com os quais analisavam seus objetos de estudos (ALMEIDA, 2010). Dessa forma, revisonaram as produções historiográficas existentes e perceberam que ao invés de terem se extinguido, aqueles povos indígenas haviam se multiplicado, desmontando um discurso hegemônico na historiografia. Com isso, foi o momento de repensar conceitos, estruturas de análises e abordagens, reconhecendo aos indígenas o seu lugar na História do Brasil.

Assim, os historiadores passaram a focar em pesquisas sobre os processos de mudança social, considerando as dinâmicas e flexibilidades destes povos, enquanto que os Antropólogos ampliaram seus estudos referentes aos comportamentos, crenças e cotidianos. Isso possibilitou, de certo modo, nossa compreensão sobre interdisciplinaridade, em que áreas distintas encontram pontos em comum para a realização de pesquisas.

Em âmbito internacional a ideia de interdisciplinaridade foi se tornando mais possível, o que certamente contribuiu para a aproximação entre História e Antropologia. Essas relações contribuíram também para pensar os indígenas, pois evidenciaram e acompanharam as transformações históricas, de invisibilizados a agentes históricos, de grupos exóticos tratados com indiferença e preconceito a povos reconhecidos enquanto possuidores de direitos e identidade específica.

À medida que o índio foi sendo estudado, notadamente pela Antropologia, ampliaram-se o campo de estudos e a ideia de história local e memória. No Nordeste, pesquisadores como Clóvis Antunes, contribuiu nas pesquisas sobre povos indígenas, especificamente os Xukuru-Kariri, quando em 1965 realizou pesquisa de campo em terras indígenas para compreender e descrever os modos de vida e os direitos às terras tradicionais; ampliou o foco para as questões comportamentais, sociais, políticas, econômicas e religiosas, possibilitando que outros pesquisadores, posteriormente, viessem fomentar as discussões e reflexões sobre a temática.

Tão importante quanto estudar a História Indígena, uma história dos índios, é pensar sobre estes povos como sujeitos sociopolíticos ativos nos processos históricos (SILVA, 2016). E assim superar estereótipos, reconhecendo que mesmo em meio a tantas tentativas de opressão e silenciamento as populações indígenas resistiram e atualmente vivem um novo momento histórico, o de mobilizações permanentes por direitos, principalmente o territorial e

a identidade étnica.

O historiador Eduard P. Thompson contribuiu de forma fundamental para a compreensão do papel histórico das comunidades tradicionais quando ressaltou ser importante considerar a historicidade da cultura. Segundo o teórico, a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível que deve ser apreendido como um processo no qual homens e mulheres vivem suas experiências (ALMEIDA, 2010). Também ressaltou que “mais importante que achar que a cultura produz humanos, seria mais rico compreender que os humanos, a partir de suas produções de significados, produzem culturas” (MAIA, 2016, p. 12). Dessa forma, os grupos sociais, indígenas, negros, ou qualquer outro, vivenciam no cotidiano expressões socioculturais que se transformam com o tempo, sem agregar a esta variabilidade uma perda sociocultural ou risco de extinção.

Portanto, cultura deve ser pensada enquanto manifestação de grupos que socializam resultados em comum, de forma simbólica. A cultura, sendo dinâmica, logo pode transformar-se com o passar dos anos, sendo constituída também pelo e no ambiente onde se vive. Partindo dessa ideia, os Xukuru-Kariri, em sua trajetória, mesmo diante de muitas perseguições, dispersaram-se como indivíduos e até passaram a viver em outras regiões do Brasil, porém continuaram afirmando as expressões socioculturais e reelaborando a sua identidade étnica.

Semelhante ao que ocorreu com a História e a Antropologia, aconteceu com outras áreas de conhecimento, como exemplo a História Ambiental, pois durante muito tempo perpetuou-se a ideia de que Cultura e Natureza trilhavam caminhos opostos e que, portanto, não havia a necessidade de estudá-las com uma abordagem multidisciplinar. Estudiosos como W. Catton⁶² buscaram em diversos momentos desconstruir essa ideia de distinção das áreas estudadas e por mais de um século evitou-se propor que a Cultura fosse de alguma forma condicionada por fatores sociais.

As Ciências Sociais e a História Social são estudos que remetem aos processos históricos, símbolos socioculturais e as transformações ou não no decorrer do tempo, entre várias outras questões comuns interligadas. Como enfatizou Drummond, “o tempo no qual se movem as sociedades humanas é uma construção cultural consciente. Cada sociedade cria ou adota formas de contagem e divisão do tempo em torno das quais se organizam as diversas atividades sociais” (DRUMMOND, 1991, p.11).

Inicialmente, a História era compreendida a partir da história política, em um espaço

⁶² Sociólogo norte-americano que no século XIX combateu a separação entre História Social e História Natural.

majoritariamente masculino e com sentimentos nacionalistas. Com o tempo, esse conceito de “política do passado” começou a perder espaço e os historiadores começaram a desconsiderar o que até então era tido como certeza, dando lugar à valorização das vidas e às pessoas comuns, buscando reconceituar a história de “baixo para cima”, e em meio a este novo momento histórico, a História Ambiental ganhou espaço, foi “parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina história, muito mais inclusiva nas suas narrativas do que tem tradicionalmente sido” (WORSTER, 1991, p. 02).

De certo modo, o tempo foi necessário até que estudos mais aprofundados aos poucos reafirmassem a importância da interdisciplinaridade. Tomou-se como marco inicial desse desafio todo o século XX, nos Estados Unidos da América, Inglaterra e França, a princípio liderado por sociólogos, biólogos e economistas e mais tarde por antropólogos e historiadores norte-americanos, com os quais parece ter adquirido mais avanços. Estes últimos, reunidos em 1977 em torno da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental e da Revista *Environmental History*, especializada no tema, além dos congressos anuais organizados (HORTA, 2005), discutiam a História Ambiental, agora, reconhecida pelos estudos acadêmicos.

A História Ambiental surgiu na década de 1970, a medida que ocorriam também crises globais e movimentos ambientalistas que tomaram espaço entre os cidadãos de vários países. É uma área de estudos relativamente recente, que nos últimos 30 anos propõe estudar aspectos históricos interligados a uma perspectiva ambiental e a partir daí, desenvolver uma nova modalidade de abordagem, por meio destas áreas de conhecimentos que até certo tempo eram pensadas como campos distintos, sem relação alguma, não sendo apenas a História, a disciplina envolvida, mas também Direito, Filosofia, Economia, Sociologia, Geografia, Biologia, entre outras. A partir dessa junção, foi possível unir aspectos das várias áreas de conhecimento, gerando assim a História Ambiental com o objetivo fundamental de compreender as mudanças históricas nas relações humanas com o ambiente, entendendo o ser humano como parte da natureza e não algo que contraste com ela; a partir dessa estreita relação entre Ser Humano/Natureza (MAIA, 2016), justificamos as imbricações índio-Natureza.

Estudos específicos da História Ambiental são mais frequentes na atualidade, quando pesquisadores de diversas áreas do conhecimento evidenciam a importância da interdisciplinaridade como uma reformulação de conceitos, uma vez que no século XIX existiu um grande conflito entre o tempo geológico e o social, resultando em inúmeros debates científicos, superados apenas em meados do século XX. A mesma discussão também

reconheceu que a História Ambiental é uma síntese de várias contribuições em uma mesma perspectiva:

[...] todos esses estudiosos consideram uma das inovações principais de suas práticas a grande disposição em dialogar com cientistas políticos e filósofos, mas também e especialmente geógrafos, geólogos, estudiosos do clima, biólogos, químicos, agrônomos e muitos outros. A interdisciplinaridade – ou seja, o encontro de várias áreas do conhecimento – é uma das maiores tônicas da autodenominação da história ambiental (HORTA, 2005, p. 33).

É necessário pensar a História Ambiental como possibilidades além das fronteiras da disciplina de História, dos limites da ciência tradicional, como um encontro de várias áreas do conhecimento, isto é, “a História Ambiental se apresenta como uma prática de conhecimento eminentemente interdisciplinar e os campos de interesse são amplos e irrestritos” (HORTA, 2005, p. 94).

Pesquisadores desta temática afirmam ser imprescindível “colocar a sociedade na Natureza” termo usado por Donald Worster⁶³, um dos pioneiros e principais responsáveis em incorporar aspectos sociais e ambientais em uma mesma discussão, mesmo não sendo uma tarefa fácil, tratava-se de algo necessário. De forma breve, este teórico definiu a História Ambiental: “seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esses ambientes” (WORSTER, 1991, p.199). Outros pesquisadores chamaram a atenção para os possíveis desafios teóricos em se construir uma História Ambiental sólida, sem negar que foram muitas as possibilidades nas últimas décadas, como afirmou o historiador Paulo Henrique Martinez:

[...] é preciso sublinhar que o meio ambiente, enquanto objeto de estudos, não é uma novidade na historiografia e nas Ciências Sociais. Inúmeros aspectos da interface entre a vida social e o mundo natural foram examinados pelos analistas e intérpretes do passado humano. As características do meio físico, como o clima, rios, oceanos, florestas, montanhas ou planícies, comparecem com alguma frequência em apreciações sobre a história das civilizações e das nações do mundo (MARTINEZ, 2011, p.36).

O que se transformou foi a ideia de analisar como ocorrem as interações entre Cultura e Natureza e o que juntas podem gerar, unindo discussões da História com várias outras disciplinas, possibilitando diálogos entre si e focando principalmente nas

⁶³ Historiador americano, responsável por divulgar a História Ambiental no EUA, Inglaterra e França e por influenciar o gênero historiográfico que se expandiu no Brasil na década de 1980. Defendendo que a História Ambiental surgiu de um objetivo moral e envolta de uma rede de compromissos políticos, tornando-se mais autônoma e acadêmica com a sofisticação de interesses e de objetos. (WORSTER, 1991).

transformações das ações humanas no tempo e no espaço. Segundo Worster (1990), a História Ambiental trata do papel e do lugar da Natureza na vida humana, interpretando os fatos históricos a partir da realidade apresentada pela paisagem natural, interligando aspectos naturais com aspectos socioculturais, econômicos e políticos dos territórios e a partir disto, realizando estudos sobre o funcionamento e organização da Natureza e como ocorrem as relações de etnicidade e territorialidade nestes ecossistemas com os diversos grupos sociais, neste estudo mais específico, com os povos indígenas.

Mesmo antes de existir a História Ambiental, historiadores renomados já realizavam discussões de temas associados à Natureza, entre estes March Bloch⁶⁴ e Lucien Febvre⁶⁵, que fundaram a Revista dos *Annales* em 1929, na França, e pouco depois Fernando Braudel⁶⁶, que também comandou a mesma revista em sua 2ª geração, tendo no Ambiente a possibilidade de estudos históricos, como, por exemplo, o conceito de longa duração⁶⁷ (*longe durée*).

No Brasil, intelectuais como Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Josué de Castro foram de certa forma as referências iniciais, pois abordaram discussões sobre Natureza, embora não possamos classificá-los como historiadores ambientais. Nessa perspectiva, Martinez salienta as abordagens de Sérgio Buarque de Holanda e suas considerações sobre a forma como “as relações com a natureza no Brasil, estiveram marcadas por uma conduta de geração de “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, caracterizada pela ausência de “vontade criadora” do colonizador” (MARTINEZ, 2005, p. 30) como prenúncio da História Ambiental.

Em seguida, estudiosos mais contemporâneos, como José Augusto de Pádua (2010), Regina Horta (2005), Paulo Henrique Martinez (2005), José Augusto Drummond (1991), estudaram o Brasil de forma abrangente, provocando e ampliando as discussões e reconhecendo as variáveis ambientais em questões ligadas a clima, vegetação, fauna, flora, ecossistemas, economia, recursos naturais entre outros aspectos. Há também pesquisadores

⁶⁴ Historiador francês, fundador da *Revista dos Annales*, considerado um dos mais competentes medievalistas e um dos principais historiadores do século XX.

⁶⁵ Historiador e geógrafo francês, que com Marc Bloch fundou a *Revista dos Anales*, o mesmo dirigiu críticas intensas ao modo de se escrever a história, principalmente aquela que priorizava a história política.

⁶⁶ Historiador francês que durante os anos de 1935 a 1937 e depois em 1947, foi Professor na Universidade de São Paulo- USP, sendo um momento chave para uma produção historiográfica brasileira marcada pela produção do conhecimento histórico, intelectual e científico. Também dirigiu a *Revista dos Annales*, onde sucedeu Lucien Febvre após sua morte. Na revista o historiador por meio de suas produções quis provar que a história pode fazer mais do que estudar jardins murados (CRACCO, 2009).

⁶⁷ Conceito caracterizado pelo tempo histórico em suas dimensões de “temporalidade” e “duração”, uma história quase imóvel através das paisagens e das relações humanas com o meio. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93349> Acesso em: 09 ago 2018.

que se dedicam a uma História Ambiental e indígena a partir da região Nordeste como por exemplo, Edson Silva (2014) e Edivânia Granja (2014), que tratam da importância que a Natureza tem nas relações sociopolíticas de grupos humanos, compondo a partir de então sua identidade cultural.

A História Ambiental é a história das relações históricas entre sociedade e natureza ao longo do tempo, é a forma como pensamos e nos relacionamos com a natureza. Pensar em História Ambiental, significa que estamos considerando que história humana é parte de uma história maior, por meio de uma dinâmica não apenas humana, mas também do tempo, dos animais, do clima, das terras, entre outros elementos. O Ambiente é um agente ativo na história, em sucessivos processos de construção e reconstrução ao longo do tempo.

2.4 A BIODIVERSIDADE NA MATA DA CAFURNA

A aldeia Mata da Cafurna, território do povo Xukuru-Kariri, foi retomada em 1979 por meio de mobilizações, que não se encerraram com a reconquista da primeira parte da Aldeia. Foram necessários muitos anos para que se concluísse o processo de posse e homologação das terras de forma definitiva para os indígenas. Foi necessário reorganizar o povo, definir espaços coletivos e individuais e criar estratégias para preservar o ambiente, já que existiam sinais de um solo enfraquecido que necessitava de cuidados por conta da produção monocultora de capim, criação de gado e da exploração de madeira.

Para os Xukuru-Kariri, reconquistar a terra indígena foi importante em vários sentidos. Primeiro porque se mobilizaram, resistiram e conseguiram; segundo porque foi possível cuidar do Ambiente, “segurar o que tinha” desde animais como paca, serpentes, aves, pássaros, como também pensar no reflorestamento ou pelo menos ações que minimizassem os danos à natureza. Desde então existem ações do Instituto do Meio Ambiente - IMA, na Aldeia com a soltura de animais recuperados para que seja possível a reintegração ao meio natural, além de fiscalizações contra a caça e o desmatamento, como narrou o indígena Lenoir Tibiriçá⁶⁸:

Quando nós chegamos na terra, a terra só tinha mata, muita jaqueira, tinha café, tinha banana, e ainda hoje ela é uma área com muita água. A Mata da Cafurna foi uma questão de ser preservada como mata, a nossa cultura, nossos animais e até mesmo as plantas medicinais naturais, plantas que hoje não existem mais e plantas nativas que ainda existem né? Por que muitos já se foram que nem o juazeiro, a

⁶⁸ Liderança da Aldeia Mata da Cafurna. Entrevista realizada em 27/05/2017, Palmeira dos Índios.

braúna, todos desapareceram, essas madeira a aroeira, tudo madeira de serventia de fazer casa e também ter o próprio remédio de inflamação e muitas outras coisa⁶⁹.

O entrevistado relatou sobre a situação da aldeia quando reconquistada, descrevendo as relações dos indígenas com o ambiente e como estas relações ocorrem atualmente. Para os indígenas, a mata é o espaço mais importante na aldeia, pois é por meio dela que o povo alimenta o corpo e a alma, sendo principalmente a morada dos Encantados, uma espécie de conexão entre o mundo material e o universo espiritual.

Embora o território ocupado seja limitado existe uma biodiversidade considerável, desde várias espécies de animais a uma flora resistente às ações da prática monocultora, principalmente a plantação de capim e a criação expansiva de gado, tanto para engorda quanto para o abate. Ainda há a segurança hídrica, a exemplo do açude, da lagoa e das nascentes espalhadas por toda a Aldeia. O clima úmido certamente tem contribuído para que o solo se recupere das agressividades provocadas ao território quando estava nas mãos dos posseiros.

A Mata da Cafurna requer cuidados e implantação de políticas públicas que assegurem a continuidade das práticas socioambientais sustentáveis. Os órgãos como a FUNAI que deveriam prestar assistência, praticamente não mantêm relações com os indígenas, que fazem o possível para cuidar do ambiente, mesmo não tendo conhecimentos técnicos que possibilitem melhor conservação da biodiversidade na aldeia.

Durante as pesquisas de campo foi possível visitar a mata, lugar sagrado para os indígenas, elencar a diversidade de espécies da flora, identificar variedades de plantas e seus usos pelos indígenas, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 04 - Variedade de plantas

Ordem	Espécie	Uso
1	Abacate	fruto para alimento
2	Alfavaca	para tratar tosses e bronquites.
3	Alecrim	para aliviar o cansaço do corpo
4	Amescla	Como defumador
5	Aroeira	para inflamações na garganta
6	Barbatimão	Para cicatrizações

⁶⁹ Entrevista com Lenoir Tibiriçá, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 27/05/2017, Palmeira dos Índios/AL.

7	Babosa	Renovar a pele, tratar o cabelo
8	Banana	Fruto para alimento
9	Cabo de facão	Aborridar o ambiente
10	Cajueiro (vermelho e amarelo)	Fruto para alimento/inflamações na garganta e gengiva
11	Camboatã	Madeira para construção de casas
12	Camará	Diarreia
13	Canzenzo	madeira para construção de casas, estacas, também para lenha.
14	Capim santo	Calmante
15	Cidreira	Calmante
16	Cipó (vários tipos: rego, titara)	produção de artesanatos
17	Cupiúba	arborizar o ambiente/madeira de qualidade para fazer portas.
18	Eucalipto	descongestiona as vias respiratórias.
19	Embaúba	produção de artesanato
20	Feijão brabo.	coceira/ alergia.
21	Goiaba	fruto para alimento
22	Hortelã da folha miúda	preparo de carnes e para rezas.
23	Imbira	produção de cordas/ infecções pulmonares
24	Ingazeira	tratamento de bronquite
25	Ipê	infecções renais
26	Jatobá	soltar o catarro
27	Jaca	fruto para alimento/também para prevenir contra males na próstata
28	Hortelã da folha miúda	preparo de carnes e para rezas.
29	Juá	para inflamações
30	Louro	utiliza-se junto com o fumo
31	Manga	fruto para alimento
32	Maracujá	para acalmar, diminuir a ansiedade
33	Mastruz	afinar o sangue e tirar o catarro do peito
34	Murici	suco/vitamina para fortalecer, dar disposição
35	Palmeira (tipos: catolé, ouricuri)	produção de artesanatos

36	Pau pombo	produção de artesanatos
37	Pitomba	fruto para alimento/também utiliza-se a folha para o preparo de chás para amenizar a diarreia
38	Quixabeira branca	Para tratar ferimentos e queimaduras
39	Samba caitá	Para tratar inflamações e infecções.
40	Sabacuí	Produzir artesanato
41	Sucupira	para controlar a diabetes
42	Vassourinha de botão	hemorróidas e varizes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A diversidade de plantas apresentada no quadro acima representa uma pequena parcela da diversidade ali existente, evidencia a fertilidade nos solos, mesmo com a ação imposta pelos posseiros, antes da reconquista, com o uso desenfreado de adubos e fertilizantes, como relatou Lenoir Tibiriçá:

Agora não, mas antes saía de caminhão de batata, de macaxeira, de banana, até de verduras mesmo. Essa terra, o Everaldo Garrote ele usou muito aquele veneno que ele jogava no mato e matava o mato, entendeu? E enfraqueceu, enfraqueceu a cultura que nós plantava, não dá mais. Principalmente as banana maçã, a banana prata, que nós fazia remédio com ela, até os anos 90 a gente produzia tudo isso, mas a terra enfraqueceu, se plantava as banana, quando daqui uns 5, 6 mês, tava morta, as banana ia secando entendeu? E o vento ia derrubando e não teve como mais, sustentar, tanto a banana prata, como a banana maçã, você vê que hoje não tem mais essas variedade mais, você vai encontrar já uma outra variedade, a pacovã que parece prata, que o pessoal vende como prata, mas já é outra variedade⁷⁰.

Para o entrevistado, as produções agrícolas não eram maiores pelo uso de veneno que “matava o mato” e enfraquecia o solo, intensificado com a criação de gado e plantação de capim. A partir da reorganização dos espaços e de políticas internas a situação melhorou bastante, principalmente em referência ao desmatamento e à caça, atualmente proibidos e combatidos com veemência no território pelos próprios indígenas.

As plantas formam a maior parte da biomassa existente no planeta. Em toda a história, a humanidade tem dependido crucialmente das plantas, para alimentos, remédios, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da natureza. As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos para sobrevivência e prosperidade. Assim, quando os seres humanos e plantas se encontram, surgem mais temas de História Ambiental

⁷⁰ Entrevista com Lenoir Tibiriçá na Aldeia Mata da Cafurna em 21/03/2018, Palmeira dos Índios.

do que em qualquer outra circunstância. Sem o conhecimento ecológico da vegetação, a História Ambiental perde os alicerces, a coerência, o primeiro passo (MARTINEZ, 2011). Isto descreve muito sobre essa biodiversidade presente por toda aldeia, também por todo o território Xukuru-Kariri, cujos habitantes, mesmo sabendo das condições de solo na atualidade, buscam, mesmo sem técnicas específicas, cuidar do território, das espécies, compreendendo que só assim será possível estar em um ambiente saudável e ecologicamente sustentável.

Além do quadro descritivo das plantas, também produzimos um com a relação de alguns animais encontrados naquele território, como apresentado a seguir:

Quadro 05 - Espécies animais

Ordem	Espécies
01	Caninana
02	Cobra coral
03	Cobra corre campo
04	Cobra cascavel
05	Galinha d'água
06	Garça
07	Guará
08	Guiné
09	Guriatã
10	Paca
11	Pato
12	Peixe tilápia
13	Peixe tambaqui
14	Sabiá
15	Tatu
16	Tamanduá
17	Veado
18	Vivinho

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A reconquista do território criou uma nova dinâmica aos habitantes, modificou hábitos ambientais, que conferiram a criação de uma unidade sociocultural, marcada por uma identidade diferenciadora. A constituição de mecanismos políticos internos, para lidar com uma nova conjuntura, sobre o controle dos recursos ambientais na aldeia, como a proibição da caça ou venda de alguns animais. Dessa forma os indígenas foram reinventando e criando condições que fortaleceram suas relações socioambientais com o território.

CAPÍTULO III

O AMBIENTE COMO UMA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA XUKURU-KARIRI

3.1 MEMÓRIAS, ORALIDADE E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

As relações dos Xukuru-Kariri com a retomada da Mata da Cafurna em muito são expressas pelas memórias em referência ao vivido, a um cotidiano diferente da atualidade. Isso porquê “a constituição da memória é importante por que está atrelada à construção da identidade” (ALBERTI, 2004, p. 27), pois, embora naquela época mobilizar-se por territórios implicasse em riscos, também possibilitava sentimento de pertencimento e compromisso coletivo construído diariamente. E compreendido como a construção identitária, interligada ao Ambiente, características estas que impulsionaram os indígenas a reconquistar os territórios, fortalecendo-os socioculturalmente, mediatizados pela história.

As memórias e narrativas dos indígenas estão em maioria relacionadas a um contexto social e coletivo e “é por isso que sentimos tanta dificuldade para lembrar acontecimentos que só dizem respeito a nós mesmos. Vemos então que não se trata mais de esclarecer uma essência ou realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial” (HALBAWCHS, 2003, p. 13). As situações recordadas podem até inicialmente serem lembradas individualmente, mas sempre estarão entrelaçadas as presenças, uma vez que não existem apenas lembranças individuais.

Estas memórias, ora expressam proximidade, ora distanciamento. Quando é tida como algo positivo, traz proximidade e várias outras memórias conjuntamente. Quando não é positiva, pode ser citada, mas nada que se prolongue, pois esta memória também pode estar carregada de recordações difíceis, e portanto tornam-se distantes, e pouco citadas. De todo modo, ambas as situações são muito significativas, pois podem preencher algumas lacunas, localizadas no tempo como no espaço.

Para ser possível conhecer as percepções e significados dos indígenas com relação ao território habitado, recorreremos a história oral, por meio de entrevistas, uma vez que,

Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc. elas devem ser tomadas como fato e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade (ALBERTI, 2004, p. 09/10).

A pesquisadora evidenciou a importância da história oral enquanto suporte

metodológico multidisciplinar para minimizar possíveis lacunas na história, além de minimizar os discursos elitizados e, por fim, favorecer aos invisibilizados, evidenciando as memórias, como no caso dos indígenas Xukuru-Kariri habitantes a Mata da Cafurna.

Foi possível reconstituir situações vivenciadas a partir das memórias e oralidades indígenas, superando assim a ideia equivocada de que a história oral não configura-se efetivamente enquanto documento, ao invés disso reconhecendo a importância das narrativas como contribuições para a pesquisa. As narrativas dos indígenas foram muito importantes para estabelecer pontos em comum com as demais fontes. Em diversos momentos foi possível entrecruzar as documentações e narrativas que se complementaram. Dessa forma, foi possível também, provocar as memórias, confrontá-las, provocando inclusive mudanças nas interpretações sobre determinadas situações.

A primeira parte da Aldeia ocupada em 1979, no município de Palmeira dos Índios/AL, tinha um total de 117,6 ha e uma área verde muito importante para os indígenas, que optaram por garantir o espaço para realizarem os rituais sagrados e para plantar roças, fortalecendo-se tanto espiritualmente como fisicamente ao minimizar as necessidades com a alimentação, e de forma geral para demarcarem o território retomado. Mesmo que sendo insuficiente para abrigar todo o povo mobilizado, permaneceram em barracos improvisados, até que mais áreas fossem reconquistadas e preservando a área retomada como Mata.

Por volta de 1986, foi necessário entrar com ações na Justiça Federal contra o posseiro Everaldo Garrote⁷¹ e aguardar a burocracia para que formalmente essa parte do território fosse retomada. Esta área tinha um total de 175 ha, quando estava em posse de Garrote e a criação de gado predominava. No local encontrava-se a jaqueira, preservada atualmente no pátio da Escola da Aldeia, pois além da importância simbólica, é um espaço de resistência, memórias e de identidade do povo Xukuru-Kariri.

Durante o período de negociação com Everaldo Garrote, ocorreu outra retomada, o espaço estava em posse de Pedro Pereira Lima, mais conhecido como Pedro Benone⁷², que não demonstrou muita resistência. A área em sua posse era pequena, 22 ha, porém argumentou que na área territorial em disputa existia uma produção de café em fase de colheita. Em uma das várias audiências o posseiro solicitou colher o café, utilizando como justificativa a necessidade de custear o sustento da família. Na época o Juiz recusou o pedido, afirmando que a área estava ocupada e portanto o pedido tornava-se inviável.

⁷¹ Agropecuarista natural de Palmeira dos Índios, casado com Dona Vanda, ambos de famílias tradicionais no município.

⁷² Casado com Edite Colatino Lima e moravam em Palmeira dos Índios.

Após a retomada citada acima, demorou um tempo até que outros territórios fossem ocupados pelos Xukuru-Kariri. Em 1988 a área em posse de Leopoldino Torres⁷³ foi ocupada, 121 ha, com árvores frutíferas em uma parte, a outra parte destinada a criação de gado. Torres parecia ser estimulado por outro posseiro a não negociar com a FUNAI. O outro posseiro era Hélio Alves de Carvalho⁷⁴, que tinha posse de uma área territorial de 175 ha.

As áreas em posse tanto de Leopoldino quanto de Hélio foram ocupadas simultaneamente, resultando em ameaças aos indígenas ainda mais violentas que as anteriores dos outros posseiros.

Os respectivos territórios foram ocupados em razão da longa espera de ações referentes às denúncias dos indígenas a vários órgãos públicos contra o desmatamento pelos posseiros, ameaçando a segurança dos circunvizinhos, e pondo em risco o Ambiente. Além disso, as duas áreas estavam no perímetro delimitado como terra indígena pela portaria PP 0411⁷⁵, e não tinha ocorrido a homologação em trânsito julgado. A área só foi definitivamente regularizada em 1994, aumentando consideravelmente o território Xukuru-Kariri.

As últimas áreas ocupadas e referentes a atual Aldeia Mata da Cafurna ocorreu em 2008, com a ocupação de duas áreas pequenas em posse de “Dona Vandete”⁷⁶ e Geraldo Fernandes⁷⁷. As áreas eram de 06 e 17 ha respectivamente, a menor das áreas reconquistadas. Estas duas ocupações foram muito rápidas, e tiveram como principal característica a mobilização da juventude Xukuru-Kariri, não apenas dos habitantes na Mata da Cafurna, mas dos jovens de outras aldeias no município.

Dessa forma se constituiu o território da Aldeia Mata da Cafurna. Para tornar mais compreensível, organizamos em quadro as ocupações que ocorreram até a composição atual, incluindo também as áreas ocupadas e os posseiros, respectivamente, tendo como base as fontes consultadas para pesquisa.

⁷³ Identificou-se no processo contra a FUNAI como agricultor, mas tinha relações com pessoas influentes no município. Possivelmente o posseiro tentou ocultar a ocupação para obter sucesso no processo.

⁷⁴ Conhecido como Hélio da Purina, natural de Bom Conselho/PE e dono de uma loja comercial na cidade de Palmeira dos Índios, que vendia produtos agropecuários.

⁷⁵ Fonte: (CIMI, 1988).

⁷⁶ Não foi possível localizar informações sobre Vandete, nem o sobrenome dela, eles sabiam. Indígenas afirmaram que a mesma apenas tinha posse da área, residindo em outro município do qual não souberam informar.

⁷⁷ Conhecido como “Gel do Amarílio”, natural de Palmeira dos Índios e identificou-se como agropecuarista.

Quadro 06 - Ocupações para retomada total da Aldeia Mata da Cafurna

Ano de ocupação	Posseiro (a)	Área reconquistada /ha	Território atual da Aldeia Mata da Cafurna
1979	Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios	117,6 ha	620,6 ha
1986	Everaldo Garrote – Igreja Velha	175 ha	
1986	Pedro Benone	22 ha	
1988	Lepoldino Torres - Brejinho	121 ha	
1988	Hélio Alves – Mata da Jibóia	162 ha	
2008	Dona Vandete	6 ha	
	Geraldo Fernandes	17 ha	

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O quadro acima apresenta informações a partir das diversas fontes acessadas, porém não foi possível uma precisão em todos os números das áreas retomadas. Por exemplo, quando tratamos sobre a quantidade de terras ocupadas pelos índios que estava em posse da Prefeitura do município, existe um consenso. No entanto, quando tratamos sobre o território que estava em posse de Everaldo Garrote, as informações são desencontradas. A pesquisadora Sílvia Martins (1994) e o CIMI/AL (2006) afirmaram que o território era de 175ha, enquanto que o pesquisador Adelson Lopes (2013) afirmou ser de 154 ha.

Buscamos os cartórios no município, mas não foram disponibilizadas documentações que pudessem sanar estas dúvidas. A falta de exatidão implica na definição imprecisa do território atualmente ocupado pelos Xukuru-Kariri, na Mata da Cafurna, mas também porque os indígenas autodemarcaram os territórios. Por isto, apresentamos números aproximados e não precisos.

Atualmente a demarcação das terras indígenas em Palmeira dos Índios está em estagnação. Nada avançou há algum tempo, mesmo sendo objeto de pesquisa e os laudos antropológicos afirmando e reconhecendo as áreas como territórios indígenas. No primeiro laudo de 1990, elaborado pela Antropóloga Sílvia Martins, o território pertencente aos indígenas Xukuru-Kariri era uma área de 36.000 ha, sendo interrompida a conclusão, após divulgada a quantidade de terras reconhecidas pela antropóloga e equipe. No ano de 2002, um antropólogo foi convidado a realizar outro laudo. Neste, Douglas Carrara e equipe reconheceram como território indígena uma área de 15.000 ha. O laudo foi concluído e entregue aos órgãos competentes. No entanto, os posseiros entraram com ações na Justiça Federal solicitando a anulação e elaboração de outro laudo, realizado em 2008, pela Antropóloga Síglia Zambrotti. Desta vez, o território disputado foi definido em uma área de 7.073 ha, aceito pelos órgãos competentes e pressionado pela Justiça Federal, quando o Juiz

Sr. Antônio José de Carvalho Araújo, determinando à União Federal e à FUNAI a conclusão imediata da demarcação física da Terra Indígena Xukuru- Kariri⁷⁸, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), recurso nunca repassado.

Após vários laudos, ações judiciais e ameaças contra a vida dos indígenas, os Xukuru- Kariri tiveram o território diminuído em 28.967 ha e ainda assim não foi esta última área reconhecida e demarcada como determinou o Juiz. Os limites do território não foram respeitados, tampouco a área foi totalmente demarcada. Atualmente os Xukuru-Kariri ocupam aproximadamente 1300 ha⁷⁹, em 10 aldeias, habitadas por cerca de 6.000 mil indígenas, uma extensão territorial limitada. Para facilitar a compreensão e estabelecer uma comunicação visual com o território em conflito, apresentamos a imagem a seguir:

Mapa 03 - Área indígena em Palmeira dos Índios/AL demarcada pela Funai



Fonte: g1.com.br, 2017.

Contrariando os discursos propagados pelos posseiros, de que os indígenas querem se apropriar da maior parte das terras do município, inclusive da sua sede, o mapa 04 demonstra que são discursos falaciosos e direcionados a gerar aversão na população menos informada em relação aos indígenas. A área mais escura do mapa não deixa dúvidas quanto a sua proporção em relação ao todo do território.

A partir das informações referentes a demarcação, tornou-se instigante refletir sobre os processos históricos vivenciados pelos indígenas Xukuru-Kariri nos espaços territoriais

⁷⁸ Portaria do Ministro da Justiça nº 4.033, de 15/12/2010.

⁷⁹ Entrevista com Lenoir Tibiriçá, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/03/2018 em Palmeira dos Índios.

disputados e posteriormente reconquistados, realizando entrevistas com alguns indígenas que habitam a aldeia Mata da Cafurna, preferencialmente com os anciãos que participaram das reconquistas, buscando compreender como percebem e analisam as diferenças no território, suas transformações e influências nos modos de vida na aldeia, tomando como recorte temporal o ano de 1979 a 2016.

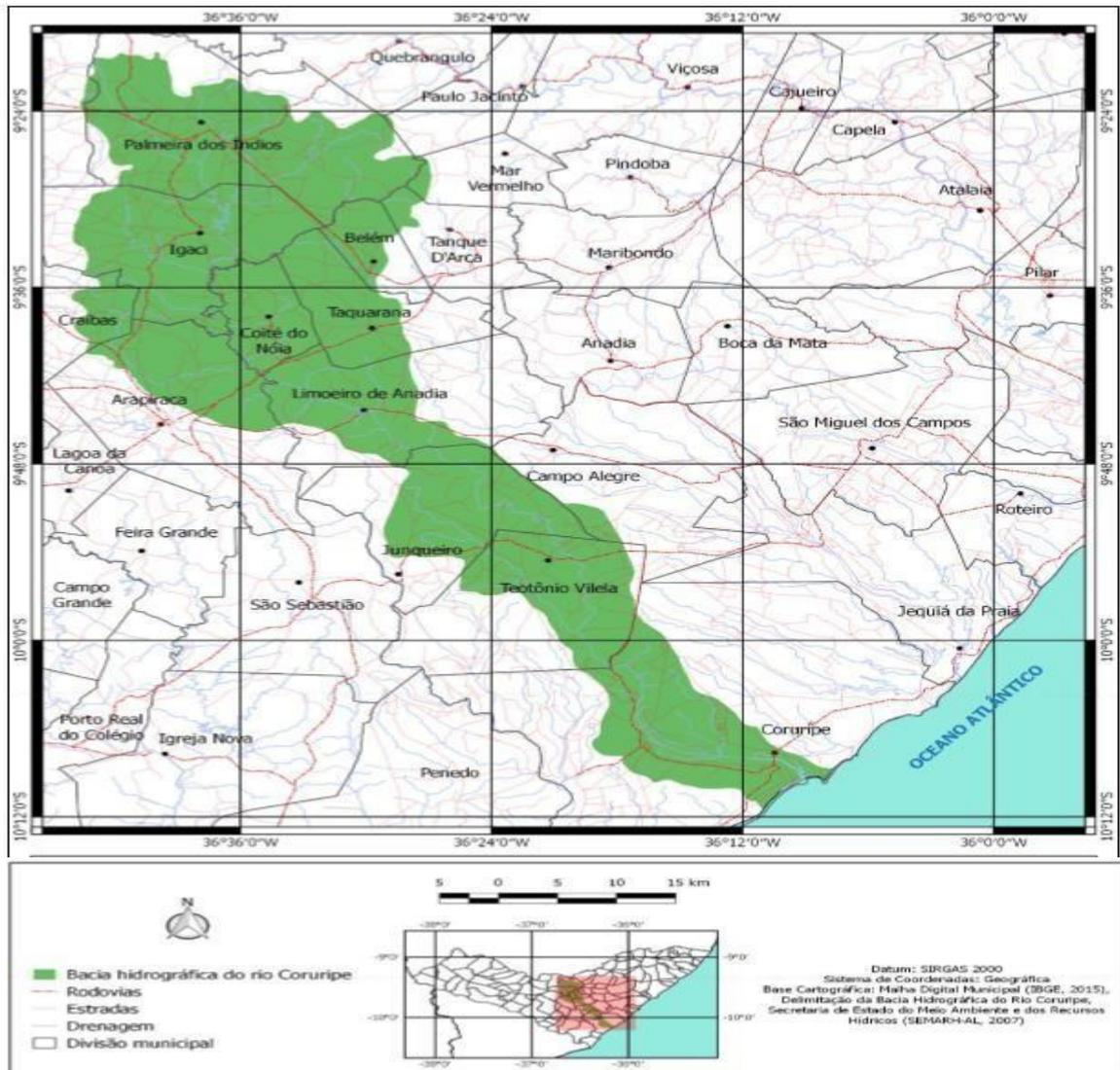
3.2 O RIO CORURIFE E A BACIA HIDROGRÁFICA

O Rio Coruripe banha parte do estado de Alagoas, sendo um dos mais importantes sistemas hídricos da complexa rede hidrográfica alagoana (PEREIRA, 2010), com uma extensão inicial de 28 km e altitude aproximada de 550m. É um rio perene e as águas correm para o Oceano Atlântico. Os principais afluentes na margem direita são: Panelas, Vitorino, Peixe e Riachão; na margem esquerda: Lunga, Passagem do Vigário, Francisco Alves, Cruzes, Urutu e São José. Com regimes de cheias apresenta fortes enxurradas no alto e médio curso (ALAGOAS, 2002) e junto a outros rios, integra a bacia hidrográfica do Rio Coruripe.

A sua nascente se localiza em uma área indígena conhecida como Serra do Goití, próximo a estátua do Cristo Redentor, local turístico do município de Palmeira dos Índios, no limite com várias aldeias, inclusive a Mata da Cafurna. O rio tem como principal afluente o Rio Panelas e sua foz desagua em Coruripe, interior de Alagoas.

A bacia hidrográfica do Rio Coruripe, possui uma área de drenagem 1.562 km², o comprimento equivale a 140 km, a largura variando entre 06 km na parte central e um máximo de 30 km na parte superior. Caracteriza-se por um rio principal com afluentes, possuindo área delimitada por muitos cursos d'água, onde parte escoar pela superfície e a outra infiltra nos lençóis subterrâneos. A bacia está localizada na parte central do Estado, limitando-se ao Norte com a bacia do Rio Paraíba, ao Oeste com bacias dos Rios Traipu e Paiuí e ao Leste com as bacias do Rio São Miguel, Jequiá e Poxim. Na Foz limita-se com as drenagens dos riachos Lagoa do Pau ao Norte e Feliz Deserto ao Sul (PEREIRA, 2010). É um rio de domínio estadual, pois todo o percurso está inserido no território do estado de Alagoas, conforme assinalado no mapa a seguir:

Mapa 04 - Localização da bacia hidrográfica do Rio Coruripe, Alagoas



Fonte: (SANTOS, 2018).

Os municípios que integram esta bacia hidrográfica são Arapiraca, Belém, Campo Alegre, Coité do Nóia, Coruripe, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feliz Deserto, Igaci, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Mar Vermelho, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto, Piaçabuçu, Quebrangulo, Tanque D'Arca, Taquarana e Teotônio Vilela, destacados em verde no mapa anterior. Enquanto que os rios que compõem esta bacia são o Rio Conduípe, Riacho da Barra, Rio Coruripe e o Rio Adriana. A vegetação que predomina na bacia hidrográfica a região que abrange Palmeira dos Índios é a Caatinga hiperxerófila, caracterizada pela presença de Cactáceas⁸⁰ (EMBRAPA, 2012).

⁸⁰ São plantas possuem caule com a capacidade de armazenar água e folha reduzidas ou modificadas em espinhos.

A bacia do Rio Coruripe tem relevância em vários aspectos entre os quais o socioeconômico, referente a atividades que contribuem financeiramente na vida dos habitantes e no ambiental, possibilitando discussões sobre educação ambiental, além de que “a função ecológica proporciona a diversidade e habitat para a fauna e flora, concedendo a interação entre as características físicas, químicas e biológicas da água” (SANTOS, 2018, p.17). A bacia apresenta uma base econômica bastante diversificada, compreendendo cultivos, em larga escala, de cana-de-açúcar, milho, feijão, fumo e coco, usinas de açúcar e álcool como a Coruripe, Guaxuma e Seresta (PEREIRA, 2010).

Estudos recentes comprovaram que a maior destinação das águas do Rio Coruripe são para a plantação de cana-de-açúcar, prática frequente por meio da irrigação e com o uso excessivo de fertilizantes, agrotóxicos, além do desmatamento das matas ciliares. O que implica diretamente na qualidade do solo, nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, causando a degradação que é a alteração ambiental promovida pelos seres humanos:

As relações do homem com a natureza ao longo do tempo e dos avanços tecnológicos acelerou o processo de degradação do meio ambiente, notadamente a qualidade dos recursos hídricos, humana, animal e vegetal, geração de energia, abastecimento doméstico e industrial, além da irrigação para atender as necessidades agropecuárias (SANTOS, 2018, p. 21).

Diferente destas ações, a Aldeia Mata da Cafurna é um exemplo de território banhado pelo Rio Coruripe que faz uso diferente das águas que compõem a bacia hidrográfica. A exemplo do abastecimento hídrico da população e regiões circunvizinhas, além de fortalecer a preservação ambiental, proporcionando diversidade e habitat para fauna e flora que interagem naturalmente; práticas estas, não divulgadas, mas (in)visibilizadas. A preservação da Mata da Cafurna é questão pouco evidenciada, talvez como estratégia dos posseiros que tentam negar as inúmeras ações, temendo que isto reafirme os direitos dos indígenas às terras. Esta reserva é muito importante para a riqueza hídrica na Aldeia, sem esta preservação, provavelmente não existiria segurança hídrica.

A riqueza hídrica na Aldeia, possivelmente foi uma das razões que os posseiros dificultassem as negociações com a Funai. Os recursos hídricos precisam ter como base, o princípio do uso consciente, pois, por ser finito devem ser utilizados com sustentabilidade, ação que não se aplicou aos posseiros, o que tornou essas situações em motivos de conflito, buscando apenas o lucro, ignorando todos os impactos ambientais que estas iniciativas provocam.

A humanidade precisa ter como base o princípio do uso consciente dos recursos hídricos, pois sua condição de finitude exige um uso sustentável, ação que não se aplicou aos posseiros e fomentou o conflito pautado no desejo do lucro e na ignorância dos impactos ambientais que suas iniciativas provocaram. Isso nos impulsionam a deduzir que a riqueza hídrica na aldeia, possivelmente foi uma das razões pela qual os posseiros dificultaram as negociações com a FUNAI.

3.3 MEMÓRIAS INDÍGENAS: ESPAÇO AMBIENTAL ENCONTRADO *VERSUS* O ESPAÇO AMBIENTAL TRANSFORMADO

Após a reconquista da segunda parte do território os indígenas começaram a se deslocar definitivamente para a aldeia Mata da Cafurna. Relataram como foram se definindo as ações para a organização do espaço e cotidiano, que os adaptasse a esta nova situação. Por outro lado, tinham evidências que ainda seriam necessárias mais mobilizações e que as perseguições e conflitos com os posseiros não terminariam, ao contrário, poderiam se intensificar.

Diante disso, surgiram alguns problemas internos, na maioria relacionados a interferências do Estado, via FUNAI ou órgãos afins. Não foram contextos fáceis, mas segundo os indígenas, importantes, para que se construísse uma espécie de unidade com os que depois de todas essas circunstâncias permaneceram na aldeia. A simbologia existente nesse processo e tão evidenciada pelos indígenas, na atualidade, é percebida pelas narrativas com riqueza de detalhes. O que um indígena cita como recordação coletiva, é reiterado por outro entrevistado em diferentes contextos, como narrou o indígena Lenoir:

Então daí se pensaram, por que não tinha terra em dividir a terra para plantar na parte baixa e aí dividiram pras famílias, na época uns ajudavam os outros, num mutirão, depois, com o tempo a maioria voltaram pra Fazenda Canto onde lá já existia que é a matriz, a Fazenda Canto, e aí foram cada vez aumentado, e houve um momento de divisão, houve confusão, os que ficaram, ficaram lá embaixo da jaqueira e depois foi construindo casa de barro com telhado de palha e daí foram surgindo, depois veio ajuda do exército que deu umas cabana, doze cabana, os que foram tendo mais força foram fazendo casa de barro com telhado de palha, até chegar as primeiras casas, por que dava muitos problema de barbeiro e era proibido que tivesse casa assim, e ai veio as primeiras casas de alvenaria. Foram 12 a 13 casas, depois vieram mais e as pessoas foram tendo mais condições e foram fazendo mais casas de alvenaria⁸¹.

Conviver coletivamente, implicou em muitos desafios para os Xukuru-Kariri e

⁸¹ Entrevista com Lenoir Tibiriçá, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/03/2018 em Palmeira dos Índios.

resistir certamente é o termo mais expressivo neste momento, pois foram muitas as tentativas de intervenção e cooptação por parte dos posseiros e aliados políticos contrários às demarcações dos territórios indígenas no município. Os recursos naturais existentes na aldeia foram os que mais justificaram as disputas, além obviamente, da ostentação e status social em ter as terras, como apontou o indígena Antônio:

O interesse do posseiro não é apenas na terra, é algo impregnado, geração de ódio ao índio para a qualquer custo negar que o índio que existe, é realmente índio. Ele vai dizer no máximo que foi neto de um índio. As aldeias tem terras boas e com muita água, o que chama atenção dos posseiros, mas diferente deles, nós tem a terra pra cuidar da nossa Natureza, não é pra ser explorada. A natureza é nossa riqueza, ninguém produz mais que a floresta, ela produz toda fonte de vida, produz água, produz alimento, produz a medicina⁸².

Nas narrativas dos indígenas entrevistados a mata foi sempre citada como parte “intocável”, no sentido de que a natureza é um dos principais componentes da cultura indígena, onde as relações índio - natureza acontecem, reafirmando a cultura e a identidade dos povos indígenas com o ambiente, como explicou a indígena Corã:

A mata sempre representou tudo pra nós, nesse tempo ela tava em posse da prefeitura e não deixava ninguém entrar, só as pessoas mesmo que eles queriam e com o conhecimento de estudantes, professores mesmo e de outras pessoas que incentivaram dizendo que lá era terra nossa, dos nossos antepassados, nós fomo⁸³.

Os territórios indígenas tem um significado particular para os habitantes e as matas são áreas de conservação e espaços para a realização dos rituais sagrados. Esta relação intensifica-se, pois a natureza e a cultura se fundem criando uma nova dimensão. O território estaria no campo da produção de significados e meios culturais, traduzindo o espaço em formas culturais, sendo concebido como ambiente e como produto das práticas sociais, nas mais diferentes escalas (ARRUTI, 1996). É a partir do território que as demais ações se consolidam, é nele que materialmente o povo sente-se seguro para manifestar a indianidade, por meio das práticas socioculturais em relação muito pessoal com a natureza e os recursos naturais.

Nesses espaços, além das relações físicas e cosmológicas com o território, ocorre também as relações dos habitantes uns com os outros, as cercas, as restrições, as relações de parentesco, o domínio do sagrado, as relações de poder, tornam tudo sobrecarregado de sentidos (ARRUTI, 1996). Estas relações contribuem de forma positiva no cotidiano, como

⁸² Entrevista com Antônio Celestino, realizada na Aldeia Mata da Cafurna no dia 24/12/2018 em Palmeira dos Índios.

⁸³ Entrevista com Korã Xukuru-Kariri, realizada pela autora, na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/12/2017.

também podem gerar desentendimentos que comprometam o andamento de questões coletivas.

Segundo os habitantes mais velhos, a aldeia, quando reconquistada, tinha muitas árvores e água, mas o uso dos venenos deixou a terra e água comprometidas. A partir da permanência dos indígenas foi possível minimizar a situação. Desde quando retomaram a aldeia, os indígenas usam os recursos naturais disponíveis na Mata, porém o uso destes recursos ocorrem de forma sustentável, mesmo que não tenham acompanhamento técnico para darem melhor direcionamento em relação ao aproveitamento do território, como observou o indígena Lenoir Tibiriçá:

A palha, a semente, a madeira que usamos para produzir os artesanatos são tiradas da mata. Sobre outras forma de ter renda, nós já tivemos umas experiências, nós já colocamos peixe, tem a açude lá né? Mas tanto de um lado, como de outro a sombra não deixa o peixe crescer, se desenvolver por que é muito frio, já na lagoa cá o peixe se desenvolve rapidamente, já tiremos tilápia de 2kg a 2 kg e meio, mas não tivemos condições de continuar, mas é de grande interesse nosso, por que é uma fonte de renda, por que tanto nós temo os peixes como tem os pássaros e as vezes chega mais de 50 espécies, tinha dia de nós conseguir pegar 80 a 90 galinha d'água, né brincadeira? Meio monte de paturi, garça, era uma coisa linda, depois que ela pocou ficou meio vago, sumiram⁸⁴.

Essas narrativas evidenciaram que de acordo com as compreensões os indígenas buscam formas de preservar os recursos naturais e quando extraem algo da Natureza sabem que o extraído se renova naturalmente. Os órgãos de assistência aos indígenas deveriam prestar assistência técnica nas aldeias, orientando-os sobre como proceder em relação a iniciativas como a citada acima. Quando o indígena referiu-se a criação de peixes, compreendida como uma finalidade capaz de gerar renda, mas que foi interrompida por falta de assistência técnica e incentivos financeiros.

3.4 MAPEANDO A MATA DA CAFURNA: TERRITÓRIO XUKURU-KARIRI

O município de Palmeira dos Índios tem 08 Aldeias Xukuru-Kariri reconhecidas e mais 02 em processo de reconhecimento, localizadas em zonas rurais, na região serrana. A aldeia Mata da Cafurna possui uma distância média de 6 km em relação ao perímetro urbano. No entanto, o acesso torna-se difícil por conta da estrada ser íngreme e isto intensifica-se em períodos de chuva, pois o barro e a areia deixam os acessos ainda mais irregulares, com os vários buracos surgidos por conta das chuvas abundantes; porém, sem chuvas não existem as

⁸⁴ Entrevista com Lenoir Tibiriçá na Aldeia Mata da Cafurna em 21/03/2018, Palmeira dos Índios.

costelas de vaca⁸⁵. Situação que evidencia os descasos e a desatenção do poder público seja na esfera municipal, estadual ou federal, conforme descrito nas fotografias a seguir:

Fotografia 13- Estradas de acesso inicial a Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

A estrada além de possibilitar o ir e vir dos indígenas à cidade é também usada para deslocar a população para comercializar produtos artesanais e alimentícios nas feiras locais no município e regiões circunvizinhas, servindo também aos estudantes indígenas que acessam uma modalidade de ensino ainda não disponível na Aldeia, no caso específico da Mata da Cafurna, o Ensino Superior. Estas vias de acesso são também destinadas aos atendimentos de saúde, por onde trafegam os profissionais para atenderem no Posto de Saúde e para deslocar indígenas com problemas mais agravados.

A Aldeia conta com uma segurança hídrica considerável, que é a disponibilidade de água nos diferentes usos, envolve a gestão dos riscos que a população e o ambiente estão sujeitos quanto a extremos de secas e inundações e de falhas de gestão. Este termo tem sido muito utilizado para debater a segurança hídrica nas aldeias. O açude⁸⁶ e a lagoa são ambientes coletivos na aldeia e, além destes, tem uma caixa d'água que distribui, via encanação, água de uma nascente e de um poço artesiano para os habitantes. Conforme ilustra

⁸⁵ Forma regional de referir-se a ondulações no solo, quando a mesma está escassa, deixando o solo como algo que remete a “costela de uma vaca”.

⁸⁶ É uma barreira artificial, feita em cursos de água para a retenção de grandes quantidades de água, no caso do açude ao qual no referimos com retenção da água feito por um paredão construído por volta do anos 70.

a fotografia a seguir:

Fotografia 14 - Açude na Aldeia Mata da Cafurna

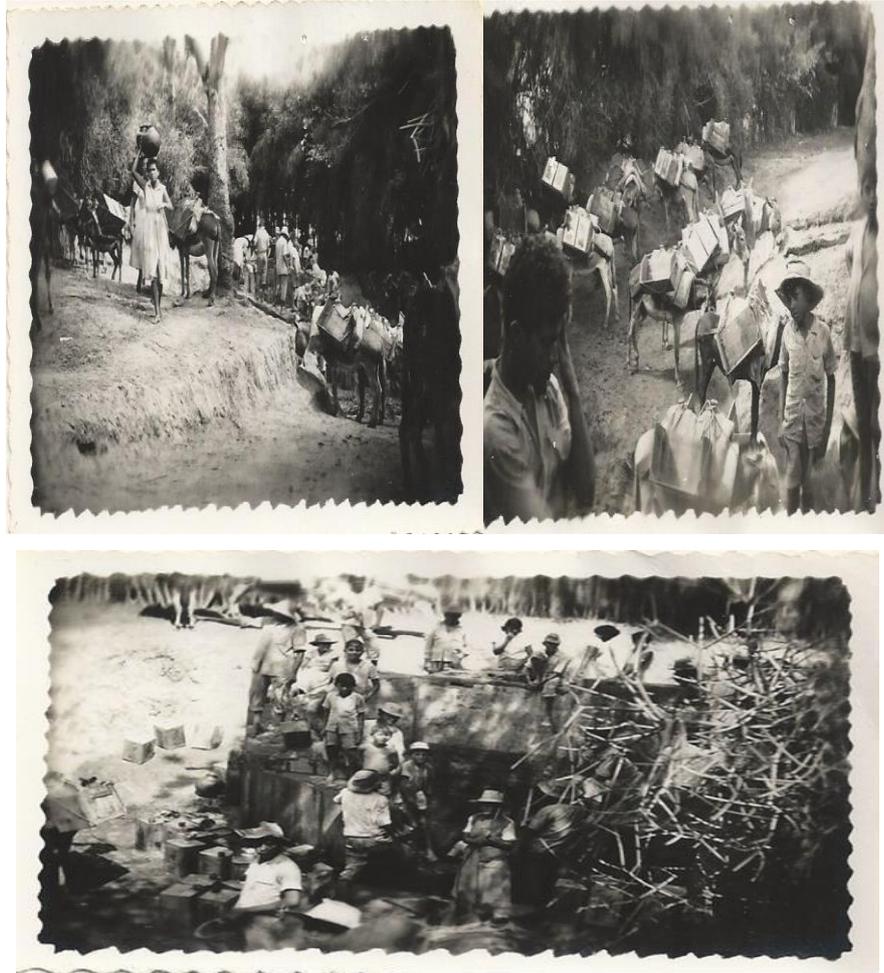


Fonte: Tanawy Tenório, 2019.

O açude apresentado nesta foto, tem um volume de 70.000 m³ de água que, somado a outros 36.000 m³ distribuídos por quatro pequenos açudes no mesmo curso, chegaria a 106.000 m³ (aproximadamente). Em 2010⁸⁷ o Ministério Público recomendou a imediata recuperação do açude, temendo que ocorresse um rompimento, pois há mais de 30 anos que sua primeira obra acontecera e não houve manutenção, no entanto, nada relacionado à efetivação da obra ocorreu. O açude tem 13 metros de profundidade e 50 metros de largura, forneceu água a zona urbana do município de Palmeira dos Índios entre os anos de 1940 até meados de 1960, quando tal função ficou a cargo da Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas-CASAL. Desde então, o açude atende exclusivamente às necessidades dos habitantes na Aldeia. O abastecimento de água na cidade é apresentado na sequência fotográfica a seguir:

⁸⁷<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/55742/2010/03/04/mpf-quer-recuperacao-da-barragem-mata-da-cafurna-em-area-xucuru-cariri>.

Fotografia 15 - Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna



Fonte: Acervo Luís B. Torres, 2018.

Fotografia 16 - Abastecimento de água em Palmeira dos Índios (1940) com água do açude na Mata da Cafurna



Fonte: Acervo Luís B. Torres, 2018.

O índio, Antônio Celestino, afirmou que a distribuição desta água à população de Palmeira dos Índios, a época, tornou-se um meio de vida provisório, com muita rentabilidade. O entrevistado afirmou que como naquele período os indígenas ainda não haviam reconquistado os territórios, os posseiros então pensaram em formas de lucrar ainda mais com as terras e para isto venderam a água do açude para a população local:

Por trás do Museu Xukurus era um chafariz e tinha uns depósito que chamava caixa grande e tinha um chafariz cá em embaixo por trás do Museu mesmo e era fornecido a vasilha, a lata, ali funcionava um movimento de gente, frota de jumento para ir fornecer para as casa; dali era uma sobrevivência para quem queria trabalhar, sobrevivência de muita gente, tinha deles que quase se tornou um empresário, quem tinha 3 ou 4 jumento era um empresário (risos)⁸⁸.

A lagoa⁸⁹, foto 17, era um ambiente mais restrito aos Xukuru-Kariri, nela, os indígenas criaram peixes, mas não por muito tempo, pois, entre outras questões, não contaram com assistência técnica e não puderam arcar com os custos iniciais do negócio.

Fotografia 17 - Antiga Lagoa na Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Tenório, 2019.

Esta lagoa precisa ser reativada, pois rompeu e ainda não foi revitalizada; necessitando de investimentos semelhantes aos efetuados no açude da aldeia. A lagoa tem

⁸⁸ Entrevista com Antônio Celestino, realizada na Aldeia Boqueirão, Palmeira dos Índios em 24/12/2018.

⁸⁹ A lagoa tem uma nascente que mina muita água. Tinha um paredão feito de barro que estourou a cerca de dez anos.

uma nascente que mina água diariamente, mas sem a revitalização a água escorre, ou cria poças. Por isso, são necessários os reparos para continuar sendo mais uma fonte hídrica e possivelmente também fonte de renda, como explicou Tanawy Tenório⁹⁰:

[...] conseguimos um projeto pela CHESF no valor de R\$ 1.400.000,000 (um milhão e quatrocentos mil reais) e o dinheiro chegou, mas sumiu, não sabemos qual destino tomou, ele iria revitalizar a lagoa e construir o paredão. Mas aí a gente conseguiu um outro projeto agora, também pela CHESF, que era pra ter iniciado no começo do ano, mas por ser ano de nova gestão ainda não iniciou, mas estamos confiantes.

A distribuição de água encanada na aldeia ocorre por duas redes. Uma na parte mais alta e outra na parte mais baixa. As encanações foram separadas e a cada dia uma delas fornece água. A distribuição ocorre a partir das fontes existentes na própria Aldeia, tanto do açude quanto de uma nascente na qual fizeram um poço artesiano. Essa distribuição ocorre sob responsabilidade da SESAI que contratou dois índios Ikaiamy e Cícero, habitantes na Aldeia, responsáveis pela liberação das águas. A rede de encanamento passa justamente no paredão do açude e fornece água a algumas áreas vizinhas, como para toda a Aldeia, “mas antes era tudo nas costas, na fé, muita coragem e muita necessidade” afirmou Antônio Celestino. A água é liberada para a população diariamente, sendo alterado o fornecimento caso a bomba venha a ter problemas, como afirmam os indígenas.

A mata existente contribui muito para a segurança hídrica na aldeia. No entanto, esta segurança foi motivo de preocupação há uns três anos, durante uma longa seca, que deixou os indígenas receosos, pois a Mata e as nascentes estavam morrendo. A situação não foi enxergada apenas como algo negativo, a partir desse risco, os indígenas buscaram formas de controlar o uso da água, evitando desperdícios, “antes era irrigação com água potável, tudo era com água potável, agora tá tudo mais moderado”, nos relatou Tanawy Tenório.

A juventude expressou a necessidade de um planejamento para gestão ambiental, por meio de capacitações específicas, em que os indígenas tivessem condições de gerir melhor o território. A partir das discussões de temáticas como desmatamento, nascentes e degradações ambientais, sobre como recuperá-las e como lidar com as situações de seca, considerando a climatologia do território, a vegetação, o contexto e o processo histórico local vivenciado pelos índios, possibilitando conhecerem mais as áreas e refletindo sobre os cuidados necessários tanto individual quanto coletivamente.

Nascentes são os afloramentos superficiais de água dos lençóis subterrâneos que

⁹⁰ Liderança da juventude Xukuru-Kariri que participa ativamente da vida social e política na Aldeia Mata da Cafurna.

originam os cursos d'água, ao ponto em que a água infiltrada no subsolo reúne-se e emerge, formando-as. Desempenham importantes serviços ambientais para o bem-estar humano, porque fornecem, conservam a água e controlam desastres naturais, além de serem importantes locais de refúgio, alimentação e reprodução da fauna e flora, sendo fontes de vida para outros organismos.

As nascentes podem ser intermitentes, perenes ou efêmeras. No primeiro caso quando existem apenas em épocas chuvosas e secam em épocas de estiagem; no segundo, quando são permanentes, independente da estação do ano ocorre um fluxo contínuo de água, e no terceiro, quando surgem apenas durante as chuvas, períodos curtos de dias e até horas. As nascentes também são classificadas como móveis ou fixas; as móveis são aquelas caracterizadas por ocorrerem no fundo das calhas, sendo controladas pela saturação do lençol freático, onde suas águas migram de acordo com o regime das chuvas, enquanto que as fixas são aquelas que mudam de posição ao longo do ano (SEABRA, 2011).

Territórios que possuem nascentes são muito importantes e os habitantes dessas localidades deveriam entender como indissociável a relação entre o espaço e o recurso, mas quando existem nascentes inseridas em territórios indígenas, esta importância assume uma proporção maior do que para outros territórios, pois para os indígenas o território é lugar sagrado, espaço de vida, é o que os possibilita expressarem-se socioculturalmente, afirmando-se como povo conectado com a natureza. A seguir apresentamos uma fotografia desse espaço:

Fotografia 18 - Nascente próxima a Lagoa na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Tenório, 2019.

Na Aldeia Mata da Cafurna existem cerca de 17 nascentes, número bastante considerável para o tamanho do território ocupado, algumas de fácil acesso, mas a maioria distante da parte central da Aldeia. Não é possível acessar todas as nascentes, por que algumas localizam-se muito próximas ao terreiro do Ouricuri, local sagrado e inacessível para os não indígenas, também pelas distâncias de uma até a outra, sendo a maioria do percurso em áreas íngremes. Conhecemos poucas nascentes, razão que será explicada mais adiante no texto. Na maioria, como afirmam os indígenas, as nascentes são perenes, ou seja, tem um fluxo contínuo de água por todo o ano, mas, outras são compreendidas como intermitentes, aquelas que secam em determinado período anualmente, não sendo identificada nenhuma nascente como efêmera, aquela que caracteriza-se por existir quando ocorrem fortes chuvas como mostra a fotografia a seguir.

Fotografia 19 - Nascente próximo ao açude na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Tanawy Tenório, 2019.

É notória a existência de impactos socioambientais implicando diretamente na qualidade hídrica das nascentes identificadas e nas condições de vida útil, podendo ocorrer menos infiltrações de água por meio das chuvas comprometendo os fluxos dos cursos d'água que formam as nascentes. Esta situação foi identificada pelos indígenas, mas não pode ser solucionada em curto prazo, isto envolve um trabalho coletivo, tendo como objetivos uma melhor gestão do território e mais qualidade para os recursos naturais. O trabalho inicia-se

pelo cuidado com as nascentes, almejando obter vários resultados, como, por exemplo, diminuição nos índices de habitantes com problemas de saúde e garantia de produção agrícola em períodos de estiagem, sendo necessário que as iniciativas partam dos próprios indígenas, buscando apoio de organizações da sociedade civil, notadamente daqueles que reconhecem a importância dos territórios e das nascentes para a continuidade da vida. Corroborando com os discursos sobre a importância da água e seu aspecto simbólico, Tanawy Tenório⁹¹ afirmou:

Hoje a água é uma das coisas mais importantes no mundo, então a gente precisa cuidar, as nascentes aqui são responsáveis pela existência e permanência da Mata, pelos pássaros, pelas plantas que temos aqui, quando há três anos a mata secou os primeiros sinais que nos preocuparam foi isso, os bicho sumiram, as plantas murcharam, as nascentes quase morreram, então a água é o elemento mais importante para manter nossa saúde física e espiritual, quando falta água é como se nossa conexão com a natureza perdesse a força. A água é um bem precioso, hoje como temos em abundância aqui, temos que preservar para que não falte, pra gente não passar por situações como a que vimos nossos parentes passarem.

A água é um dos elementos fundamentais para a sobrevivência dos seres vivos que fazem também, menções a água como símbolo de poder espiritual e força, sendo diversos os rituais nos quais a água é utilizada (BRUNI, 1994). Dentre os povos que a têm como símbolo material, espiritual e social, na cultura e modo de viver, estão os indígenas, pois interagem com o ambiente e, a partir dessa relação, constroem a sua identidade e história.

Os próprios indígenas percebem os desafios para preservar a riqueza natural existente na aldeia. Para isto, são feitas as limpezas das nascentes e de suas vias, para que as águas continuem seu curso sem impedimentos. Tais iniciativas não partem de todos na aldeia, pois, há indígenas que se recusam a contribuir no processo de limpeza, “mas a maioria é comprometida, trabalha, principalmente a juventude que nos mutirões cria consciência, conhece a mata e a respeita” como relatou Suyane Tenório.

3.4 PAISAGEM NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

A história das paisagens constitui um campo não tão recente, remontando, pelo menos, ao início do século XX, nas interfaces entre uma Geografia Humana e uma História Agrária (SILVA, 1997). O conceito de Paisagem é muito diversificado, podendo partir das várias áreas de conhecimento. Buscamos centrar a discussão no campo da História e Ecologia, para pensarmos a aldeia Mata da Cafurna por meio da paisagem. A terra é um documento histórico carregado de informações e observar as paisagens na atualidade é necessário para

⁹¹ Entrevista com Tanawy Tenório na Aldeia Mata da Cafurna em 21/11/2018, Palmeira dos Índios.

ver melhor o passado. Paisagem é cultura, antes de ser natureza, projetada sobre a mata, água e rocha. Uma paisagem é repleta de significados identitários, simbólicos, construídos e reproduzidos (SCHAMA, 1996).

Observar as paisagens é observar as ações humanas (SILVA, 1997), desde fins do século XVIII reforçou-se a ideia de que natureza era oposição ao ser humano o que influenciou bastante a História, sendo por muito tempo tido como opostos em estudos e processos. Devemos entender a natureza não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana. Superando, portanto, a visão tradicional das Ciências Humanas que consideram as “forças naturais” como um fator externo ao processo histórico.

A paisagem não é espaço, nem o espaço é essa categoria que se afigura como natural e anterior à cultura. A paisagem é um conjunto de espaços transformados pelas relações humanas. Para Schama (1996) o referente está tão colado ao signo que não se pode mais separá-los, tal como não faz sentido separar Cultura e Natureza. A literatura ambientalista evidenciou que os humanos vêm transformando o Ambiente há milênios e o chamado de “natural” é artificialmente selecionado, como as espécies vegetais que a agricultura criou. O termo paisagem é extremamente polissêmico, e as acepções disciplinares a ele relacionadas são tão vagas quanto variadas. Para a Geografia a paisagem é um conceito-chave, capaz de dar unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina.

A Mata da Cafurna, paisagem de um Bioma que varia entre Caatinga e Mata Atlântica, inseridos em um Brejo de Altitude e/ou floresta úmida, habitado por indígenas Xukuru-Kariri, tem esta paisagem agregada à cultura desse povo que se adaptou ao ecossistema existente. Mas também adaptaram-no, sem que para isso tenham destruído o Ambiente, ao contrário, preservando-o, como observado na fotografia a seguir.

Fotografia 20 - Paisagem na Aldeia Mata da Cafurna



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Esta paisagem retrata um lugar cuja história política, social, cultural e religiosa é diferenciada, possuindo valores e sentimentos comuns a uma comunidade, em relação à Natureza; em oposição ao não indígena, o Xukuru-Kariri prioriza a natureza de modo que sua moradia, apresentada nesta fotografia, tem a frente voltada para a serra e a lagoa e não para a estrada. O poste da energia elétrica e antena parabólica sobre a casa de alvenaria o conecta com o mundo exterior, mas não lhe retira a intimidade, nem ofusca a importância do ambiente no seu cotidiano ou provoca qualquer fissura nas suas ligações com o sobrenatural e sua presença na natureza:

Nas TIs, o trabalho com a restauração de florestas e a proteção de nascentes e outros corpos d'água, muitas vezes, tem uma dimensão cosmológica, pois estes lugares da paisagem são considerados como especiais ou sagrados, e são protegidos por entidades sobrenaturais. Esse aspecto reforça a importância de os povos indígenas serem os protagonistas no desenho e na execução de iniciativas de restauração ecológica nas suas terras (MILLER, 2016, p. 17).

Analisar o processo histórico vivenciado pelos Xukuru-Kariri a partir do estabelecimento na aldeia é reconhecer que desde então os indígenas se fortaleceram, se organizaram para continuar mobilizados por seus direitos. Este fortalecimento ocorreu por estarem no território, planejando ações para o movimento, respeitando a natureza e o que recebem dela. Sobre isto, falou o indígena Antônio Celestino:

Eu sou um homem muito sofrido, mas também sou muito forte. Eu tenho um passado, eu tenho minha história, do meu povo de tanto sofrer, hoje eu sou a

inspiração, hoje eu sou a inspiração para o debate, para a busca e a luta, e é preciso muita coragem pra isso⁹².

As memórias socializadas pelos indígenas nos diversos momentos de interações são carregadas de simbolismos. As respostas e as perguntas não são objetivas; muitas vezes são respondidas em formas de códigos ou retornadas ao entrevistador como questionamento. Na maioria das vezes, as conversas tiveram abordagens relacionadas ao ambiente e ao Cosmo. Ao ser perguntado sobre as relações do índio com a natureza, Sr. Antônio Celestino, antes de responder pediu licença para ir buscar um livro e voltou com um punhado de areia, jogou-a sobre a mesa onde estávamos e afirmou:

Falei que ia trazer um livro, mas isso é mais importante que um. Vou fazer uma pergunta: como vocês percebem Deus com vocês? Eu percebo Deus comigo pelo que sou e pelo que faço, se eu fizer mal ao meu próximo, minha alma entristece e se eu fizer um bem, minha alma se alegra; é assim que eu percebo Deus conosco. Eu amo, eu adoro a floresta e ela é Deus, é nossa vida, ele tá aqui nessa sementinha e por que fogo queime e água que cozinhe, ele é Deus e é muito mais forte que a gente⁹³.

Existe uma sabedoria entre os anciãos indígenas que justifica o respeito e a importância dos demais para com eles. A sabedoria, comprovada na fala acima, é resultante da profunda ligação índio-natureza-divino. As narrativas não são apenas sobre o que aconteceu, mas orientam, inquietam e faz respeitá-los, sendo necessária muita sensibilidade e pertencimento para compreender os códigos e signos inseridos em cada narrativa e para desenvolver o senso de compromisso e responsabilidade com o ambiente, concebendo-o como indispensável para a continuidade da vida e para os processos de reconquista e modelagem territorial.

3.5 A ALDEIA MATA DA CAFURNA COMO ESPAÇO IDENTITÁRIO

Além da conquista de mais um direito, a (re)territorialização na Aldeia Mata da Cafurna pode ser compreendida como um processo de reorganização social envolvendo desafios cotidianos, até que se constituísse de fato um espaço social. Após a reconquista, foi necessário organizar as famílias, reconhecer os limites da propriedade, oficializar lideranças, definir coletivamente o que era permitido e proibido; tudo isto levou tempo, desencadeou disputas, inúmeras reuniões, mas principalmente motivou a acreditar que, uma vez

⁹² Entrevista com Antônio Celestino na Aldeia Boqueirão em 24/12/2018, Palmeira dos Índios.

⁹³ Entrevista com Antônio Celestino na Aldeia Boqueirão em 24/12/2018, Palmeira dos Índios.

mobilizados, as conquistas mesmo que demoradas aconteceriam. Aquele momento vivido pelos indígenas assemelhava-se ao pensamento de Barth (2000), quando afirmou que o conceito de etnicidade está relacionado ao sentido organizacional dos grupos étnicos entendido como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores que se organizam para interagir e categorizar a si mesmo e os outros. Para Barth (2011), “as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre o qual sistemas sociais abrangentes são construídos” (BARTH, 2011, p. 26).

Barth (2000) também definiu os grupos étnicos como um tipo organizacional em que uma sociedade se utilizava de diferenças culturais para fabricar e refabricar a individualidade diante de outras com quem estava em um processo de interação social permanente. Para Oliveira (2004) seria um equívoco, pretender reportar-se a uma condição de isolamento para explicar elementos definidores de um grupo étnico, cujos limites seriam construídos situacionalmente pelos próprios membros daquela sociedade. Para o autor, administrar é realizar a gestão do território, é dividir a população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas (OLIVEIRA, 2004).

Ao longo dos anos, na aldeia, foi sendo criada uma dinâmica própria, pois os habitantes mais adaptados perceberam que junto ao território havia uma cultura de pertencimento, um compromisso maior com a aldeia, com os pares e à medida em que o tempo passava, aumentava tal sentimento e isto possibilitou a continuidade das mobilizações, resultando na conquista de outras áreas pelos Xukuru-Kariri. Uma situação justificada também pelo conceito de “experiência” utilizado por Thompson (1981) quando fez distinção entre a experiência vivida e a experiência percebida, sendo ambas autoformadoras das experiências históricas e conquistas apreendidas por homens e mulheres concretos, reais. (MELO JUNIOR, 2017). É no espaço das experiências compartilhadas cotidianamente que se definem e se constituem os grupos sociais, com as identidades étnicas, socioculturais e territoriais.

Segundo Barth (2011), a definição de grupos étnicos pela literatura antropológica é fundamentada em quatro pontos: primeiro a autopropetuação do ponto de vista biológico; segundo, o compartilhamento de valores fundamentais, realizados de modo evidente em determinadas formas culturais; terceiro, constituindo um campo de comunicação e interação e, por fim, o quarto, um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias na mesma ordem. Barth rebateu estas formulações de definição, justificando que impedem a

compreensão do fenômeno dos grupos étnicos e lugar na sociedade e cultura humana, esbarrando na manutenção das fronteiras, que são problemáticas, pois implicam na socialização da diversidade cultural, priorizando que cada grupo étnico se isole a própria “ilha”.

O território em discussão destaca-se entre os demais por possuir uma mata, espaço para três principais ações: realizar o ritual do Ouricuri, principal manifestação religiosa; explorar os recursos naturais para produzir a arte ou remédios fitoterápicos e para comunicação com os Encantados que direcionam os indígenas. Conforme Korã, detentora dos saberes da medicina tradicional e de práticas integrativas:

[...] A Mata é o pulmão de Palmeira dos Índios, foi um lugar que nos permitiu conservar nossa cultura, nossa religião, por que pra nós é vivo ainda, entendeu? Por que tem assim a forma da gente, a forma que a gente não pode dizer que pra nós é considerado vivo, que tá presente no meio da gente, de nós indígenas, que se não fosse a aldeia a gente não podia fazer, viver só com a presença de nós índio⁹⁴.

A Aldeia Mata da Cafurna deve ser considerada, a partir das experiências históricas, por meio das vivências cotidianas do seu povo para construir a própria história. A partir daí, evidencia-se a identidade indígena no espaço natural, tendo o ambiente enquanto lugar simbólico e de reafirmação sociocultural, expressando as relações socioambientais e tornando visível a importância do território para os indígenas e para o município.

O espaço tornou-se condição para que os indígenas construíssem ao longo de 37 anos⁹⁵ após sua reconquista uma relação identitária com o território, além de um espaço histórico e socioambiental que vem colaborando para a conservação do ambiente por meio de uma relação sustentável, principalmente no que se refere ao uso dos recursos naturais. Valores socioculturais e humanos originários de uma tradição não compreendida pelos posseiros que têm a terra apenas como fonte de exploração e lucro, como abordou o pesquisador Edson Vicente:

[...] a sustentabilidade sociocultural está associada aos sistemas socioambientais envolvendo relações e laços emotivos e sociais, que são valores culturais e humanos. Essas relações se unem de forma coesa em um dado território vinculados por um sentimento de pertencimento (SILVA, 2011, p. 67).

A vida em comum possibilita aos indígenas a afirmação de expressões e a socialização dos conhecimentos como, por exemplo, a manipulação de ervas medicinais

⁹⁴ Entrevista com Korã Xukuru-Kariri na Aldeia Mata da Cafurna em 21/12/2017, Palmeira dos Índios.

⁹⁵ A pesquisa realizada tem como marco temporal os anos de 1979 a 2016, em um período de 37 anos.

naturais, o cuidado com as plantas nativas e a multiplicação. Pensar a Aldeia como um espaço socioambiental é compreender que “os dilemas sociais estão intrinsecamente ligados aos danos ambientais e que para salvar uma floresta é preciso salvar sua gente” (e vice-versa) (SATO,2011, p.37).

Este espaço, além de ser habitat, é também espaço que identifica como pertencente a uma identidade étnica, compreendendo uma dinâmica de relações que são construídas historicamente, também caracterizadas pela multiplicidade, transformadas com o passar dos anos e sendo reelaborada socioculturalmente a partir do Ambiente onde é vivenciada a construção identitária.

Sobre identidade indígena, Arruti (1996) discutiu a resignificação enquanto marca identitária, tendo duas questões como essenciais: o território, e a questão cultural. A primeira remete a uma construção sociocultural, lugar de práticas sociais, políticas e afirmação identitária; a segunda, no sentido de socialização dos conhecimentos tradicionais por meio de narrativas e simbologias unindo as memórias dos mais antigos ao atual cotidiano dos habitantes, por meio das relações com o tempo e o espaço.

A Mata da Cafurna compõe, portanto, um espaço histórico e socioambiental para os indígenas que colaboram para a conservação do ambiente natural, através de mobilizações sociopolíticas que tornam compreensíveis as afirmações identitárias.

São os sentidos de Natureza que leva em consideração o tempo, o espaço e os processos históricos, a partir de interações com a fauna e a flora conectados ao universo simbólico. O território possui uma sensação mística, ao mesmo tempo que é condição para os indígenas viverem e realizarem os rituais religiosos, plantarem ervas, expressarem os conhecimentos adquiridos de outras gerações e historicamente construídos a partir da retomada do lugar, evidenciando ainda mais as expressões socioculturais e a identidade do povo indígena Xukuru-Kariri. Além disso, a importância se estende ao território municipal como um todo, pois em Palmeira dos Índios o único espaço que possui uma reserva florestal é na Aldeia Mata da Cafurna, são quase 300 ha de Mata preservados pelos indígenas Xukuru-Kariri. Isso significa que o município mesmo não evidenciando precisa reconhecer que os territórios indígenas são muito importantes para a Natureza, não apenas para os indígenas, mas também para a população como um todo.

Em uma das diversas entrevistas realizadas durante o período de pesquisa, o indígena Tanawy, uma das principais lideranças da juventude Xukuru-Kariri, nos informou a possível construção de 100 casas em parceria com a Caixa Econômica Federal, e ao mesmo tempo em que esboçou contentamento pela possibilidade desta conquista, nos falou de uma

preocupação: a falta de áreas dentro da Aldeia que possibilitasse essas construções, pois,

A gente tem um projeto pra construir 100 casas, mas construir onde? Aí a gente tá com esse problema, mesmo que consiga o recurso se a única opção for adentrar a mata, a gente prefere não fazer, vai continuar vivendo famílias com 18 pessoas, mas nós não vai derrubar a mata. E por que essa postura? Por que é ela (a mata) nosso alicerce, nossa cultura, é o ar puro que a gente respira, nossa fortaleza, é a nossa mata, sem ela a gente não tem nosso ritual, a gente não tem nada e se for preciso a gente dar a nossa vida por ela, a gente dá⁹⁶.

A partir de situações como esta, é que se torna mais possível compreender a dimensão desta relação do indígena com a Natureza, a narrativa expressada em alguns momentos podem ser entendidos como algo romantizado, ou um relato que não necessariamente seja uma prática no cotidiano. No entanto quando nos deparamos com situações assim, percebemos que a narrativa é prática, é coerência, mesmo que para isso sejam necessários perder benefícios que são direitos, que por tanto tempo foram negados, mas que podem interferir em relações com a Natureza. Pois, quem é que não quer ter sua casa? Mas quando essa possibilidade parte da necessidade de derrubar a mata, os indígenas sem pestanejar recusam, o que pode justificar as relações tão intensas com o Ambiente, onde para o indígena, o ser humano é parte na Natureza, e não algo que contraste, ocorrendo então as múltiplas manifestações de cultura e Ambiente.

Em Palmeira dos Índios, parte da população foi estimulada a pensar o índio como um ser primitivo, pertencente ao passado, sendo isto reforçado também por uma produção cultural e literária, tanto regional quanto nacional, ignorando que os povos indígenas tem uma cultura dinâmica, podendo passar por transformações que em nada alteram sua identidade étnica (NEVES, 2014, p. 27).

Nos estudos sobre as memórias, “todo indivíduo, com raras exceções é dotado de memória, que é uma organização neurobiológica, influenciada por experiências pessoais geradas a partir das interações” (CANDAUI, 2016, p. 21). Dessa forma, todos somos capazes de contribuir de alguma forma no processo histórico, que proponha evidenciar os povos indígenas, inclusive problematizando qual o lugar que o índio ocupa nesta sociedade, como lembranças longínquas ou como agentes sociopolíticos na história do município de Palmeira dos Índios? Pois o município que desde a nomenclatura faz referências aos Xukuru-Kariri, é também o mesmo município que parece querer negar, marginalizar e invisibilizar estes povos culturalmente diferenciados, mas que compõem a população palmeirense, mobilizando-se para estarem presentes como autores da própria história e não mais como simbologias

⁹⁶ Entrevista com Tanawy Xukuru-Kariri, realizada pela autora, na Aldeia Mata da Cafurna no dia 21/11/2018.

pertencentes a um passado saudosista.

É necessário compreender que os povos indígenas não querem disputar importâncias ou destaque com ninguém, apenas querem ser reconhecidos como indígenas e terem acesso aos territórios é um dos principais objetivos e direitos garantidos pela Constituição vigente. Seguindo desta reivindicação. Querem ter condições de viver por meio do trabalho, das produções agrícolas, produções artesanais, vivenciando a cultura e afirmando-se identitariamente a partir das relações construídas com o espaço habitado pelo povo.

A preservação do Ambiente e o uso de modo consciente e sustentável dos recursos naturais são práticas recorrentes entre os povos indígenas, cada um no modo específico realizam ações ambientais que garantem melhorias para todos em seu entorno, seja indígena ou não, pois cuidar da Natureza implica em conservação da biodiversidade, qualidade hídrica, maior fluxo de água nos lençóis freáticos e as respectivas nascentes, gerando um equilíbrio ecológico dinâmico.

A reconquista dos territórios indígenas possibilitou a recuperação de áreas antes utilizadas pela expansão pecuária e, algumas vezes, do agronegócio. Estas práticas transformaram as paisagens, e resultando na perda da biodiversidade. A destruição parcial dos ecossistemas é uma realidade enfrentada pelos Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna, mas também aos habitantes nas demais Aldeias em Palmeira dos Índios, também por várias outras populações indígenas, pois quando se interfere no ecossistema, automaticamente se destrói espécies e variações existentes. Com isto, não se pode negar, os povos indígenas contribuem muito para a conservação ambiental, os conhecimentos e usos tradicionais têm historicamente garantido uma preservação, resultado de uma ligação entre o ser humano e seus ambientes naturais, buscando equilíbrio entre ambos. É claro que estas relações não ocorrem de forma harmoniosa entre todos os habitantes, aliás, seria humanamente pouco provável que sim. No entanto, não há como negar a tentativa dos indígenas em gerir os territórios respeitando o Ambiente, espaço sagrado, morada dos Encantados, também o lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada resultou em muitas descobertas, redefinições de rotas e replanejamentos. E sobre isso Alberti (2004) e tantos outros pesquisadores alertavam. A pesquisa apresentada teve como objetivo realizar estudos sobre os indígenas Xukuru-Kariri, habitantes na Aldeia Mata da Cafurna, percebendo como ocorrem as relações socioambientais no município de Palmeira dos Índios, Semiárido alagoano. O Ambiente tornou-se fonte direta para a pesquisa. Fizemos registros fotográficos a partir das diversas estadas em campo. O uso das fotografias, como recurso metodológico, fortaleceu as narrativas e descrições dos espaços na Aldeia, possibilitando relacionar o texto e as imagens.

As concepções teóricas e metodológicas usadas neste estudo buscaram traduzir o universo dos indígenas a partir de um breve percurso histórico desde fins do século XVIII aos dias atuais. Tratando com mais especificidade o contexto histórico a partir do estabelecimento dos indígenas na aldeia Mata da Cafurna, ocorrendo pouco tempo após as emergências étnicas, contexto de ressurgimento e mobilizações para as reconquistas de territórios, visibilidade política e reconhecimento étnico. A pesquisa evidenciou os conflitos entre posseiros e indígenas, além de apresentar a rede de relações existentes, as tensões entre as partes.

A organização sociopolítica dos sujeitos da pesquisa tem os evidenciado. As mobilizações e as redes de apoio construídas ao longo dos anos fortaleceram as reivindicações e resultaram em direitos conquistados; a escola, o posto de saúde e a distribuição das águas, são conquistas que contribuem para os habitantes na aldeia. No entanto, observamos a necessidade dos indígenas continuarem reivindicando melhorias. A escola existente na aldeia conta com professores contratados, inclusive não indígenas, ocorrendo há bastante tempo um empenho dos indígenas que solicitam a criação da categoria de professores indígenas e a realização de concurso público para garantir melhores condições de trabalho e ensino, sem perder a especificidade.

Percebemos que quando tratamos sobre saúde a situação é ainda mais grave, a começar pelo prédio onde funciona o PSF, que necessita de reformas há muito tempo, além do quadro de funcionários que precisa ser aumentado, tendo em vista o crescimento progressivo da população indígena e a frequência na busca pelo tratamento da biomedicina para os casos que a fitoterapia não contempla.

A aldeia está localizada no Semiárido alagoano e possui uma vegetação que varia entre Mata Atlântica, Caatinga e espécies endêmicas com a presença de fauna e flora diversas.

O bioma a identifica como local propício a produção de alimentos durante todo o ano, por estar inserido em um Brejo de Altitudes, onde a umidade e a altitude contribuem tanto para a subsistência do próprio povo indígena, quanto para quem comercializa parte destas produções, caracterizando-se como adesivo sociocultural do povo Xukuru-Kariri.

A rede de recursos hídricos existentes na aldeia torna evidente a importância dos territórios indígenas para o município, pois estes recursos garantem qualidade de vida não apenas para os indígenas, mas para a população no seu entorno. Para tanto, demanda de investimentos em projetos de formação e de preservação ambiental, em uma ação que envolva indígenas, sociedade civil e poder público.

A História Ambiental é fundamental para que percepções e conhecimentos específicos na realização da pesquisa sejam interligados a conceitos como memória e cultura, ampliando a percepção sobre a dinamicidade dos processos que envolvem as relações humanas em contextos específicos de reconquista, formação territorial e de construção identitária.

A convivência com os indígenas ocorreu de forma processual. As primeiras visitas ocorreram com relações mais distantes; à medida que intensificamos as imersões em campo, os laços se estreitaram. Esta aproximação ampliou as conversas e o número de sujeitos entrevistados, o que possibilitou maior aproveitamento no trabalho de campo. Buscamos as memórias dos indígenas por meio das narrativas e das socializações e estas foram inseridas no texto, pois cocebemos os indígenas como atores sociais e protagonistas da própria história.

Escrever sobre uma pesquisa implica fazer escolhas, pois o pesquisador coleta, seleciona, classifica e categoriza uma série de informações e documentos que orientam a sua narrativa, sendo impossível a utilização da sua totalidade, frente as concepções teóricas e metodológicas. Por isso é importante que o pesquisador não descarte as possibilidades de adotar várias estratégias para obter resultados positivos na pesquisa.

A conjuntura política atual tem afetado diretamente o cotidiano dos Xukuru-Kariri. Os atendimentos médicos, o acesso à escola, a saída com mais frequência em busca de emprego têm preocupado as lideranças. Em razão disto, os rituais também têm ocorrido com mais frequência e maior duração, de acordo com as necessidades do povo. No entanto, a pesquisa inicialmente não considerou que tais situações pudessem ocorrer e isto gerou a necessidade de ajustes na escolha metodológica.

Diante da necessidade de adequar a pesquisa de campo ao calendário dos rituais, as estadas na aldeia tornaram-se menos frequentes, uma vez que os habitantes estavam ausentes, não poderiam nos receber. Ainda assim, continuamos às pesquisas e otimizamos as

estadas na aldeia, mesmo limitados quanto à circulação em alguns espaços, o que possibilitou os registros fotográficos de duas nascentes, localizadas distantes do local onde estava acontecendo o ritual do Ouricuri, no período de outubro de 2018 a fevereiro de 2019. Neste sentido, intensificamos as discussões e entrevistas acerca da importância das nascentes e das suas relações com o Rio Coruripe, com a bacia hidrográfica e com a natureza na Aldeia.

Apresentamos um panorama sobre o povo Xukuru-Kariri, especificamente os indígenas habitantes na aldeia Mata da Cafurna, objetivando evidenciar a sua importância enquanto habitantes da única reserva de Mata Atlântica no município de Palmeira dos Índios, evidenciando o equilíbrio entre índio – natureza enquanto condição indispensável para o fortalecimento e transmissão das expressões socioculturais e identitárias dos Xukuru-Kariri.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Irrigação **Plano diretor recursos hídricos da bacia do rio Coruripe**. Pró – Água Semiárido. Latin Consult, 2002.

ALARCON, Daniela F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. **Ruris**. v. 7, n. 1, mar. 2013, p. 99-126.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 1996.

ALMEIDA, Denise Ribeiro de. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e Antropologia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro, Campus, 2011b. p. 151-168.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PESCA–UFAM, 2008.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru**. Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 1973.

ARRUDA, Gilmar. **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: UFPR, 2008.

ARRUTI, José M. P. A. **O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu**. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1996 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

ARRUTI, José M. P. A. Da memória cabocla à história indígena: o processo de mediação entre conflito e reconhecimento étnico (Xocó, Porto da Folha/SE). *In*: Rachel Soihet, Maria R. C. de Almeida, Cecília Azevedo e Rebeca Contijo. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 249-270.

ARRUTI, José M. P. A. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

ASSIS, José Santino de. **Biogeografia e conservação da biodiversidade: projeções para Alagoas**. Maceió, Edições Catavento, 2000.

BARROS, Ivan. **Etnia tribal Xucurú-Kariri e a formação de Palmeira dos Índios**. Ed. do autor: Olinda/PE. 2011.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Asa. SEMIÁRIDO - Articulação do Semiárido. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/semiarido>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRUNI, J. C. Water and life. **Revista de Sociologia da USP**, v. 5, n.1, 1994, p. 53-65.

CARDOSO, Thiago Mota. **Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolita dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal**. Florianópolis, 2016 (Tese de Doutorado).

CARRARA, Douglas. **Relatório preliminar circunstanciado das terras de identificação e delimitação da terra indígena Xucuru-Kariri**. 2011. Disponível em: <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CIMI, **Conselho Indigenista Missionário**. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/2006/10/25336/> Acesso em: 30 abr. 2018.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel**: de sua tese O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: a longa duração (1949-1958). São Paulo, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009 (Dissertação de mestrado).

DIAS, Herly Carlos Teixeira; LEAL, Mariana Santos; MINGOTI, Rafael; TONELLO, Cristina. Caracterização hidroambiental de nascentes. **Ambiente e Água – An Interdisciplinary Journal of applied Science**.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2012.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991, p.177-197.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Levantamento de reconhecimento de baixa e média intensidade dos solos do Estado**. Recife: Embrapa Solos, 2012.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmem. Sociedade, Natureza e território: contribuições para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli e KLUG, João. (Org.). **História Ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 167-197.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) nos postos indígenas de Alagoas (1940-1967)**. Recife, UFPE, 2016 (Tese de Doutorado).

FUNES, Eurípedes. Mocambos: Natureza, cultura e memória. **História Unisinos**, Maio/maio/vol. 13 n. 2, maio/agosto de 2009, p. 146 – 153.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, n.1, vol. 21, 2017, p. 19-29.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multitransterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terencer. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LINDOSO, Dirceu. **O grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo-SP, Companhia das Letras, 1992. p.155-172.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: uma demanda contemporânea. **Cadernos de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v. 23, n. 2, jul/dez, 2010, p. 303-330.

MAIA, Lígio de Oliveira. Prefácio. *In*: SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva; NETO, Eraldo Medeiros Costa. (Orgs). **História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana: UEFS, 2016.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Recife, UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Brasil: desafios para uma História Ambiental**. Colômbia: Universidad Central, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Meio Ambiente e dimensão histórica: perspectivas de abordagens**, Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/especialistas-questionam-conceitos-201cemprestados201d-a-historia-ambiental>. Acesso: 26 jul. 2016.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: um olhar prospectivo. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 24, n. 1, 2011, p. 23-35.

MELO, Mário Lacerda. **Os agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de usos de recursos**. Recife: SUDENE, 1980.

MILLER, Robert P. (et al.). **Agroecologia e restauração ambiental em terras indígenas** (A experiência do projeto GATI em Terras Indígenas). Brasília: IEB, 2016.

MI – Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido Brasileiro**. 2005, 33p. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/UserFiles/file-cartilha_delimitação_semiárido.pdf>. Acessado em: 27 jul. 2018.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson L; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna: tradição e cultura do povo Xukuru-Kariri**. Maceió: Catavento, 2008.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna no cotidiano de Palmeira dos Índios: convivendo com a (in) diferença**. Palmeira dos Índios, UNEAL, 2014 (Trabalho de conclusão de Curso).

OLIVEIRA, Edivania G. da Silva. **Os Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no Sertão pernambucano**. Campina Grande, UFCG, 2014 (Dissertação Mestrado em História).

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. **História ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013 (Tese de doutorado).

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, 2010, p. 24-68

PÁDUA, J. A. **Um país e seis biomas**. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/jose-augusto-padua/17221-oeco-14520/>. Acesso: 06 jul. 2018.

PARISI, Rosana Soares Bertocco. **Xucuru-Kariri: a reconstituição da trajetória de um grupo indígena remanejado e suas habitações em “nova terra”**. Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008 (Dissertação de mestrado).

PARRA, Lilian Bulbarelli. **Práticas de mapeamento e territorialidades: uma experiência entre os Pataxó do Monte Pascoal**. Florianópolis, UFSC, 2016 (Dissertação Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas).

PEREIRA, Luiz de Araújo. **Meio natural alagoano: aspectos históricos**. Maceió: Edufal,

1991.

PEREIRA, Thiago Alberto da Silva. **Valoração indireta da água:** aplicação na bacia do Rio Coruripe-Alagoas. Porto Alegre, UFRS, 2010 (Dissertação de Mestrado em Recursos hídricos e Saneamento Ambiental).

PEIXOTO, José Adelson Lopes; ROCHA, Adauto Santos da. Entre a ida e a volta: a família Ricardo e a formação da Fazenda Canto (1872 a 1952). *In: I Seminário PIBID História – Metodologias do Ensino de História: Identidade e Memória*, 2017. **Anais...** Palmeira dos Índios: UNEAL, 2017.

PEIXOTO, José Adelson L. **Memórias e imagens em confronto:** os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa, UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

PINTO, Estevão. O ossuário da “Gruta-do-Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre os remanescentes indígenas do Nordeste. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1938-1941, p. 151-240.

PONTES, Denise dos Santos; SILVA, Cícero Bezerra. **Impactos ambientais da Sub-bacia hidrográfica do Riacho Lunga/AL**. Anais do VII CGB, Vitória/ES, 2014.

PORTO, Kátia C; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba:** História Natural, Ecologia e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio. **Natureza e Cultura nos domínios de Clio:** história, meio ambiente e questões étnicas. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

SATO, Michéle. Territórios, identidades, e Ecologia de resistência. *In: SEABRA, Giovanni. (Org.). Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 27-38.

SANTOS, Lionaldo dos. **Alterações espaciais na bacia hidrográfica do Rio Coruripe, Alagoas**. Maceió, UFAL, 2018 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

SANTOS, Márcia Daniela dos. **Levantamento de moscas-das-frutas (Diptera: Tephritidae), e seus possíveis agentes Biológicos de controle na região serrana de Alagoas**. Rio Largo, UFAL, 2014 (Dissertação Mestrado em Ciências Agrárias).

SEABRA, Giovanni. Educação Ambiental: caminhos para conservação da sociobiodiversidade. *In: SEABRA, Giovanni. (Org.). Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 17-38.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SECUNDINO, Marcondes de Araújo. Etnologia indígena e a formação da Antropologia no Brasil: as contribuições de Mário de Melo e Carlos Estevão de Oliveira no início do século XX. In: SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva (Orgs). **História Ambiental, História Indígena e Relações Socioambientais no Semiárido brasileiro**. Paulo Afonso-BA, 2018, p. 229-271.

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, gestão e patrimônio. Disponível em: <http://www.seplag.al.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SILVA, Edson H; SANTOS, Carlos Alberto Batista; OLIVEIRA, Edivania Granja; NETO, Eraldo Medeiros Costa. (Orgs.) **História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana, BA, UFES, 2016.

SILVA, Edson Hely. História Xukuru, história indígena no Nordeste: novas abordagens. **Mnemosine Revista**, 2010, p. 64-83.

SILVA, Edson Hely. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. **Cadernos do Ceas**, Salvador, n. 240, jan./abr., 2017a, p. 117-136

SILVA, Edson Hely. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. In: ANDRADE, Juliana A. de; SILVA, Tarcísio A. A. da.. (Orgs.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife: Edições Rascunhos, 2017. p. 39-79.

SILVA, Edson Hely. Índios Xukuru x fazendeiros: história socioambiental no Agreste pernambucano. In: André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio. (Orgs.) **Natureza e Cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas**. Campina Grande, EDUFPG, 2012. p. 65-92.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife: UFPE, 2014.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. **Aldeando sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. Terra e trabalho: indígenas na província das Alagoas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011.

SILVA, Thayan Correia da; PEIXOTO, Adelson Lopes. Demarcação, desintrusão e conflito territorial em Palmeira dos Índios-AL. In: APRATTO, Douglas; COSTA, Jairo José Campos da. **Alagoas: a herança indígena**. Maceió: Eduneal, 2016. p.107-123.

SILVA, Edson Vicente da. Biosociodiversidade e sustentabilidade dos povos da Floresta. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). **Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2011, p. 65-78.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Conflitos socioambientais em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massagana, 2013.

VASCONCELOS JUNIOR, Nadson Alexandre. **Organização espacial da produção leiteira de Alagoas**: caracterização da cadeia de laticínios no Semiárido. Maceió, UFAL, 2015 (Monografia em Geografia).

VASCONCELOS JUNIOR, Nadson Alexandre. **Organização espacial da Bacia Leiteira no Semiárido de Alagoas**. Maceió, UFAL, 2017 (Dissertação em Geografia)

TORRES, Luiz Barros. **Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4 ed. Maceió: Igasa, 1984.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991, p. 198-215.